

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

DANIELA CAVALCANTI BRUTO DA COSTA

**ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME: REPRESENTAÇÕES
FEMININAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1889)**

RECIFE – PE

2021

DANIELA CAVALCANTI BRUTO DA COSTA

**ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME: REPRESENTAÇÕES
FEMININAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1889)**

Relatório técnico para apresentação do trabalho de conclusão à banca do Mestrado em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

RECIFE – PE

2021

C837e Costa, Daniela Cavalcanti Bruto da.

Entre a cultura da honra e o crime : representações
femininas no Diário de Pernambuco (1850-1889) /

Daniela Cavalcanti Bruto da Costa, 2021.

128 f. : il.

Orientador: Tiago da Silva Cesar.

Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em
História. Mestrado Profissional em História, 2021.

1. Jogos educativos. 2. Mulheres - História.
3. Crime contra a mulher. 4. História - Estudo e ensino.
I. Título.

CDU 371.382

Pollyanna Alves - CRB4/1002

DANIELA CAVALCANTI BRUTODA COSTA

**ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME:
REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1889)**

Trabalho de Conclusão do Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História –
Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, com o requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Data de Aprovação-28/06/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar (Orientador e Presidente da
Banca) Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP



Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Spinosa (Titular

Externo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN



Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Titular

Interno) Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP

RECIFE 2021

A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos.

Maria Odila Dias (1995, p. 13)

AGRADECIMENTOS

Se iniciar a escrita de uma folha em branco, é difícil, certamente colocar em palavras, o turbilhão de sentimentos vividos, lembrando de cada pessoa que esteve comigo nessa jornada, temo que seja um desafio ainda maior. Especialmente, porque penso, que essa jornada foi longa. Muito antes do início do ingresso no mestrado. Por isso, começarei agradecendo em primeiro lugar a minha mãe, meu maior exemplo de força, intensidade e amor, mesmo não estando ao meu lado para me segurar as mãos, olhar nos meus olhos e, dizer para seguir, que eu ia conseguir, sua presença esteve comigo, em absolutamente todos os momentos, eu sei disso. Assim, como ao meu pai, com quem tive as melhores e piores conversas da minha vida, mas que foi sem dúvidas o homem que mais amei. Sua doçura e sensibilidade foram os melhores modelos que podiam ter me deixado, a sua partida no início desse percurso, foi sem dúvidas, a minha maior batalha. Agradeço demais por ter nascido filha de vocês dois, não poderia ter tido uma melhor oportunidade na vida.

Minhas mais antigas memórias, estão repletas de momentos vividos em família. Os momentos de reuniões familiares, repletos de conversas, brigas, muitas risadas, sempre misturados com alguma apresentação surpresa da minha avó que se vestia de algum personagem e interagia com todos, num espetáculo de muitas risadas, muita música, muitas delas compostas pelos meus tios cheios de brincadeiras e cutudas com todos da família. Agradeço a cada pessoa da minha família, de alguma forma, cada um de vocês foram referência para mim também, especialmente minhas tias e as minhas irmãs: Karla e Natália. Tem um pedacinho de cada uma de vocês aqui.

Penso que, somos resultado de coisas que vivemos e, das relações que estabelecemos. Cada pessoa que passa por nossa vida, deixa uma marca, nos toca ou nos transforma de algum jeito. Por isso, penso ser importante a agradecer a cada uma delas. Saindo das referências familiares, penso que a minha segunda família, amigos e amigas, são as próximas pessoas que preciso agradecer. Começarei pela minha amiga-irmã Christianne Farias, minha parceira de trabalho, que virou uma irmã. Sem ela, tudo teria sido mais difícil. Foi a que mais me incentivou. Construiu um percurso acadêmico lindo, como muito estudo, enfrentando muitas adversidades. Uma guerreira e, uma das pessoas mais generosas que conheci. Sempre me dizia que eu devia voltar a estudar, que

me via em outros espaços além da escola. Obrigada, minha amiga, sua história são linda e inspiradora, muito obrigada por cada conversa.

Incluo nesses meus agradecimentos, todas as minhas amigas e amigos que me incentivaram. Ateniense, que com seus tratamentos de choque, me levaram a iniciar esse percurso. Obrigada, Tetê. Minha amiga Jamille, que por tanto tempo cruzamos os mesmos caminhos, mas que especialmente nos últimos anos sua amizade tornou-se tão necessária. A ela agradeço por vários motivos, mas aqui agradecerei pelo apoio técnico a minha pesquisa.

Agradeço também as minhas amigas, as garotas progressistas, Carol, Patrícia, Suzy, Josete, Aline, Ariane, Rafa e Jaque, pelo incentivo, pelas trocas e pela força que constituímos juntas. Amo vocês todas, mas preciso agradecer, e nem sei se darei conta de colocar em palavras, a Jaque – Jaqueline Sabino, pelo apoio e horas de trabalho juntas, na montagem do jogo, produto dessa pesquisa. Nesses encontros maravilhosos, aprendi muito sobre técnicas, e mais ainda sobre amizade. Meu muito obrigada a você, serei para sempre grata.

Se na vida tive tanta sorte e apoio, não foi diferente na universidade. Quando entrei na graduação na Unicap, encontrei amigos que se tornaram parceiros de vida até hoje, Adriana, Catharine, Joselito, Eduardo, e ao voltar a Unicap, para o mestrado, encontrei os meus parceiros de jornada: Flávia, Isabel, Sérgio, Tiago e Anderson. Meu povo, foi muito bom estar junto com vocês, as nossas conversas nos cafés, ou nos encontros, pós aula de campo foram uma parte muito importante de tudo isso. Foram fonte de energia para mim, e, acredito, que em algum momento, todos precisamos de algum apoio, e fomos o melhor apoio, uns para os outros. Espero que não nos separemos mais. Obrigada por tudo, pessoas queridas.

E, por falar em Unicap, voltar a mesma universidade depois de tantos anos, foi bem significativo, mas encontrar uma equipe de professores como essa foi, sem dúvidas, incrível, não é muito comum encontrarmos pessoas com tamanha luz e energia no mesmo espaço. Para começar, meu orientador, Tiago, com quem tive o primeiro contato, sempre se mostrando aberto, disponível e sensível, não encontro palavras para agradecer. Certamente ele vai dizer que não lhe custou nada, mas você foi uma pessoa incrível, sempre acolheu minhas angústias e minhas ideias. Mesmo quando, estava em crise nos percursos da escrita, você sempre encontrou as palavras certas, e a medida certa para me manter no eixo, ou me colocar nele, quando eu saía. As suas contribuições

acadêmicas foram maravilhosas, mas o seu apoio afetivo, foi importante demais. Nesse caminho, agradeço a todos professores da equipe, com quem tive o prazer de ter aulas, Flávio, Paulo, Lídia, Helder. A Paulo e a Lidia agradeço pelas contribuições acadêmicas, que fizeram toda a diferença na minha pesquisa, seja pelo trabalho com fontes, ou no direcionamento de locais e recursos de pesquisa. Mas agradeço também aos dois pelas palavras de incentivo, e por acreditarem em mim. Obrigada mesmo. A Helder, agradeço pelas aulas inspiradoras, que muitas vezes salvaram meu dia, em momentos difíceis. Obrigada a cada um de vocês por serem inspiração.

E, por fim, mas em um lugar especial, agradeço a meu esposo, José Carlos, pelo incentivo, por trazer sempre um cafezinho nas horas em que o cansaço apertou, e especialmente por me dizer sempre, que tinha muito orgulho de mim. Palavras mágicas, de uma potência incrível, obrigada, meu amor. Você e nossas filhas, foram sem dúvidas, as pessoas que mais viram -e sentiram- de perto, a luta para concretização dessa pesquisa. Foram muitas perdas nesse processo, meu pai, uma pandemia, que levaram tio Joca e tia Rosa, e no meio disso tudo, vocês foram incríveis. Não pedirei desculpas pelas ausências, porque aprendi nesse processo, que não darei conta de todos os papéis direcionados para mim, como mãe, esposa, profissional. Apenas agradecerei por terem compartilhado comigo, essa jornada, minhas filhas Júlia e Beatriz, me deixando estudar, sem interrupções, buscando construir de forma autônoma suas demandas. Espero ter deixado para vocês um bom exemplo.

RESUMO

A problematização tem um importante papel nas aulas de História, é certo que partem de inquietações do presente. Em tempos de perseguição às ciências humanas, de questionamentos ao pensamento científico e a preservação de discursos e práticas antifeministas e racistas, essa questão assume uma relevância ainda maior. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a problematizar as representações femininas no Diário de Pernambuco entre 1850 e 1889, jornal de grande circulação e importância política no período, tendo em vista, que o período compõe uma fase dentro do período da construção do Brasil como nação. A análise foi centralizada em notícias de crimes envolvendo mulheres, como autoras ou vítimas, numa perspectiva de perceber essa presença feminina e, em especial, as interpretações da sua atuação. A metodologia seguiu como critério o método qualitativo e por amostragem, sendo selecionadas e catalogadas 195 notícias, que atendiam aos critérios definidos para a análise informações detalhadas sobre as pessoas envolvidas e sobre o crime. Utilizando como parâmetro as diretrizes indicadas pela BNCC para o ensino médio, quando se espera que os jovens elaborem hipóteses e argumentos fundamentados em fontes confiáveis e exercitem a dúvida sistemática, foram selecionadas 15 notícias para elaboração de um jogo de mesa. O jogo foi idealizado para uso por alunos do 2º ano de Ensino Médio, com uma proposta voltada para uma formação humanista, e de relativa autonomia para o exercício de práticas pedagógicas adequadas a proposta da Base. Nessa fase, os jovens já apresentam maior capacidade cognitiva e reúnem maior capacidade de articular informações e conhecimento, e as discussões sobre identidade de gênero se fazem mais presentes, adequando-se o conteúdo de História ao período da pesquisa, agregando aos alunos importante repertório científico e cultural. Dessa forma, através de uma vivência dentro de um projeto interdisciplinar, aconteceu o exercício do contato com fontes históricas, a interação entre os alunos, a elaboração de hipóteses e, especialmente uma análise das representações femininas como parte de uma construção discursiva no século XIX.

Palavras-chave: Jogo. Ensino de História. História das Mulheres. Crime. Honra.

ABSTRACT

Problematization plays an important role in History classes. It is true that it has its origins in the concerns about the present and, in times of persecution of the human sciences, of questioning scientific thoughts and the unceasing anti-feminist and racist discourses and practices, this simple question takes on even greater relevance. In this sense, the present work proposes to problematize the female representations in the *Diário de Pernambuco* between 1850 and 1889, a newspaper of great circulation and political importance in those years, within the period of the construction of Brazil as a nation. The analysis focused on news of crimes involving women, as perpetrators or victims, aimed at noticing this female presence and, in particular, the interpretations of their actions. The methodology followed the qualitative and sampling method as a criterion, with 195 news items being selected and cataloged, meeting the criteria defined for the analysis of detailed information about the people involved and about the crime. Using as a parameter the guidelines proposed by the BNCC for secondary education, when young people are expected to elaborate hypotheses and arguments based on reliable sources and exercise systematic doubt, 15 news items were selected for the elaboration of a board game. The game was designed to be used by sophomore high-school students at Colégio Grande Passo, a private school in the south of Recife whose public is mostly composed of middle-class students, and that proposes a humanitarian development, providing relative autonomy to the application of pedagogical practices proposed by the BNCC. At this stage, when young people already have greater cognitive capacity and ability to articulate information and knowledge, discussions about gender identity are more present, adapting the History content to the research period, providing the students with an important scientific and cultural repertoire. Thus, through an experience within an interdisciplinary project, there was the exercise of contact with historical sources, interaction among students, the elaboration of hypotheses and, most important, an analysis of female representations as part of a discursive construction in the nineteenth century.

Keywords: Game. History teaching. History of Women. Crime. Honor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tabuleiro do jogo “Quem é ela?”

Figura 2: Jogo pronto para ser jogado.

Figura 3: Modelo Carta de contextualização.

Figura 4: Modelo Carta Pista inicial.

Figura 5: Modelo Carta enigma.

Figura 6: Modelo Carta Pistas.

Figura 7: Modelo Carta Você sabia.

Figura 8: Modelo Carta Mistério desvendado.

Figura 9: Modelo Prêmio Nacional das Ciências Históricas.

Figura 10: Modelo Prêmio Internacional das Ciências Históricas.

Figura 11: Aplicação do jogo - 1º momento.

Figura 12: Aplicação do jogo - 1º momento.

Figura 13: Aplicação do jogo – 2º momento.

Figura 14: Aplicação do jogo – 2º momento.

Figura 15: Registro de hipóteses.

Figura 16: Registro de hipóteses.

Figura 17: Registro de hipóteses.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1- Avaliação das regras do jogo.

Gráfico 2 - Avaliação das cartas de pistas.

Gráfico 3 - Avaliação das cartas Enigmas.

Gráfico 4 – Avaliação das cartas Contextualização.

Gráfico 5 – Avaliação das cartas Você sabia?

Tabela 1- Tabela de pontuação do jogo “Quem é ela?”

Tabela 2- Modelo tabela controle de pontuação das equipes.

ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME:

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1889).....	4
BANCA EXAMINADORA.....	4
RECIFE 2021.....	4
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	24
3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	33
4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	37
4.1 AS IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS RELATOS DE	
CRIMES.....	42
4.1.1 O jornal e seus correspondentes.....	47
4.1.2 Serpente e infiel.....	52
4.1.3 Anjos do lar versus mulheres da rua.....	58
4.2 O JOGO DE MESA.....	68
4.2.1. Proposta pedagógica do jogo “QUEM É ELA?”.....	69
4.2.2 Funcionamento do Jogo.....	71
5. APLICAÇÃO DO JOGO “QUEM É ELA?”.....	79
5.1 APRESENTAÇÃO DO JOGO PARA A TURMA.....	80
5.2 APLICAÇÃO DO JOGO – PRIMEIRA APLICAÇÃO.....	81
5.3 APLICAÇÃO DO JOGO – SEGUNDA APLICAÇÃO.....	83
5.4 OBSERVAÇÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	84
5.5 ANÁLISE DO JOGO.....	88

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
7 LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	94
8 BIBLIOGRAFIA	95
9 APÊNDICES	100
ANEXOS.....	126
ANEXO 1	126
ANEXO 2	128
ANEXO 3	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	24
3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	33
4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	37
4.1 AS IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS RELATOS DE CRIMES.	42
4.1.1 O jornal e seus correspondentes	47
4.1.2 Serpente e infiel.....	52
4.1.3 Anjos do lar versus mulheres da rua	58
4.2 O JOGO DE MESA.....	68
4.2.1. Proposta pedagógica do jogo “QUEM é ELA?”	69
4.2.2 Funcionamento do Jogo	71

5. APLICAÇÃO DO JOGO “QUEM É ELA?”	79
5.1 APRESENTAÇÃO DO JOGO PARA A TURMA.....	80
5.2 APLICAÇÃO DO JOGO – PRIMEIRA APLICAÇÃO	81
5.3 APLICAÇÃO DO JOGO – SEGUNDA APLICAÇÃO	83
5.4 OBSERVAÇÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	84
5.5 ANÁLISE DO JOGO	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
7 LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	94
8 BIBLIOGRAFIA	95
9 APÊNDICES	100
10 ANEXOS.....	126
ANEXO 1	126
ANEXO 2	128
ANEXO 3	128

1 INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar, cotidianamente, publicações em jornais, em redes sociais ou em outras mídias, de situações de violência de gênero. Em razão desse contexto, é crescente o número pesquisas voltadas ao estudo de trajetórias das relações de gênero, que muito têm contribuído para ações de combate ao patriarcado. Algumas pesquisadoras, utilizadas aqui como aportes teóricos ou metodológicos, em muito contribuíram para a formação de uma ampla historiografia voltada fundamentalmente para a história das mulheres sob o ponto de vista das relações de gênero. As que utilizo são: Joan Scott, e os usos das relações de gênero como categoria de estudo, Michelle Perrot e Arlete Farge, ambas estudando a mulher sob o ponto de vista da história social, e no Brasil, Maria Odila Grasiela de Moraes.

Como ponto de partida, parece significativo situar as referidas personagens em seu tempo, viviam ainda durante o processo de formação/consolidação do Estado nacional brasileiro. Durante o século XIX, especialmente na segunda metade, além das ideias políticas, circulavam também no Brasil, obras literárias e periódicos europeus, particularmente de origem francesa. A jovem nação constituía-se, sob influência cultural francesa, utilizada como referência para a constituição de normas sociais de ocupação e circulação nos espaços. Muito embora, tenha se constituído, nesse período a separação entre o espaço público e o privado e com ele, uma definição mais estrita dos papéis sexuais¹. O pensamento liberal, transferiu para a sociedade uma lógica de fábrica de divisão de papéis. Assim como as tarefas numa fábrica, tinham objetivos políticos (de dividir tarefas, papéis e amenizar conflitos, por exemplo), a divisão social de papéis cumpre a mesma tarefa.

Dar a mulher o título ou papel de ciência do lar, administrativo do lar, se apresentava como uma estratégia similar. A divisão dos papéis sociais associada a divisão dos espaços, veio acompanhada de um discurso fundamentado, teoricamente na ciência, um discurso naturalista sustentado na medicina e na biologia. Por esse discurso:

[...] o homem, estava associado ao cérebro, a inteligência, a razão lúdica, a capacidade de decisão. As mulheres, ao coração, à sensibilidade, aos sentimentos. A criação de tais estereótipos, serviram de base para a

¹ Perrot chama a atenção para o fato de que nesse processo de estruturação da sociedade burguesa, dissociando o espaço público do privado, mulheres e proletários foram excluídos.

organização política fundamentada por ilustres filósofos como Fichte, Hegel e Comte. (PERROT, 1992, p. 177).

A estereotipação, presente no discurso filosófico e médico, encontram seus fundamentos na adoção do higienismo, como base da doutrina médica, que contribuiu para a criação de um conjunto de prescrições que se propunham orientar e ordenar a vida. Caberia à mulher, o cuidado com a saúde e bem-estar da família. Nesse sentido, a educação feminina ganhou um papel de destaque: “[...] pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das futuras gerações do país.” (MATOS, 2003, p. 110). Assim, o papel da mulher estava na obrigação de preservar a integridade da saúde e da moral da família.

Apenas o eficiente desempenho do seu papel social, garantiria às mulheres, uma posição de prestígio. Se, restritas ao espaço privado, deveriam zelar pela moral e saúde da família, ao passo que em público, elas seriam apenas figuras usadas para exprimir a fortuna do marido. Como cabides de exibição do sucesso dos maridos, quanto mais bonita e mais adequada a moda, mais valor ela agregaria. “A própria beleza é um capital simbólico a ser barganhado no casamento ou no galanteio.”. (PERROT, 2003, p.14).

Embora, de forma hegemônica esse pensamento e as práticas em sua função fossem uma realidade importada da sociedade francesa, decerto, não era a única realidade, em território francês, e da mesma forma em terras brasileiras. Pesquisas realizadas de historiadoras brasileiras a exemplo de Maria Odila(1995) e Grasiela de Moraes, a respeito da presença feminina e das relações de poder por elas exercidas, em São Paulo e no Recife, respectivamente, contribuíram, para a desconstrução dessa visão idealizada e discursada sobre a mulher no oitocentos, como mulheres encasteladas em seus lares. A esse respeito, afirma Maria Odila:

O pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente a-histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história. (DIAS, 1995, p. 13).

A definição dos papéis femininos, se apresentam nesse sentido, não como expressões transparentes da realidade, mas como experiências discursivas. Se considerarmos o momento e as ideias utilizadas como referência nos movimentos burgueses, pautados na liberdade e na igualdade, fica fácil entender que ele provoca nas mulheres, um desejo que se transformou em luta por direitos desde então. Encontram-se

localizados no mesmo período o discurso de adequação feminina e o discurso pela luta de direitos. Para Joan Scott:

Um discurso é uma estrutura específica de sentenças, termos e categorias, histórica, social e institucionalmente estabelecida que opera como um sistema constituinte de significados mediante os quais as pessoas representam e compreendem seu mundo incluindo quem são e como se relacionam com os demais. (JOAN SCOTT, *apud* CABRERA, 2001, p.52).

Dessa forma, analisar as formas de representação feminina no século XIX, nos permite compreender como a realidade era percebida, “decodificada” e representada, no *Diário de Pernambuco*. Para isso, a exemplo do proposto por Chartier, se fez necessário uma análise crítica dos textos (as notícias de crimes, as colunas onde eram publicadas), a história do *Diário* (e os interesses políticos envolvidos nas suas publicações) e as práticas de leitura.

Os estudos sobre o *Diário*, suas colunas, suas transformações e o seu papel no panorama político pernambucano permitiu elaborar conclusões, mas para melhor compreendê-las, se fez necessário analisar os conceitos de e crime honra, bases sobre as quais conduzi o presente estudo. Maria Emília Vasconcelos Santos, em um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco, afirmou:

A honra era tida como um atributo herdado das gerações ultrapassadas e também era uma característica conquistada no dia-a-dia, a qual precisava ser demonstrada publicamente, através das normas estabelecidas para manter um estado honrável. (SANTOS, 2007, p.126).

Mas engana-se quem pensa que a importância dada a honra na sociedade oitocentista estava restrita aos costumes, aos hábitos sociais. O código criminal imperial, classificava, entre os crimes particulares, no capítulo II - os crimes contra a segurança da honra. O estupro, o rapto, a calúnia e a injúria, referindo-se os dois primeiros especialmente às mulheres, enquadravam-se na classificação de crimes de honra, por dizerem respeito a aspectos importantes como a sexualidade e a imagem sociais.

Ao definir as penas para os referidos crimes, seguia-se a mesma ressalva: “Seguindo-se o casamento não terão lugar as penas.” Sendo assim, a honra feminina poderia ser protegida pelo casamento e o problema estaria resolvido. É importante, atentar que essa “resolução” caberia também em caso de estupro, sendo assim a mulher vítima de estupro teria sua redenção ao se casar com o seu esturador.

Diante do exposto, ficou claro que as questões de honra eram públicas, sendo considerada uma representação da coletividade, podendo a ação de um dos componentes comprometê-la ou preservá-la. Não havia lugar, para o desejo e os sentimentos, as questões de honra estavam ligadas a um sistema de códigos sociais que serviam para valorar ou segregar, e isso fica claro na adoção do casamento como substituição às penas.

A problemática se agrava, ao considerar as diferenças entre as representações de gênero. Um homem honrado era corajoso, deveria defender a sua integridade e da sua família, agir com integridade nos negócios. Uma mulher honrada conservava sua virtude sexual – se resguardando sexualmente para o matrimônio - pois cabia a ela a pureza e reputação da sua família. A honra feminina, atrelada especialmente ao recato sexual, possuía um valor social que permitiria às mulheres, estabelecer laços sociais e matrimoniais que lhes renderia prestígio, sendo ela pobre ou de uma família abastada.

No entanto, diversas mulheres existiram para além desses códigos, sobrevivendo entre as amarras das leis jurídicas e pressões sociais, exercendo seus desejos. Existindo e resistindo, a exemplo das mulheres representadas nas notícias analisadas nessa pesquisa.

Aliada a todas essas questões levantadas, a minha condição de mulher contribuiu enormemente para o meu interesse por entender os caminhos constitutivos das relações de gênero, e, em especial, pela necessidade de entender sobre os processos de constituição dos discursos que permeiam essas relações, criando essas amarras que ainda parecem enlaçar os nossos pescoços. Nascida numa família tradicional, sob influência de valores religiosos e morais, logo cedo fui ensinada sobre comportamentos “adequados a uma moça”. Cresci sendo ensinada sobre a forma de sentar, de falar, ouvindo que era preciso ser organizada, pois era “muito feio uma moça bagunceira”, como se ao homem isso fosse permitido. Era preciso se cuidar, se proteger e estudar.

Minha mãe, Lenira, minha primeira referência de mulher, me deu grandes lições. Precisei aprender os serviços domésticos, disso não podia fugir, porque “mulheres independentes sabem se virar em tudo, inclusive na casa”; era a clássica mãe que adorava suas crias embaixo dos braços, cozinhava, lavava, trabalhava fora e ainda tinha tempo para ser uma mãe atenciosa e muito sábia. Cozinhava as melhores sobremesas e sentava comigo e com minhas amigas da escola para conversar sobre tudo, inclusive dos assuntos que os adolescentes não querem falar (especialmente com as mães). Era uma

mulher muito forte, superou as limitações da pouca escolaridade, com uma grande habilidade para lidar com as pessoas e com problemas. Construiu uma carreira de funcionária pública, respeitada e competente. Como muitas mulheres da sua época – e por que não falar dos dias atuais, também? - acumulava diversos papéis, não de forma perfeita, mas, sem sombra de dúvidas, admirável.

Além da minha mãe, outras duas mulheres também foram importantes na minha trajetória, minhas avós Otávia e Gracinha. Com a primeira convivi até os 13 anos, ficava com frequência em sua casa quando minha mãe ia trabalhar. Dela me lembro das broncas e puxões de orelha, paciência não era seu ponto forte, mas não seria justa em esquecer dos carinhos e dos cuidados. Apesar de reconhecer o carinho e o cuidado de vovó Otávia, eu comemorava mesmo, quando se falava em ir para a casa da minha avó Gracinha. Vovó Gracinha era para mim na época (e até hoje) uma das mulheres mais incríveis que conhecia, com ela convivi mais tempo até minha vida adulta. Muito bem-humorada, engraçada, me lembro de pensar que ela nem parecia adulta.

Inventava as melhores brincadeiras que iam de supermercado, com os mantimentos da casa, à acampamento com os lençóis de cama. Era, sem dúvidas, depois da minha mãe, a mulher que eu achava mais incrível. E de fato, vovó era uma mulher interessante. Nascida em 1917, casou-se com meu avô, a quem conheceu aos 5 anos: as famílias eram amigas. Minha avó teve 14 filhos, isso após o médico dizer que ela não poderia engravidar, o que logo virou piada na família. Sempre contava que levou um grande susto na noite de núpcias, pois foi aí que descobriu que não era o beijo que engravidava. Ela contava frequentemente essa história, fazendo piada de si mesma e da sua ingenuidade. Essa mesma mulher, participou do teatro de amadores, no tempo em que lugar de “boa moça” certamente não era no teatro, fato que até hoje não foi para mim esclarecido. Mulher paradoxal, incrível, tinha um costume curioso, todos os dias colocava perfume no travesseiro do esposo para não perder o marido, como ela dizia.

Talvez por ter crescido cercada de mulheres tão fortes, mas que ainda assim desempenhavam os papéis esperados para elas, como mães e mulheres que se adequaram a padrões, muitas vezes suportando dores e pressões sociais, eu sentisse a necessidade de explicar, de entender. Usando como referência Jim Sharpe (1992, p. 39), sobre a questão do autoreconhecimento dentro da construção da história, percebi que sou fruto dessas mulheres paradoxais, ambíguas muitas vezes, origem certamente de meu interesse pelo tema.

Mas não só nas memórias familiares estão os fundamentos da minha escolha. Na vida adulta, algumas experiências pessoais e profissionais me indicaram o que é ser mulher no século XXI. Acumulando tarefas, disputando espaços no mundo, logo aprendemos que as diferenças entre os sexos, não definem só a nossa anatomia, algumas vezes são usados como argumentos para definir nosso lugar no mundo, não tão explícito quanto no XIX talvez, mas ainda muito presente no imaginário e nas práticas sociais.

Muito embora minha necessidade tenha partido do meu lugar no presente, havia em mim também um segundo interesse que diz respeito ao período: o século XIX. Um período que me fascinava pelas revoluções e, mais especialmente, pelos limites delas. Assim como a fascinação pela minha avó se baseava na sua existência paradoxal, entre a mulher padrão e a mulher com alma de artista.

O século XIX me fascinava pelo paradoxo que representava, entre o moderno enquanto discurso de ruptura com a velha estrutura nobiliárquica e a preservação de práticas patriarcais e excludentes. Nesse sentido, entender essa tensão entre as mulheres e as propostas de igualdade e liberdade, com as limitações impostas pelas diferenças sexuais, apontava para importantes aspectos relativo às lutas das primeiras mulheres feministas, assim explicadas por Joan Scott:

[...] o agir feminino se expressa de maneira paradoxal: ele é conformado pelos discursos do individualismo universal (com sua teoria de direitos e cidadania) que evocavam a diferença sexual para justificar a exclusão da mulher; o segundo, é o de que a militância feminista tem toda uma história; não é nem um conjunto fixo de comportamentos nem um atributo essencial da mulher, mas uma consequência de ambiguidades, incoerências e contradições dentro de epistemologias específicas. (SCOTT, 2002, p. 46).

De modo mais preciso, a necessidade de se desenvolver essa pesquisa se deu após alguns percursos de idas e vindas, mas sempre com uma certeza: o meu objetivo era pensar a questão da (in)visibilidade feminina no XIX. E entre leituras e pesquisas, acabei por escolher o caminho das representações femininas nos periódicos da época. Nesse sentido, como afirmou José D'Assunção Barros (2005, p. 130) “[...] para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos.”.

Pesquisar sobre as representações femininas em jornais da época, me diria muito sobre as formas de pensar a mulher no período, e o caminho inicialmente pensado foi na perspectiva do crime, motivo pelo qual me dirigi inicialmente à coluna *repartição de*

polícia do Diário de Pernambuco. Esperava-se encontrar nos delitos relatados na coluna policial, indícios da circulação feminina nos espaços urbanos, numa perspectiva de que “[...] o arquivo policial a desnuda [...] capta a cidade em flagrante delito.” (FARGE, p. 31), e através desses delitos seria possível entender ao mesmo tempo um pouco sobre o funcionamento da cidade.

A princípio, acreditou-se ser possível realizar a pesquisa empírica em um período de 10 anos, contemplando a primeira década da segunda metade do século XIX, momento posterior ao processo de modernização do Recife e de agudização das tensões sociais. Esperava-se encontrar nesse período material suficiente para a análise, mas a escassez tanto do ponto de vista quantitativo quanto do qualitativo nos obrigou a ampliar o recorte cronológico e geográfico, abarcando a segunda metade do XIX, até o ano de 1889, na província de Pernambuco.

A escolha para a análise em situações de crime, fundamentou-se na perspectiva de que o campo do estudo do crime permite ampliar o campo de visão, admitindo a existência e a atuação de sujeitos até então invisíveis à História. Nesse sentido é importante situar a discussão e o conceito a partir do entendimento de que uma ação só pode ser considerada crime a partir do momento em que ela passa a ser inscrita como uma transgressão a uma determinada lei, portanto, “[...] crime seria aquilo que a lei proíbe.” (BRETAS, 2018, p. 14).

Por conta do objetivo não nos cabe fazer maiores digressões sobre o referido conceito, mas é necessário acrescentar que antes mesmo de uma prática ou ação ser introduzida nos códigos e ordenações, vindo a integrar uma codificação sujeita a sanções penais, o que se tem lugar, normalmente, é um prévio desenvolvimento de um processo de criminalização e/ou repulsa por parte da sociedade, a partir de uma nova linguagem, códigos sociais e valores que transformam a cultura de uma comunidade, impelindo-a ao rechaço de determinadas condutas, comportamentos ou sucessos.

Nesta pesquisa não analisamos o crime enquanto tal, buscando compreendê-lo em sua materialidade, apreendendo os condicionantes sociais, culturais e econômicos, mas sim em sua perspectiva narrativa, isto é, a partir dos relatos de crimes de sangue redigidos por correspondentes e publicados no Diário de Pernambuco. Apesar de contas, o que nos interessa é refletir sobre como a mulher aparece nessas notícias, ora como vítima, ora como (co)autora dos sucessos, pois entendemos que as imagens e representações femininas construídas ao longo do século XIX, eram reforçadas ainda

mais a partir dessas descrições em que os personagens normalmente eram caracterizados e inscritos num discurso prévio.

Através dos relatos de crimes de sangue ou até mesmo de uma literatura criminal, se estabelecem o(s) lugar(es) do crime e o dos sujeitos envolvidos num mar de imagens e representações. É aí que reside nossa atenção. As representações do crime e das mulheres envolvidas, ora como (co)autoras, ora como vítimas, também situa essa pesquisa dentro do campo das relações de gênero, já que as tensões sociais entre os sexos se inscrevem e se materializam a partir delas e de suas imagens. Eis, portanto, a fundamentação da análise: consideramos os diversos elementos constituintes da linguagem utilizada nos relatos publicados no Diário de Pernambuco como parte de um discurso e ao mesmo tempo de seu uso enquanto instrumento de dominação da mulher.

Na primeira parte do presente relatório técnico, buscou-se realizar uma análise sobre o Diário de Pernambuco, sua história, tendo em conta a sua fundação, linha editorial e percursos de publicações. Analisando a história do jornal foi traçado um panorama político da província e os usos da imprensa nesse panorama, assim como os tipos de publicação e o perfil dos correspondentes que escreviam nas colunas do periódico.

Na segunda parte, orientada a partir das notícias coletadas, a análise centrou-se nas publicações que representavam as mulheres como infiéis e desonradas. A discussão nesta parte do relatório está centrada em publicações de crimes e na análise das narrativas, relatando com riqueza de detalhes e, por vezes, de julgamentos morais.

Na terceira parte, a análise foi centrada nas representações opostas: mulheres honradas, de casa e mulheres da rua. A análise central nessa parte do relatório está dirigida aos elementos indicativos dos papéis sociais normatizados e, ao mesmo tempo, de ações transgressoras das normas, sinalizando para a circulação feminina para além dos espaços para elas permitidos e, principalmente, adotando condutas, consideradas inadequadas.

2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Dar visibilidade às mulheres pernambucanas na segunda metade do século XIX não é uma tarefa iniciada por esse estudo. Diversos outros importantes trabalhos, sob

diferentes perspectivas, nos precedem. Nesse sentido, um dos nossos objetivos específicos é somar-se à discussão já existente.

A análise dos relatos de crimes publicados no Diário de Pernambuco exigiu bater-se em várias frentes: estudar o crime enquanto lugar/espço de visibilidade social; a história das mulheres e as relações de gênero estabelecidas; e a análise das mediações discursivas a partir da linguagem/vocabulário/representações utilizadas nas narrativas de crimes.

Os principais textos utilizados para embasar meus estudos sobre as mulheres e as relações de gênero foram os de Michelle Perrot (1986; 2003; 2018) e Joan Scott (1986; 2003), a primeira como uma das precursoras desse campo de pesquisa, sobretudo dentro de uma perspectiva da história social e das relações de poder. Tendo em vista, o objetivo em pauta, algumas análises de Perrot contribuíram para o presente estudo. Uma delas diz respeito a potência feminina, sobre a qual ela afirma:

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. [...] no singular, ele tem uma conotação política [...] no plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências difusas e periféricas [...]. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se poderes. (PERROT, 1988, p. 167).

Em especial, ao se dedicar a análise desses poderes femininos no século XIX, Perrot (1988) afirmou: “A ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo a ordenar o poder privado, familiar e materno a eram destinadas”. (PERROT, 1988, p. 180). Tendo em vista a existência desses poderes, parece pertinente concluir que dele resultam tensões, resultado dos jogos de poderes praticados pelas mulheres e sobre elas. Compreender esses jogos e tensões, contribui para constituir o cenário que essa pesquisa se propõe analisar.

Muito embora, Perrot tenha sido a minha referência principal, inicialmente, estudos de pesquisadoras brasileiras serviram de fundamentação para essa pesquisa com as contribuições de seus estudos na perspectiva da realidade brasileira, a exemplo de Maria Odila (1995) e Grasiela de Moraes (2006) analisando a circulação feminina no Recife e a regulação policial dirigida às mulheres. A pesquisa de Grasiela contribuiu no sentido de evidenciar as resistências exercidas pelas mulheres aos códigos sociais e legais.

Tendo em vista a proposta de analisar as representações femininas, em narrativas de crime no Diário de Pernambuco, o conceito de representação ocupa é uma posição central. Como aporte teórico me referenciei em Chartier, que afirma:

[...] as tentativas de decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. (CHARTIER, 1991, grifo do autor, p. 176).

Tomamos aqui, as representações femininas construídas a partir das narrativas dos colaboradores do Diário de Pernambuco, como disputas de concepções de sociedade, e dos lugares sociais por elas ocupados. Os estereótipos de mulheres civilizadas e honradas ou, o seu oposto, serpentes e infiéis, ligados à visão de mundo das elites, utilizando para veiculação das suas ideias, os jornais.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Sendo assim, as representações, devem ser consideradas como estratégias encontradas pelos indivíduos e pelos grupos para dar sentido ao mundo em que habitam, partindo desse princípio, analisar as representações femininas seria uma forma de compreender ao mesmo tempo a mulher idealizada pela sociedade burguesa e a oposição a esse ideal.

Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem, e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, conseqüentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos. (FERNANDES, 2013, p. 44).

A linguagem ou discurso, assume um importante papel na análise. De modo mais preciso, no que se refere ao discurso ou linguagem, utilizo como aporte teórico Miguel Àngel Cabrera, que afirma que a linguagem não é só um modo, maneira ou elemento de transmissão de significados, ela também os produz.

Es decir, que ni los conceptos que los individuos aplican a su entorno social son meras reproducciones mentales de éste ni las categorías o principios en los que los individuos basan su práctica tienen su origen en la esfera social (ni tampoco, por supuesto, son creaciones intelectuales, puramente racionales, de unos sujetos autónomos, originales y ahistóricos). Por el contrario, según los nuevos historiadores, los conceptos y las categorías fundantes de la práctica y de las relaciones sociales constituyen una compleja red relacional cuya naturaleza no es ni objetiva ni subjetiva y cuyo origen es diferente y externo, en términos causales, a las dos instancias (referente real y subjetividad) que ponen en relación. (ÀNGEL, 2001, grifo do autor, p. 50.)².

Diante do exposto, cabe, portanto, considerar, que o discurso depende de elementos e demandas sociais para elaborar novos objetos e novas relações com a realidade, a exemplo da própria história da resistência feminina, com a origem dos primeiros movimentos de luta pela igualdade, no contexto das revoluções burguesas. A definição de papéis sociais, no contexto da sociedade burguesa, possibilitou a construção de um discurso de ordenação dessa sociedade.

Torna-se inapropriado, portanto, separar o texto do seu lugar de escrita. Era imprescindível considerar a escrita como fonte, mas ao mesmo tempo como objeto. Especialmente ao analisar notícias presentes em impressos de circulação periódica, a construção discursiva e a linha editorial são aspectos levados em consideração no estudo, pois compreende-se esses elementos como constitutivos de um discurso de sociedade. A opção pelo Diário de Pernambuco como principal fonte de pesquisa, exigiu alguns cuidados. Foi utilizado como aporte metodológico, a Tânia Regina de Luca, que me deu subsídios para traçar o caminho metodológico que será melhor explicado mais a frente.

À vista disso, o ponto de partida consistiu em analisar o próprio jornal Diário. A história do jornal, quantas páginas possuía, os tipos de publicações, em que páginas se localizavam as publicações de crimes, quem escrevia, o público a que se dirigia, possíveis mudanças no formato e nos tipos de publicação. Aos sete dias do mês de novembro de 1825, foi publicado o primeiro número do Diário de Pernambuco, como um Diário de anúncios “[...] iniciando suas atividades com formato 24 ½ X 19

²Ou seja, nem os conceitos que os indivíduos aplicam ao seu ambiente social são meras reproduções mentais dele, nem as categorias ou princípios nos quais os indivíduos baseiam sua prática têm sua origem na esfera social (nem, é claro, são criações intelectuais, puramente racionais, de sujeitos autónomos, originais e ahistóricos). Pelo contrário, segundo os novos historiadores, os conceitos e categorias fundadores da prática e das relações sociais constituem numa complexa rede relacional cuja natureza não é objetiva nem subjetiva e cuja origem é diferente e externa, em termos causais, ou das instancias (referente real e subjetividade) que relacionam. (ÀNGEL, 2001, grifo do autor, tradução nossa, p. 50.).

centímetros, como simples folhas de anúncios, as quatro páginas franqueadas aos leitores, que pagavam 40 réis por exemplar.”. (NASCIMENTO, 1967, p. 21).

Um aspecto identificado sobre o jornal, diz respeito ao caráter de diário oficial que possuía durante quase todo o período analisado, a exemplo disso, estão as publicações das primeiras páginas que se referiam a publicações oficiais variadas: nomeações, informações relacionadas a economia, atividades o jurys da polícia. O aumento no número de páginas e a inclusão de uma maior variedade de notícias, revela a importância que o jornal ganhou, assim como a extensão da sua circulação.

O grande volume de impressos que passou a circular pelo Brasil, enquanto ele se construía como nação, tem sido objeto de diversos estudos, como os de Marco Morel³ analisando as transformações dos espaços públicos, sob a perspectiva da imprensa, considerando os atores políticos e as relações de sociabilidade. Seguindo uma perspectiva semelhante, Marialva Barbosa em História cultural da imprensa no Brasil Imperial, analisa a imprensa numa perspectiva além do impresso simplesmente e do discurso nele contido, ela analisa sua consolidação e enraizamento através de uma perspectiva que considera o boca a boca, um elemento de divulgação das notícias dos jornais. A circulação de informação ultrapassa a barreira da leitura direta, se amplia, se dissemina, caindo no gosto popular, os temas que ferem a ordem estabelecida. A polêmica, tão cara nas primeiras décadas do século XIX, faz parte dessa lógica conflitiva que atrai o público leitor. (CARNEIRO, 2011, 2014).

A partir da década de 1830, a inserção sistemática de textos literários na imprensa em geral ampliou a possibilidade de ensinar valores e práticas sociais aceitáveis a um número maior de leitores, sobretudo, ao público feminino. O romance era visto como um instrumento útil para a formação moral do leitor, bem como fomentava o gosto pela leitura, estimulando, assim, a aquisição da competência leitora responsável por um processo de transformação sócio-político, do qual emanam cidadãos mais críticos. (LIMA, 2017, p. 810).

Em meio ao debate sobre os impressos, há de se destacar o papel dos atores políticos, os elementos da escrita, os usos dessa escrita, a quem ela se dirigia e os modos de disseminação das informações. Ao considerar os relatos de crimes envolvendo

³ Entre as obras produzidas por Marco Morel sobre o assunto estão as transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840), História e imprensa: representações culturais e práticas de poder e Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Para essa pesquisa consulte a primeira delas.

mulheres, essa análise contempla a forma de narração do crime e como as mulheres são nele representadas, considerando os elementos culturais e o lugar social por elas ocupadas ou assim atribuído pelos correspondentes ou redatores.

A realidade pernambucana oitocentista, seguia a tendência europeia, sendo o espaço urbano essencialmente marcado pela:

[...] realidade da rua, como espaço predominantemente masculino, local de execução (financeiros ou políticos) e de muito perigo, por isso mantinha suas famílias a salvo dentro de casa – especialmente as mulheres, que levavam uma vida de reclusão, não devendo se expor aos riscos do ambiente público” (SILVA, 2018, p. 29).

Apesar do privado ser o espaço onde a mulher, sobretudo da elite, estaria mais restrita, ainda assim, quem efetivamente os dominava eram os homens. “Cabia às mulheres ordenar o poder privado, familiar e materno a que eram destinadas” (PERROT, 1992, p. 180). Nesse contexto, a imprensa se apresenta como plataforma de representações sociais, entre as quais as que se referem ao ideal de mulher e de mãe, como fica evidente nesta publicação de 1843, no *Jornal o Carapuiceiro*⁴, publicada também no *Diário de Pernambuco* na sessão *Variedades*.

Se as mulheres são nossas mãis, se a natureza as destinou para esposas, e fiéis companheiras do homem, se ellas são as nossas primeiras mestras; que importância, que cuidado, que disvello não merece a educação das meninas! Educação das meninas. (DP, VAR, 12/04/1843, p. 3).

No século XIX, desejando ampliar as ideias moralistas, os anatomistas tentam encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto social que lhes era imposto, apelando para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. (BORDIEU, 2012, p. 24). É claramente no sentido de entender as representações femininas como produto social (naturalizando a ideia de inferioridade feminina) e ao mesmo tempo considerando seus usos políticos, que o estudo dos relatos de crime, foram privilegiados. Por outro lado, foi necessário entender

⁴ O jornal *O Carapuiceiro* foi fundado pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o *Carapuiceiro*, recifense, professor, fundador e único redator do jornal. Era colaborador de outros jornais, como o *Diário de Pernambuco*. Deixou a ordem dos Beneditinos, tornando-se um padre secular. circulou até 1847, seus artigos eram comumente publicados no *Diário de Pernambuco*. Utilizava como subtítulo *Periódico sempre moral e só por acidente político*.

a concepção de crime no período em foco. Para isso, contribuíram significativamente as análises e estudos de Marcos Bretas:

Até o século XIX, no ocidente, prevalecia a crença num significado imutável do crime, uma divisão que parecia sólida entre as boas e as más ações, derivadas da religião e dos costumes [...] só no final do século se constituiu uma ciência social, em torno de Durkheim, que começou a chamar a atenção para o caráter e negociado das definições de crime, sua variabilidade entre épocas e regiões, enfatizando a disputa sobre o significado das ações, que podia variar de acordo com as circunstâncias. (BRETAS, 2018, p.13).

Embora a proposta sociológica, seja apresentada por Bretas como um avanço, o historiador, propõe uma análise cultural do crime, analisando publicações envolvendo crimes e até a mesmo a literatura da época. “Pensar o lugar das representações sobre o crime, é pensar de que maneira a sociedade do século XIX via essa ação escrita”. (BRETAS, 2018, p. 25). Proposta essa que contribui para a perspectiva de análise do crime proposta pela presente pesquisa.

Como metodologia de pesquisa, norteada pelos suportes teóricos e historiográficos supracitados, foi iniciado o levantamento/pesquisa de notícias do Diário de Pernambuco utilizando como recurso a hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional. Para essa análise foram realizados os seguintes passos:

1. Pesquisa de notícias utilizando algumas palavras-chaves que poderiam facilitar a localização da informação. Algumas das palavras utilizadas foram assassinou assassinada, assassinado, tiro, facada. A busca utilizando essas palavras, conduziu a coluna Repartição de polícia.

Ocorreram, no ano do aparecimento do Diário, outros importantes acontecimentos no Recife, a saber: fuzilamento de Frei Caneca; fundação do Liceu Provincial, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, e criação do primeiro corpo da Polícia Militar. (NASCIMENTO, 1967, p.21).

Recém-criada a polícia, a coluna cumpria um papel de relatar as suas atividades: prisões, apreensões por motivo de “distúrbio” e para apuração de denúncias. Assinada pelo chefe de polícia, iniciava-se remetendo ao presidente da província, relatava de forma objetiva, sem maiores detalhamentos, cumprindo seu papel de comunicar as atividades policiais como sinal de combate à

desordem e ao crime. Analisando o período de 1850 a 1889, foi percebida uma mudança em relação a localização da coluna. Nas décadas de 1850 e 60, a coluna ficava localizada, na segunda página, como parte das notícias oficiais. A partir da década de 1870, foi observado que a coluna repartição de polícia passou a ocupar a primeira página. Os tipos de notícia localizados nessa coluna serviram para identificação de alguns crimes envolvendo mulheres e para identificação de um traço comum a maioria delas: ao descreverem a motivação para a prisão feminina: a prática de desordem, sem maiores explicações.

2. Diante das dificuldades em construir um panorama dessa representação, através, exclusivamente das notícias encontradas até então, outras palavras chaves como adúltera, por exemplo, conduziram a relatos construídos de forma bem diversa das até então encontrados na coluna Repartição de Polícia. A busca então ampliou os resultados, a exemplo de anúncios de publicações literárias, histórias de folhetins, terminando por levar a notícias de crimes em outras colunas de diferentes, a exemplo da coluna Pernambuco Revista Diaria. Nessa coluna, os relatos eram mais detalhados e marcados por uma escrita envolvente e uma narrativa que muito se assemelhava aos escritos literários da época, dando indícios para o interesse que o tema despertava no público leitor.
3. As notícias encontradas foram catalogadas, printadas e arquivadas em documentos digitais, seguindo critérios de organização período e palavra-chave, a exemplo: 1850-1859 palavra-chave facada. Sendo feito um arquivo para as notícias e depois registrado em outro arquivo, nomeado de sistema de controle da pesquisa por período com as seguintes informações: Quantidade de ocorrências encontradas e a seguir o aproveitamento, considerando quantas delas se enquadravam no perfil da busca.
4. Foram catalogadas 195 notícias, e selecionadas entre elas 15 para a composição de um jogo didático. A escolha das notícias que iriam compor o jogo pedagógico, atendendo aos seguintes critérios: possuir uma narrativa com alguns elementos que possibilitassem identificar os envolvidos, a cena do crime, possíveis motivações e interpretações sobre o envolvimento da mulher envolvida no crime, evidenciando a visão explícita sobre a mulher. Era preciso que através da notícia fosse possível identificar como a mulher era representada na cena do crime.

5. Em paralelo ao levantamento e catalogação de notícias, realizou-se análises e percepções, que associadas a algumas leituras sobre a história do crime no oitocentos, conduziram a conclusão sobre a tendência de crescimento dos relatos de crimes nos jornais a partir da década de 1870. Estando estes relatos presentes na coluna oficial Relatório de Polícia, na coluna Pernambuco, na coluna Revista Diária em anúncios de publicações literárias e também ganhavam espaço nos folhetins presentes nas páginas do Diário.
6. Foi realizado um estudo do código criminal e montado um sumário, com as principais partes do código, deixando em destaque os principais crimes e penas, para que eu pudesse durante a pesquisa ficar atenta ao que determinava o Código sobre o assunto.
7. À medida que as notícias foram sendo catalogadas, foram realizadas anotações sobre possíveis direcionamentos a serem dados na produção do relatório. A escrita foi planejada com anotações, sendo registradas uma espécie de roteiro, indicando possíveis autores que poderiam servir como referência e trechos de fontes que poderiam ser utilizadas.
8. A elaboração do produto, sob a forma de um jogo pedagógico foi resultado de um processo iniciado com os avanços da pesquisa. Acontecendo seu planejamento e estruturação, paralelamente ao avanço das pesquisas. Esse planejamento se deu através de uma experimentação de alguns jogos que existem no mercado com a temática crime. Alguns deles, como já conhecia a dinâmica, não foram experimentados – a exemplo do jogo detetive – outros foram experimentados, como foi o caso de Black Stories. Após a experimentação, iniciou-se a idealização.
9. A respeito do referido produto, sua explicação será aprofundada, no item Apresentação do jogo.
10. Paralelamente à pesquisa das notícias no Diário de Pernambuco, manteve-se a leitura sobre o período e novas leituras foram feitas, voltadas para a elaboração do produto e para a escrita do presente relatório, como subsídio teórico associado ao produto elaborado. Sendo assim, constituiu-se o estudo sobre as representações femininas envolvidas em crime, partindo de uma análise de notícias que situam as mulheres, o discurso civilizador e a existência feminina enquanto resistência.

3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Numa perspectiva de possibilitar a divulgação da pesquisa produzida academicamente, para além dos muros da universidade, pensei imediatamente em produzir um objeto de uso didático. Certamente, o meu lugar social teve um importante papel nessa escolha. Como professora do ensino básico, desejava elaborar um produto que pudesse me auxiliar a ampliar os debates sobre gênero na escola, de forma dinâmica, envolvente, estimulante e significativa. Nesse sentido, optei pelo formato de um jogo dirigido a estudantes do 2º ano do Ensino Médio.

Sabe-se da importância de estudar a História de forma problematizadora, distanciada da ideia de verdades únicas, de conhecimento engessado e distante do presente. Nesse sentido, se faz urgente, aproximar o conhecimento histórico, tornando essa História viva, aos olhos das pessoas envolvidas no processo de aprendizagem. E o primeiro desafio da professora/professor de História está na imaterialidade e na abstração do conhecimento histórico que, de acordo com Costa (2015, p. 108), “[...] já acontecido no passado, não pode ser reconstituído, já que não é somente o aspecto físico que o constitui, mas também seus aspectos políticos, sociais e culturais.”(COSTA *apud* ARRUDA, 2014, p.242).

Diante do exposto, parece necessário situar essa minha escolha, falando um pouco dessa trajetória. Ao longo de alguns anos de docência em salas de aula do ensino básico, no ensino público e privado, algumas impressões construídas tornaram-se meus alicerces. A primeira delas é a percepção da distância entre as realidades sociais e de oportunidades aos alunos das redes pública e privada. Quanto a essa questão não aprofundarei a discussão, pois ela vai muito além dos limites do meu estudo, no entanto, citá-la é importante, porque é nesse contexto de observação que situo o meu produto, torná-lo acessível às duas realidades, tornou-se um requisito básico para dar início a idealização do formato do jogo, tema a ser tratado mais adiante.

Pensar a aprendizagem de forma intensa e significativa, exige pensar em estratégias significativas com objetivos bem definidos. A definição do objetivo precisa estar associada às habilidades que se pretende desenvolver nos alunos e ao mesmo tempo as inferências que precisam realizar em relação ao conteúdo. Nesse sentido, Moran afirma:

Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa. As metodologias ativas são caminhos para avançar mais no conhecimento profundo, nas competências socio-emocionais e em novas práticas. (MORAN, 2014 p. 3).

A aprendizagem precisa ser significativa, não há nada de inovador nesse pensamento, mas é fato que buscá-lo é um constante desafio, especialmente quando ainda nos deparamos com processos avaliativos fundamentados em um extenso quantitativo de conteúdos e realidades sociais de aprendizagem diferentes

No intuito de aproximar estudantes e conhecimento histórico, foi elaborado um projeto didático interdisciplinar, constituído de etapas que estimulam competências e habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As etapas do projeto e as estratégias do jogo, foram elaborados, com o intuito de possibilitar o contato com fontes históricas, tornando possível uma maior aproximação entre estudantes e o período em análise.

A elaboração do projeto e do jogo, seguiu a proposta da BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

[...] que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. (BNCC, 2018, p.562).

E tendo em vista que o período em estudo diz respeito a um passado distante, é preciso “[...] desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas” (BNCC, 2018, p. 564).

Nesse sentido, tornar as aulas de História espaços de interação e experiência, seria o melhor caminho para a construção do saber histórico. E para tentar atingir esse objetivo, os jogos são uma excelente opção. Tema de discussão do historiador e linguista holandês Johan Huizinga, o jogo é definido pelo autor como elemento da cultura, sendo o jogo mais antigo que a própria cultura, realizado “[...] dentro de alguns limites de

tempo e de espaço, através de regras livremente consentidas [...] dotadas de um fim em si mesmo.” (HUIZINGA, 2010, P. 33). Nesse sentido, Huizinga afirma:

O jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade meramente física ou biológica. É uma função significativa, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa em jogo que transcende as necessidades imediatas da vida e confere sentido a ação. (HUIZINGA, 2010, p. 4).

Em se tratando de jogos digitais a função significativa é mantida, de acordo com o historiador Christiano Monteiro:

O videogame é uma apresentação de problemas a serem resolvidos, e todos os desafios no jogo têm um gabarito. Por isso, o jogador não desiste até alcançar a solução completa. A dinâmica do game, portanto, transfere o controle para os jovens, para os indivíduos. (CHIARELLI e LOFRANO, 2015, s/p).

E, para além da prática dos jogos digitais, alguns conceitos, derivados do universo dos games, foram incorporados às práticas pedagógicas, como por exemplo, o conceito de gamificação, que pressupõe o uso de elementos tradicionalmente usado nos games, como narrativa e sistema de feedback. Para Alexandre e Sabbatini(2013):

[...] a gamificação é uma forte aliada às práticas didáticas (vida real), pois torna o aprender mais significativo pelas conquistas vivenciadas nos jogos, e com isso consegue-se engajar, motivar e incentivar os estudantes em seus processos de conhecimento, além de várias outras possibilidades: colaboração, interação, etc. (ALEXANDRE e SABBATINI, 2013, p. 14-15 *apud* COSTA, 2015 p.115).

Os estudos sobre gamificação na educação e os usos de jogos didáticos, fundamentaram não apenas a escolha inicial pelo jogo, mas ajudaram a pensar o formato ideal para atingir os objetivos esperados. Em diálogos com os estudos realizados, algumas experiências utilizadas em aula, utilizando ferramentas digitais ou simplesmente estratégias de jogo com recompensas e estímulos variados, me fez perceber como a gamificação colabora para o engajamento dos alunos na aula e consequentemente para o aprofundamento da aprendizagem.

Nesse sentido, surge o desafio de pensar esse elemento, essa estratégia, pois o desenvolvimento de novos produtos e sistemas deve levar em consideração, além dos fatores tecnológicos, a tendência de que a sociedade contemporânea parece estar cada

vez mais interessada em jogos⁵. Os mecanismos encontrados nos jogos funcionam como um motor motivacional do indivíduo, contribuindo para o engajamento deste nos mais variados aspectos e ambientes (ZICHERMAN e CUNINGHAM *apud* BUSARELLO, 2014, p. 13).

Através de aspectos lúdicos, musicais ou imagéticos, a aprendizagem pode ser facilitada e os alunos envolvidos. Para gamificar é preciso estabelecer objetivos, regras e um sistema compensatório. Com esses três elementos, prendemos e envolvemos a atenção do aluno, além de facilitar a efetivação do aprendizado, torna-se possível também contribuir para o processo de interação e desenvolvimento de várias habilidades sócio-emocionais.

Nesse sentido, pensar o jogo, considerando as perspectivas de análise, seguiram algumas etapas. Primeiramente era preciso pensar que tipo de jogo eu poderia desenvolver para abordar a temática do meu estudo de forma eficiente e ao mesmo tempo seguindo uma lógica coerente.

O uso de aparelhos eletrônicos de forma massificada é uma realidade, no entanto o acesso às redes de acesso à internet ainda é um importante elemento que dificulta o acesso dos alunos em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, a ideia inicial de produzir um jogo digital, foi substituída pela ideia de um produto num formato não digital, pensando em tornar possível o seu uso nas escolas particulares e públicas, independentemente do acesso à internet e aos recursos tecnológicos necessários para um jogo digital.

Alguns jogos foram pesquisados, como inicialmente a ideia era um jogo simulador, o The Sims parecia o ideal, no entanto, pelos motivos já apresentados, ao optar por uma versão de jogo não digital, outros jogos de cartas e de tabuleiros foram considerados. A ideia era encontrar o melhor formato, as estratégias do jogo e os estímulos ou prêmios a serem atribuídos.

Foram considerados os seguintes jogos de cartas e de tabuleiro: Detetive, Black Stories, Criativcard por serem jogos com temas relacionados a crimes, mas utilizando diferentes estratégias, apresentando diferentes sistemas de compensação. Dependendo de um percurso de pistas e informações seguindo uma trilha, ou apenas obtendo uma breve

⁵ A esse respeito a obra organizada por Luciane Maria Fadel, Vania Ribas Ulbricht, Tarcísio Vanzim, Gamificação na educação (2014), reúne diversos aspectos sobre o processo de gamificação, estratégias, habilidades desenvolvidas e resultados alcançados.

informação sobre o crime para, a seguir, elaborar uma hipótese. A ideia era produzir um jogo referenciado nesses modelos, mas com uma estrutura própria de regras, apresentada em maiores detalhes no capítulo sobre a apresentação do produto.

O público escolhido para o jogo são estudantes do 2º ano ensino médio, considerando dois critérios como decisivos: O primeiro, considerado mais importante, foi a idade – por se supor serem os estudantes desta série possuidores de um repertório cognitivo e cultural em nível de desenvolvimento adequados ao jogo. O segundo critério decisivo para a escolha diz respeito ao currículo de História para o 2º ano: centrado na construção da sociedade burguesa e em especial em estudos do século XIX.

Compreendendo os objetivos para o Ensino Médio, estabelecidos pela BNCC, o jogo se propõe a ser parte de um ciclo de atividades temáticas realizadas ainda no primeiro semestre, com a finalidade de aumentar o repertório de conhecimento sobre o período e desenvolver, em particular a competência específica 4: Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades, ea 5. identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Entre os temas abordados no projeto didático proposto, estão: a ciência e a questão do método científico no século XIX (seus usos sociais e políticos), arte e sociedade- os espaços sociais privado e público, as mulheres no XIX – percursos, conquistas, discursos., arte e sociedade, economia e relações de trabalho. Com a introdução do jogo como parte desse ciclo de estudo temático, mais uma etapa seria incluída, envolvendo a execução do próprio jogo, atendendo aos três elementos de gamificação: regras pré-estabelecidas, objetivos definidos e o sistema compensatório, apresentados aos estudantes no manual de instruções do jogo.

4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O ofício na sala de aula envolve, especialmente na área das ciências humanas, certa tensão entre a necessidade de que, os marcos de reflexão por você propostos, sobrevivam à ação do tempo produzindo resultados que se concretizem nas práticas sociais e, as exigências de cumprimento de um currículo de baseado em conteúdos. Não

é novidade, contudo, que no momento atual, essa tensão que sempre existiu, se vê agravada por outro pólo de tensão, resultado do fortalecimento de uma tendência de pensamento que prima por uma educação técnica, voltada para o mercado de trabalho e, que se propõe, desprovida de ideologização, o que não preciso dizer, mas o farei assim mesmo, é definitivamente impossível, considerando que essa posição já é, por si mesma, fruto de ideologização.

Nesse sentido, o principal desafio a ser enfrentado, ao se tratar, no ensino básico de temas relacionado às relações de gênero, e, especialmente violência de gênero, está em simplesmente seguir em frente, persistindo em falar do que se quer silenciar. O que antes já era tenso, agora não é apenas tenso, mas um gesto acima de tudo político, necessário e urgente, tendo em visto o aumento de casos de violência doméstica em 2020, com o início da pandemia de Covid-19.

À frente desse cenário, visando contribuir de forma mais efetiva para ampliar os debates sobre as relações de gênero no espaço escolar, a pesquisa sobre as representações femininas no Diário de Pernambuco, resultaram na produção de um jogo de tabuleiro nomeado como **QUEM É ELA?** A escolha pelo nome, fundamentou-se na principal pergunta a ser suscitada pelo jogo: quem eram as mulheres que apareciam descritas nas notícias? Objetivando que o jogo, associado às outras etapas do projeto, ajudem a refletir sobre a mulher na sociedade, suas lutas, sua presença nos espaços públicos, suas representações nos espaços dominadores e dominantes.

Como uma das etapas de um projeto, o jogo, que será mais bem explicado no item “Jogo de mesa”, servirá não como fim, mas como um meio para a promoção da reflexão, através do contato com fontes e fragmentos de trabalhos acadêmicos sobre o assunto.

Diante do exposto, começemos, portanto, com um excerto de uma publicação na coluna Pernambuco de 2 de abril de 1870:

CARUARU – escrevem-nos desta villa, a 27 de março. Deus se compadeceu de nós, e julgo que teremos bom inverno, pois que há oito dias chove quasi que incessantemente. Entretanto ainda estamos lutando com a necessidade, que só desaparecerá de todo d’aquí a quatro mezes tempo da colheita. Pelo menos, salvam-se já os gados que estavam morrendo por falta de pasto, aparece o leite que é um dos principaes alimentos dos creadores neste tempo chamado do verde, e bem assim diversas fructas que muito concorrem para alimentação da pobresa, a quem servem de genero de primeira necessidade e não de regalo. Já se concluiu perante a delegacia de polícia desta cidade o processo que se instaurou contra a adúltera que matou o marido de

combinação com o amante, e ambos foram pronunciados no art. 192 do código criminal. Está bem provada a criminalidade de taesféras. (DP, 02/04/1870, p. 2).

A narrativa se inicia como uma espécie de oração, reconhecendo a graça de Deus pelo compadecimento com o seu povo, se seguindo pelo relato de uma série de situações em que problemas relacionados à colheita, ao pasto e a produção de leite, haviam sido solucionados pela presença de chuva, justificadamente comemorada. No transcorrer do relato, é mencionado o impacto dessa colheita para a alimentação da população pobre. Muito embora, esse relato nos permita conhecer algumas preocupações com questões de ordem prática de sobrevivência de uma população e o lugar social da fé. É o último assunto abordado, que nos dá informações sobre outro aspecto das vivências no período: a mulher em um cenário de crime. O exemplo citado é muito ilustrativo de como se narravam as notícias de crimes cometidos por mulheres, especialmente quando o crime dizia respeito a infidelidade.

Embora notícias do interior da província, tivessem maior interesse para os habitantes do interior, não é menos verdade pensar que essas cartas, dirigidas aos redatores do Diário e tinham como potenciais destinatários leitores do Recife e de outras partes da província. O interesse pelo que acontecia no interior da província, era certamente, fortalecido pelas narrativas dos correspondentes.

“Os usos de termos como “adultera” e “combinação com o amante”, serve demais para chamar a atenção para uma das imagens recorrentemente compartilhada em relação à mulher criminosa, ou mesmo suspeita de autoria ou co-autoria em crimes contra o matrimônio. Por certo, isso se dá, pois “[...] como parte, do processo permanente e invisível, a domesticação dos corpos das mulheres, ocorre, conseqüentemente, através da utilização de diferentes meios, os quais asseguram a existência de um confinamento simbólico [...]”. (BORGES, 2016, p.22). Esse confinamento determina os limites e as proibições a que as mulheres, em especial do século XIX, são submetidas.

Em outro trecho da notícia, a narrativa se segue “Está bem provada a criminalidade de taesféras” a prática criminosa do casal, é dissociada de sua condição humana, associando-os a seres animais, incivilizados. Comportamento inaceitável numa sociedade que se pretende civilizada. Dissociar do humano um comportamento que advém dos desejos, funcionaria como uma ferramenta educativa, reforçadora de

padrões de comportamento que se aproximam do campo da razão, do comportamento esperado para o modelo de sociedade vigente. Sendo assim, a mulher mencionada na notícia, se afasta desse modelo e é preciso deixar isso claro.

É preciso atentar, para o fato de que ao relatar a prisão do casal envolvido no assassinato do cônjuge de um deles, outro crime, ganha espaço na narrativa do relato: o adultério. Crime previsto no código criminal de 1830, parte III, cap III, sobre os crimes contra a segurança do estado civil e doméstico. De acordo com o Art. 250. “A mulher casada, que cometer adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adultero.” (BRASIL, 1830, p. 36). O adultério, assume assim, um papel de destaque no relato do assassinato.

Em outra notícia, na coluna Revista diária, é relatado um possível crime, de outra natureza, mas também envolvendo uma mulher, ocorrido em outra localidade da então província pernambucana, Rio Formoso.

CADAVÉR – Segundo notícias vagas no dia do corrente foi encontrado á margem do rio que circula a cidade do Rio Formoso, o cadaver de uma criança recém nascida, que das averiguações medicas, procedidas no acto da vestoria reconheceu-se que ella havia nascido viva, e que era filha de uma mulher de côr parda, que de ama servia em casa do Sr. Augusto Rufino de Almeida. A pobre mulher, se é que foi ella a autora, foi recolhida a prisão, até que se possa descobrir a verdade. (DP, 09/02/1870, p.2).

A narrativa já se inicia apresentando as informações como resultado de notícias vagas que dão conta de um cadáver encontrado às margens do rio. A mulher citada no relato, não aparece identificada pelo nome. Ela é apenas nomeada como “uma mulher de côr parda” que “de ama servia” e nesse momento, o nome do homem a quem servia de ama, mas que em nada se encontra envolvido no crime, de acordo com o relato, é citado.

Ao contrário do que possa se pensar, a não identificação pelo nome, não consiste em proteger sua identidade, visto que ao identificá-la como ama do Sr Augusto Rufino de Almeida, essa identificação torna-se possível. A não identificação da mulher pelo nome e sim pela sua condição de ama, está ligada a sua condição de escravizada. Identificá-la como tal, constituía uma narrativa que colocava essa mulher numa situação de análise e portanto, de representação diferenciada. Se o relato iria se referir a uma mulher que não é branca e nem livre, era preciso deixar isso claro, pois essa é uma parte importante da análise que se fará da história noticiada e, portanto do que se esperava contribuir para a formação de uma opinião pública.

Diferente da primeira notícia, a segunda apresenta uma história ainda sem conclusão, mas em ambas as mulheres aparecem como autoras de crimes. A primeira como uma mulher casada, vivendo uma relação amorosa extraconjugal, e acusada de homicídio, a segunda como mulher escravizada, que serve de alimento a crianças que não são suas, acusada de matar o filho. Tais notícias, para além das interpretações sobre as suas autoras, são indícios de atuação feminina, como protagonistas de suas vidas. Mesmo aquelas, que não eram donas do próprio corpo, ainda assim eram donas de suas vontades.

Durante o levantamento de notícias de crimes envolvendo mulheres, no Diário de Pernambuco, foi percebido, duas últimas décadas do período analisado entre 1870 e 1880, um aumento significativo no espaço ocupado pelo crime nas páginas do referido periódico. Tradicionalmente ocupando, as colunas repartição de polícia e Pernambuco: Revista Diária, especialmente a partir da década de 70, o tema tornou-se o enredo central de publicações em folhetins e, em publicações de estilos literários diversos, também anunciados nas páginas do periódico.

O interesse pelo crime, estimulou vários tipos de narrativas, utilizando diferentes estratégias e recursos linguísticos. Na coluna Repartição de Polícia, havia uma preocupação em relatar objetivamente os crimes e as pessoas envolvidas, como coluna oficial, sua função era apenas relatar as atividades da polícia. Em outras colunas, a exemplo da coluna Pernambuco, a forma como a narrativa é construída aguça a curiosidade do leitor. As visões de mundo dos autores, valorando o traçar da história, emitindo suas opiniões/visões a respeito da participação feminina no evento relatado, ajudaram a construir as formas de representação feminina.

A partir desse compilado de narrativas, construídas com diferentes objetivos, destinadas ao público leitor do Diário de Pernambuco, o jogo didático produzido – que será melhor apresentado no item Jogo de mesa – permitirá que estudantes do ensino básico, sejam capazes de conhecer algumas formas de representações das mulheres, em Pernambuco durante o período imperial, em particular entre 1850 e 1889, tornando possível conhecer a sociedade oitocentista de uma forma mais ampliada, numa perspectiva de pensar a sociedade atual, as tensões resultantes das relações de gênero e as representações femininas na atualidade, avaliando as rupturas e as permanências.

4.1 AS IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS RELATOS DE CRIMES.

A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. (DIAS, 1995, p.14).

Quem é ela? “Pura”, “casta”, “honrada”, “hydra”, “adúltera”, “adúltera incestuosa”, “pobre mulher”. Essas são algumas das formas mais comuns encontradas, de se referir às mulheres, em relatos de crimes, encontrados durante a pesquisa. E pensar essas palavras, conduz ao que afirmou Bourdieu que, “Tudo na gênese do habitus feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação pelo olhar e pelo discurso dos outros.” (BOURDIEU, 2019, P. 107).

Ao escolher tais palavras, simbolicamente, se inclui essas mulheres em categorias, que na prática, são “[...] resultado da concordância entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito.”(BOURDIEU, 2019, p. 23), ou seja, são conceitualizações, representações do mundo e, de forma mais precisa das mulheres, resultando num sistema de legitimação que dá força ao que é dito. A linguagem tem um papel significativo nesse processo, como afirma Miguel Àngel Cabrera: “[...] a linguagem, ao ser uma criação subjetiva ou intersubjetiva, é um meio de transmissão do pensamento e um instrumento através do qual os sujeitos exibem sua ação no mundo.” (2001, p. 55). Ainda de acordo com Cabrera, o que gera significado e consciência não é o discurso em si, mas a interação entre o referente real e a matriz categorial.

Como exemplo disso, podemos situar os discursos médicos sobre o comportamento feminino, afirmando que era marcado pela natureza instável, enganosa e falsa, ou atribuindo à mulher uma maior susceptibilidade aos males emocionais do que os homens. Esses últimos, conforme essa mesma ideia, quando sob o domínio de males emocionais, ainda assim teriam maior propensão a controlá-los, emanando daí o entendimento de que o interior dominava as mulheres graças ao seu temperamento frágil e instável, como se a mulher fosse inata e biologicamente inferior (DAVIS, 2001, 122). A ciência médica, oferece, portanto, subsídios categoriais para a classificação feminina, numa escala de inferioridade, naturalizando as diferenças e, consolidando a ideia de

inferioridade feminina. As explicações dadas pela medicina do século XVI, se prologaram pelos séculos XVII e XVIII, quando então sofreram algumas modificações, mantendo-se, contudo, na ordem da natureza a explicação para a inferioridade feminina.

Vale salientar que as revoluções burguesas do século XVIII e XIX, apesar da proposta de promoção de importantes rupturas políticas, econômicas e sociais, pouco significou, na prática para as mulheres. Muito rápido ficou claro que o discurso de igualdade, alicerce das revoluções burguesas não atendia de forma efetiva, a todos os grupos sociais, nem mesmo reconheceu os mesmos direitos às mulheres. Mas, ainda assim, as rupturas trazidas pelo movimento, contribuíram para iniciar as primeiras lutas femininas por igualdade de direitos, acompanhada de continuidades, inclusive dos usos dos corpos femininos na construção simbólica da revolução.

Para a historiadora Michelle Perrot, analisar os usos do corpo feminino, exige atenção para as duas caras de uma mesma moeda: os usos do corpo feminino na construção de discursos (literários, artísticos, políticos...) e o seu silenciamento, porém também como parte e movimento operatório desses mesmos discursos. Tão poderosos que adentraríamos o século XX com uma análise feita por Simone de Beauvoir, em *Segundo Sexo* (1949), muito parecida, para não dizer idêntica ao que já caracterizava as relações de gênero um século antes: “Assim se opera uma construção sociocultural de feminilidade, que Simone de Beauvoir analisou (*Segundo Sexo*, 1949), feita de contenção, discricção, doçura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor, silêncio. Eis as virtudes cardeais da mulher.” (PERROT, 2003, p. 21). Constituiu-se, assim, um modelo padrão feminino.

A contenção, a discricção, a passividade, e todas as qualidades apontadas por Beauvoir, como atribuídas às mulheres consideradas com honra, enquanto, que às demais, desonradas, recairiam todos os antônimos. Apesar de contas, “[...] enquanto os homens exercem a malandragem viril, as mulheres constroem sua identidade em torno dos ideais de honra familiar, castidade e pudor. Dessa forma, dá-se a impressão de que os homens estabelecem as regras e as mulheres se submetem.” (FONSECA, 2000, p. 151). O que contribui para uma ideia de polarização das relações de gênero em que as mulheres aparecem sempre como passivas.

É fato que as questões trazidas acima, pensadas a partir de uma realidade europeia, não traduz a realidade pernambucana, objeto de análise do presente estudo. Assim como pensar que os discursos determinaram e mantiveram as mulheres nos

lugares para elas determinados, significaria desconhecer a realidade sobre as mulheres que viviam no Pernambuco oitocentista. Analisar as narrativas de crime, se apresentam como um caminho para perceber essa presença, e em especial, no presente estudo, as percepções sobre essa presença.

Antes de trazer à baila e discutirmos as imagens e representações acerca das figuras femininas encontradas nos relatos publicados no jornal em questão, vale a pena mostrar como as notícias costumavam aparecer publicadas na coluna “Repartição de polícia”, quando essas mulheres apareciam na condição de vítima ou como partícipes das ações criminais:

O delegado do termo de Buique participou-me, por officio de 14, também do corrente, que das 9 para as 10 horas da noite do dia 12, no lugar denominado Capoeira, em distância de meia legua da villa, Antonio Fernandes Ferro, pardo escuro, assassinara com uma facada a Joviniana Bezerra Leite, sua amasia, e ferira gravemente a Antonio Januario da Silva, que o acompanhava; que procedera aos competes corpos de delicto, e ficava deligenciando a captura do criminoso. Deus guarde a V. Exc. Illm. e Exm. Sr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque presidente da província – o chefe da polícia, Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. (DP, 21/11/1870, p. 1).

Como é possível observar, no relato, o assassinato de Joviniana Bezerra Leite, é relatado na coluna, em meio a outros casos, utilizando como recurso a objetividade na informação. A narração do crime, se inicia com a indicação do autor, alertando para a descrição racial dele, atentemos para o fato de ser destacado que ele era pardo escuro, informação utilizada, no intuito de “classificar” socialmente Antonio Fernandes Ferro.

O relato do assassinato de Joviniana, embora se apresente como objetivo não nos ofereça muitos elementos para reconstituição da história do crime, possibilita a elaboração de algumas possíveis conclusões, sobre o lugar social das mulheres e sobre as relações amorosas num contexto além do matrimônio. Ao iniciar a descrição do crime: “Antonio Fernandes Ferro, pardo escuro, assassinara com uma facada a Joviniana Bezerra Leite, sua amasia [...]”(DP, 21/11/1870, p. 1) a palavra “amasia” qualifica e classifica a vítima, ou talvez seja mais adequado afirmar que desqualifica e desclassifica. Tomemos como ponto inicial, a análise do significado da palavra. No dicionário Luiz Maria da Silva Pinto, Amasia significa amiga, concubina. No mesmo dicionário, amasia significa concubina. Por outro lado, o dicionário Raphael Bluteau, define da seguinte forma, concubina: “[...] a mulher com a qual habita &cohabitahum homem, como se fora sua própria mulher.”

Conclui-se, portanto, que a mulher assassinada, se relacionava com o assassino mantendo com ele uma relação íntima, mas não convencional, visto que não haviam contraído o matrimônio. Dessa forma a mulher vitimada é valorada, classificada. Ao trazer um terceiro personagem, Antonio Januario da Silva, também ferido, cria-se uma narrativa que não apenas indica o criminoso, mas sugere a existência de um relacionamento afetivo entre as vítimas. Um outro relato publicado na coluna Repartição de Polícia, apresenta uma temática semelhante:

Em data de 31 de março ultimo, comunicou-me o subdelegado de Muribeca que, no dia 29 do mesmo mez, naquele districto Josepha Maria da Conceição, amasia de Mauricio Joaquim dos Santos, ferira gravemente a este com uma facada, que procedeu a corpo de delicto e trata-se de instaurar o competente summario contra a criminosa, cuja captura deligencia. [...] Deus guarde á V. Exc.-Illm. Exm. Sr. Conselheiro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, digníssimo presidente da província – O chefe de polícia, Luiz Antonio Fernandes Pinheiro” (DP, 13/04/1871, p. 1).

Diferentemente do relato anterior, a mesma coluna noticia um crime de autoria de uma mulher: o ferimento de Mauricio Joaquim dos Santos. A autora, Josepha Maria da Conceição, é classificada da mesma forma que a mulher da notícia anterior: “amasia”, sendo acrescido mais um adjetivo à mulher, agora na condição de autora: criminosa. Chama a atenção o fato de que na notícia anterior em que o homem era o autor, este não recebeu nenhum tipo de “classificação”, exceto sua cor. Certamente, essa diferença na forma de representar, indica diferenças na forma de pensar o homem e a mulher criminosos. Ao mesmo tempo, as palavras “pardo” e “amasia”, referindo-se a pessoas diferentes trouxeram consigo um valor similar: desclassificar.

Outras colunas do Diario, dedicaram-se ao relato do crime. A exemplo da coluna Pernambuco. A coluna “[...] reservava-se, basicamente, para informações de caráter político-administrativo da província ou da municipalidade capitalina, atendendo a tesouraria da fazenda, sessões da Câmara Municipal do Recife, tribunal do júri e Assembleia provincial.”(SANTOS, 2019, p.63). Uma publicação na referida coluna de 04 de janeiro de 1866, dizia:

De Garanhuns temos notícias em data do 15 do próximo passado, dizendo-se o seguinte: “Um facto horrorosíssimo deu-se no dia 13 do corrente em cachoeira do Riacho Secco, deste districto. Manoel João de Freitas achava-se doente ha tempos, e naquelle dia acordando pelas duas horas da madrugada, vio que sua mulher tinha se ausentado da cama, deixando-o só. Como já tivesse desconfiança della, levantou-se visto que o seu incommodo não o impedia de andar, e foi em sua procura. Logo ao sahir de casa, cuja porta da

rua estava aberta, encontrou a adúltera conversando com um irmão dele, de nome Francisco José de Freitas. Exprobando-lhe o infeliz marido seu criminoso procedimento, esse irmão desnaturado sahio lhe ao encontro ameaçando-o, e em acto sucessivo correu a sua casa, que estava a pouca distancia, lançou mão de um clavinote, e, voltando ao lugar onde deixara sua complice e o infeliz marido desta, desfechou sobre elle a arma que empunhava, e, qual outro Caim, commetteuest'arte um fratricídio! O delegado, tendo a aviso de semelhante facto, que lhe foi dado pelo subdelegado, fez seguir para o lugar do conflito uma força, e consta que já se acha presa a adúltera incestuosa, tendo podido o fraticida escapar-se de um cerco que lhe pozeram. A força pública continua em diligências afim de prender tão grande scelerado, que na verdade merece todo o rigor da lei pela enormidade do seu crime. (DP, 4/01/1866, p.2).

Como pode-se observar, a publicação supracitada, diz respeito, assim como as anteriores, a um relato de crime. No entanto, a forma de exibição desse relato, se apresenta de forma bem diversa. A primeira diferença diz respeito a forma mais explícita de emitir juízo de valor. A exemplo do termo “um facto horrorosíssimo” usado para introduzir a notícia, ou o uso dos termos “adúltera” “complice” “adúltera incestuosa”, para se referir a esposa, cujo nome sequer é citado. Ou ainda os usos dos termos “infeliz marido” para se referir a Manoel João de Freitas e “irmão desnaturado” e fraticida, para se referir ao irmão de Manoel, Francisco José de Freitas. A conclusão da notícia mais uma vez apresenta de forma explícita a opinião do correspondente.

Outra diferença no tipo de relato dessa coluna, diz respeito aos detalhes da narrativa que permitem ao leitor reconstruir o cenário do crime, imaginando cada uma das cenas narradas. Um relato certamente atrativo de se ler. A exemplo dos relatos anteriores, analisemos, a mulher apresentada apenas como esposa de Manoel. Sendo ela representada como uma mulher adúltera, complice de um crime, apresentada como culpada e já condenada segundo a opinião do correspondente. Assume a mulher então, o papel de serpente e infiel, representações que melhor trataremos no item 4.1.2.

A partir dos exemplos supracitados, podemos adiantar que a mulher será geralmente representada nesses textos ou relatos como digna e honrada, ou, pelo contrário, indigna e desonrada. O conceito de honra para as mulheres estará essencialmente ligado ao seu sexo e à sua sexualidade. Os usos do corpo feminino através da linguagem artística, médica ou científica, utilizam como tema centralizador a honra feminina, algumas vezes presentes como pano de fundo, outras vezes apresentado explicitamente. Ora celebrando as virtudes femininas de submissão e silêncio, nos comportamentos e gestos cotidianos: “A mocinha, personagem criada pelo século XIX

ocidental, devia ser pura como um lírio, muda em seu desejo.”. (PERROT, 2003, p. 22). Outras vezes, como serpente infiel, manipuladora e criminosa. Mas sempre descrita por homens em narrativas geralmente lidas, por outros homens.

4.1.1 O jornal e seus correspondentes

Já durante o período em análise, o Diário de Pernambuco era o decano da imprensa pernambucana. De linha editorial conservadora, ainda mais possuindo o status por longos períodos de veículo das publicações oficiais do governo provincial, não estranha que fosse se convertendo paulatinamente em grande defensor dos valores aristocrata-burgueses daquela sociedade. Seu dono, editores e, principalmente, seus colaboradores correspondentes, ao que tudo indica, eram majoritariamente homens.

Antes mesmo de deter-nos nas notícias de crimes publicadas na coluna “Repartição de Polícia” e na análise de como se lançava mão de determinadas visões e imagens sobre a mulher, convém ressaltar que o mesmo periódico acolhia outros tipos de notícias, narrativas e folhetins que compactuavam, reforçavam e compartilhavam um discurso que objetivava controlar o corpo feminino, reservando-lhe papéis predefinidos, onde imperasse preferencialmente a passividade e a submissão, especialmente diante do homem.

Essa matriz discursiva que buscava naturalizar as diferenças de gênero acabava por gerar poderosas imagens e representações sobre a mulher veiculadas por meio de todo tipo de escritos, desde cartas ou sermões paroquiais, denúncias, relatos de sucessos os mais variados, alguns de tom satírico, outros de caráter mais sisudo, até romances igualmente publicados nas páginas dos principais jornais oitocentistas. Nesse sentido, o Diário de Pernambuco ocupa um lugar de primeira ordem enquanto suporte e instrumento de divulgação/circulação de determinadas concepções, ideias e conceitos.

Pensar o alcance dessa circulação de ideias e concepções tendo como suporte o Diário de Pernambuco, exige pensar o sistema de entrega das correspondências, e em especial do Diário. Muito embora, as primeiras agências dos correios tenham sido abertas, ao longo do ano de 1854, “[...] o boom de abertura de agências se dará, realmente em 1856. Em maio daquele ano, o Diário anunciou a criação de 24.”.

(SANTOS, 2019, p. 53). O aumento do número de agências, entre 1854 e 1862, impacta diretamente na distribuição do periódico em toda a província.

[...] uma mudança muito significativa no sistema de envio das malas do Diário de Pernambuco, passando de ser quinzenal a semanal, até pelo menos, 1868. Esse encurtamento do tempo de envio das malas pode até não ter suposto uma melhoria considerável para aqueles municípios mas próximos à capital, já que os jornais poderiam chegar até eles em menor tempo através de outros canais, mas não restam dúvidas quanto ao impacto que certamente teve naqueles mais distantes e menos atendidos. (SANTOS, 2019, p. 54).

A distribuição do Diário, em 1862, passa a ser diária nas localidades mais próximas como Olinda, Cabo e Escada. “Antes disso já Goiana e Igarassu já eram atendidas duas vezes na semana e os municípios do sertão como Boa Vista, Ouricuri e Vila Bela foram os mais beneficiados com a distribuição regular do periódico.”(SANTOS, 2019, p.56). Não resta dúvidas, portanto, do alcance que o Diário de Pernambuco passou a ter na província, especialmente a partir da década de 1860. Colaborando com essa análise quanto a distribuição material do Diário, vale ressaltar a extensão também do alcance das ideias e concepções por ele veiculados.

Apenas para corroborar com nossa análise acerca da importância do Diário de Pernambuco enquanto suporte, difusor e meio pelo qual se oficializava/naturalizava o discurso dominante, vale a pena trazer à baila alguns exemplos de outras narrativas onde também se pode encontrar o uso de imagens e representações acerca dos espaços e papéis atribuídos pela sociedade burguesa às mulheres. Destacamos para esse exercício apenas três tipos de textos: uma fala do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama – mais conhecido como Padre Carapuceiro, notícias e um texto bíblico.

Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, mais conhecido como “o Carapuceiro” por conta do jornal de nome homônimo fundado por ele em 1847, tinha frequentemente seus artigos transcritos e publicados nas páginas do Diário de Pernambuco.⁶ Na edição de 12 de abril de 1843, na coluna “variedades”, uma matéria de sua autoria tinha como tema a importância da educação das meninas, que era introduzida nos seguintes termos: “Se as mulheres são nossas mãis, se a natureza as destinou para esposas, e fiéis companheiras do homem, se ellas são as nossas primeiras

⁶ O Carapuceiro circulou até 1847. Boa parte dos seus artigos diziam respeito a temas da atualidade política de Pernambuco e do Brasil, no entanto, outro assunto garantiu sucesso ao periódico: as crônicas de crítica dos costumes.

mestras; que importância, que cuidado, que disvello não merece a educação das meninas!” (DP, VAR, 12/04/1843, p. 3).

Na mesma publicação, o clérigo demonstra preocupação com os maus exemplos que poderiam estar dentro do próprio recinto doméstico, por meio do convívio com as mulheres cativas:

A cada passo atolhão-se as nossas meninas funestos exemplos de lubricidade, e frasearia, seu se encontrão nos mesmos escravos, os quaes, como quer que não saibam apreciar o peijo, e a honra, nem deles lhes resulte maior grão d'estima, entregão-se cega, e brutalmente à crápula, à devassidão, e a toda laia de immoralidade. Ah! Quanto é fatal, e triste, que uma menina esteja vendo no seio da própria família escravas tendo filhos sem serem casadas! (DP, VAR, 12/04/1843, p. 3).

E conclui desenhando o papel social desejado para as mulheres prendendo-as à honra masculina, já que a elas restava e se reservava, unicamente, o ambiente doméstico na condição de esposas, mães e, sem forçar muito, boas filhas.

A natureza não destinou a mulher, se não para as augustas funções de esposas, e mãe: logo a este fim se deve principalmente endereçar a sua educação. A menina tem de ser um dia dona de casa; e por tanto convém infundir-lhe desde logo aquelles dotes, aquelas prendas, que tem de ser ao depois o título de sua maior gloria.(DP, VAR, 12/04/1843, p. 3).

Não é preciso ir mais longe, o próprio clérigo na mesma publicação adverte sobre os perigos de no lugar de se converter em uma boa filha, esposa e mãe, tornar-se uma “fátua” e “vadia”, portanto, presunçosa, com uma autoestima elevada, em nada comedida e dada a usufruir de sua liberdade, ou seja, tudo o que mais se desejava coibir nas mulheres:

A menina, que se habitua a essa vida ociosa, e folgazona, a menina que só cuida em modas, e em ataviar-se, e espinicar-se para ir esta noite à sociedade tal, amanhã a sociedade qual, na outra noite ao teatro, na outra na partida da senhora D. Fulana, &c, &c, torna se uma fatua, uma vadia que terá grande prestimo para namoricos ephemeros, mas dificultosamente virá a ser uma boa esposa, e boa mãe de família. (DP, VAR, 12/04/1843, p. 3).

Publicações a exemplo da supracitada indicam o papel de difusor e chancelador exercido pelo decano da imprensa pernambucana, reforçando o ideal de mulher com todas as suas imagens e representações positivas em contraposição às consideradas inadequadas, imorais ou de menor valor. Não há como fazer pouco caso ou menosprezar

esse tipo de publicação, e menos ainda quando era fruto da pena-cabeça de conhecidos representantes da mais importante instituição religiosa de então, a Igreja Católica.

Outros exemplos desse tipo de linguagem encontramos em publicações, de natureza não jornalística, nas mesmas folhas do Diário de Pernambuco. Na coluna intitulada “De tudo um pouco” do número de 20 de julho de 1864, reservou-se espaço para uma história bíblica anteriormente publicada no Jornal das famílias, intitulado “Suzana, a casta”.

O responsável pela publicação, o clérigo Francisco Bernardino de Souza se refere a uma narrativada história do povo de Israel, enfatizando a ideia de como o sofrimento pode ser visto e tomado como um caminho para a pureza. A personagem principal e que dá título à narrativa, esposa de um dos anciãos de Israel, é descrita simplesmente como um modelo de mulher, “Formosa e casta como a açucena dos prados orvalhada pelo rocio do céu era Suzana, a mulher de Joaquim. Tão pura, tão casta era, que nem mesmo a subtil maledicenciaousára sonhar calumnias, nem de leve embaciar-lhe a candidez das vestes.” (DP, DTP, 20/07/1864, p. 8).

A Suzana da história é uma mulher idealizada a partir de imagens e representações associadas à “pureza” e à “castidade”, portanto, sinais iniludíveis de sua fidelidade, mas mais do que isso, de seu papel enquanto fiadora da honra da família. Há inclusive um episódio de prova, pois ela é sexualmente desejada por dois homens que após observá-la durante alguns dias, decidem surpreendê-la. Diante da sua negativa, os inconformados armam um falso flagrante e a acusam de adúltera. Mesmo sendo uma respeitada senhora na comunidade, uma vez denunciada como adúltera, sua situação se complica, já que os dois homens também eram conhecidos anciãos.

Como desdobramento se produz uma reunião dos anciãos, com a finalidade de decidir o futuro de Suzana. Os dois anciãos, autores da acusação, sugerem o uso da pena de morte como a melhor solução. Tudo indicava como certa a condenação da mulher à pena última, até que Daniel, outro homem ancião respeitado pela comunidade, intervém alegando ausência de provas.

Destacando-se da multidão, e apresentando-se em frente do tribunal, assim continua Daniel:

- Como sem provas ides condenar esta mulher? Como ides manda-la ao supplicio sem plena convicção de seu crime? Como assim barateaes a vida das filhas de Israel! Repito-vos, juízes, sou inocente do sangue desta mulher! E a multidão aplaudiu as palavras de Daniel.

- Não se dirá, fallaram os juízes, que condemnamos á morte a quem talvez não seja criminosa. Não se nos lançará á face o sangue da innocencia. Outorgou-te o senhor a sabedoria: vem, pois, sentar-te entre nós, e julga-a como se fôras juiz de Israel. (DP, 20/07/1864, p.8).

A fala de Daniel em defesa de Suzana, conduz a história para outro desfecho: a libertação de Suzana e a condenação dos anciãos que a acusaram aleivosamente. A história de Suzana, apesar de se tratar de uma narrativa bíblica, evidencia alguns aspectos representacionais importantes a serem destacados. Um primeiro ponto a destacar é a forma como Suzana é descrita, como uma mulher de honra por apresentar determinadas características imprescindíveis para a valorização da mulher: a pureza, a preocupação com a comunidade, como uma espécie de negação aos seus desejos individuais, posto que sua maior virtude é apresentada pelo grande empatia que nutria em relação ao sofrimento de seu povo, demonstrado na sua fisionomia triste e pelas orações que sempre fazia por horas sozinha: pelo seu povo, não por si.

Outro importante ponto a ser destacado é que mesmo sendo representada como uma mulher-símbolo da honra, mesmo assim ela não escapa a seu papel atrativo sexual, ela seduz mesmo sem querer, fascínio e perigo a um só tempo, os homens quase que só atendem ao instinto esperado, reforçando aí a ideia-representação da mulher enquanto elemento de sedução. Nesse sentido, seja repelindo as investidas dos anciãos ou negando à sua *natural* característica sedutora, Suzana é confrontada aos *perigos* de seu sexo. Para bom ou boa entendedor(a), o sucesso servia de aviso/exemplo para todas as *suzanas* da fina sociedade burguesa.

Tendo em conta a ampla circulação dos jornais na sociedade pernambucana oitocentista, seja através de leituras individuais ou em espaços públicos, em voz alta, é certo que cumpriam um papel dialógico. Reproduzindo valores sociais e ao mesmo tempo reforçando-os, contribuía para a perpetuação de práticas sociais, que no exemplo supracitado, vinculava a mulher à ideia-imagem de pureza, não raramente negando sua sexualidade, como uma virtude que a aproximava do sobrenatural, o modelo ideal.

A partir da década de 1870, o Diário de Pernambuco explorou bastante diversos tipos de relatos, algumas inspiradas em passagens bíblicas, além da publicação de histórias de folhetins, com tramas relacionadas a adultérios e crimes, com especial atenção ao praticado por mulheres. Nesse sentido é muito sintomático o anúncio abaixo reproduzido, publicado no rotativo em 15 de março de 1867:

Franco! Menu faz ver ao publico que no dia 17 estarão expostos os quadros religiosos abaixo mencionados e assim como quadros de guerras e capitães: A casa de Satanás, Jerusalém, nascimento do filho de Deos, a morte do Redemptor, o purgatório, o derradeiro julgamento, o Paraizo, a mulher adúltera arrependida aos pés de Jesus. (DP, 15/03/1867, p. 8).

Como podemos ver, no anúncio de uma exposição de quadros religiosos, um dos quadros representaria, a mulher adúltera aos pés de Jesus. Um indicativo da força da representação da virtude feminina, ou no caso específico em questão, da falta de virtude e do arrependimento como prática redentora. A respeito do interesse pelo assunto adultério no Diário, será melhor abordada no item 4.1.2.

Numa perspectiva de analisar de forma mais precisa, as representações de mulheres nos relatos de crimes, foi imperioso investigar os seus autores. Tendo a presente pesquisa se concentrado em duas colunas: “Repartição de Polícia” e “Pernambuco”. Na primeira coluna, de caráter oficial, a publicação se apresentava direcionada ao presidente da província e assinada pelo chefe de polícia. Na coluna “Pernambuco”, reservada para publicação de cartas particulares, escritas por correspondentes de várias partes da província, adotava-se comumente o anonimato, usando-se por vezes pseudônimos. As notícias da coluna “Pernambuco” utilizadas como fonte até o presente momento da pesquisa, não apresentavam assinatura “[...] vale enfatizar que muitos dos correspondentes assumiam a função de noticiosos oficiais relatando com frequência acontecimentos ocorridos em seu município ou nas vilas da comarca respectiva.” (SANTOS, 2019, p.40).

4.1.2 Serpente e infiel

No sentido da exposição acima, diversos tipos de publicações, apresentando o adultério feminino como tema, se faziam presentes nas páginas do Diário de Pernambuco. Entre as quais o anúncio de uma novela de costumes, de autoria do escritor espanhol Enrique Pérez Escrich, intitulada “Mulher adúltera”. Essa novela foi publicada em mais de uma ocasião nas páginas do decano da imprensa pernambucana ao longo da década de 1870, indicando, talvez, senão a existência de um público leitor interessado no tema, no mínimo o interesse no assunto por parte da chefia editorial.

O observado também demonstra que o interesse pelo tema, seja por parte do editor-chefe ou do público leitor, ou de ambos os lados, não constituía nem de longe uma exclusividade brasileira. Por outra parte, comprova-se isso sim o compartilhamento da mesma matriz discursiva que permitia impor um controle sobre o corpo da mulher. Segundo Yasmin Jamil Nadaf, esse tipo de novela era simultaneamente consumido em várias partes do Brasil, não se restringindo, como em nosso caso, apenas ao Rio de Janeiro. Conforme o autor:

Com esse perfil que mais se assemelhou a um “bazar asiático” a crônica folhetinesca do Rio de Janeiro fez seu percurso de sucesso ao longo do Segundo Império, desfrutando de uma popularidade em pé de igualdade com a ficção nacional e estrangeira que se imprimia no espaço de referência: o folhetim do jornal. Seu modelo esparramou-se inclusive para as demais regiões do país, onde alcançou idêntica aceitabilidade. (NADAF, 2002, p. 60).

Mas o uso ou produção de imagens e representações femininas não se limitava às histórias bíblicas, romances ou crônicas folhetinescas. No Diário de Pernambuco, correspondentes noticiosos também logravam publicar seus relatos acerca de crimes e delitos, registrando não raramente suas impressões e julgamentos sobre eles, e como já era de se esperar, reservando especial atenção quando sobressaíam figuras femininas nos referidos sucessos.

Sob esse raciocínio, a adoção do conceito de honra se justifica porque as descrições das personagens femininas quando protagonistas em crimes de sangue, ainda mais na companhia de parceiros e amantes, serão representadas invariavelmente como “adúlteras”, “traidoras” ou “hidras”. Vejamos alguns casos.

No Diário de Pernambuco de 3 de janeiro de 1854, já na primeira linha de uma missiva enviada por um correspondente, noticiou-se que no distrito de São José, então pertencente ao termo de Ingazeira, um tal Manoel Nogueira havia sido assassinado “por causa da mulher do mesmo”. Segundo o referido correspondente:

No districto de San Jose, pertencente ao novo termo de Ingazeira, Cassemiro de Tal, assassinou a Manoel Nogueira, por causa da mulher do mesmo. Contaram-me o caso assim: Cassemiro andava há annos em concubinato com a mulher de Nogueira, com a qual morava. O incansável Fr. Caetano de Messina, que tão relevantes serviços há prestado a Igreja e ao estado em sua missão pelo interior desta província, chegando a villa de Ingazeira, e ali missionando, apartou-os dessa união illicita e condemnavel, restituindo a adúltera a seu legitimo marido. Tres dias depois de estarem juntos, a hydra

convidando o marido a um passeio a pequena distancia, nesse passeio o entregou ao assassino, que o aguardava, e lhe roubou a existência, não sem algum trabalho, porque também sahio ferido com duas facadas. A adúltera assassina avadio-se em trajes de homem, e o seu co-réo, tendo sido preso pelo sub-delegado daquele districto, no tratamento das facadas, fugio vestido de mulher. Parece que os perversos haviam ajustado o meio porque deveram iludir a policia, e esta por inexperiente engolio a peta. (DP, PE, 03/01/1854, p. 1).

Note-se na narrativa que o tal Casseiro é claramente um protagonista menor, um “co-réo”, descrito apenas como “perverso”, mas ainda assim culpado, juntamente com a mulher do infortunado Manoel Nogueira. Há, no entanto, várias questões a serem observadas no relato. Primeiramente, somente os homens são referidos devidamente pelos seus nomes, enquanto a mulher, indicada apenas como “esposa de Nogueira” é chamada de “adúltera”, “hydra”, ou em sua pior versão, “adúltera assassina”.

Em segundo lugar, o papel do Frei Caetano de Messina foi de imenso valor para o desenrolar da história. Mas quem era o frei? Pertencente a ordem dos Capuchinhos, o frei vem da Itália para o Brasil, em uma missão encomendada pelo Imperador D. Pedro II.

Frei Caetano que durante a segunda metade do século XIX percorreu, no interior de Pernambuco, em ações missionárias, ditas de apaziguamento de atritos entre famílias e rebeliões sociais, sendo instituído líder das missões da ordem dos franciscanos capuchinhos italianos no Brasil. Tendeu a priorizar o olhar sob o caráter de apaziguamento das discórdias existentes nestas terras através da autonomia reclamada pela sua ordem perante os meios da parceria com o então governo imperial brasileiro. (COSTA, 2017, p. 19)

E um terceiro elemento a ser observado, é que parece haver uma mensagem de fundo: quando a mulher se empenha pelos descaminhos, nem mesmo as admoestações de um Frei Caetano de Messina davam resultado. Temos, então uma situação criada pela intervenção missionária de um frei que atuava no sentido, de um projeto civilizatório, sustentado por uma moral cristã. A atuação do Frei influenciou na reconfiguração da relação, seguindo-se daí a prática do crime. Na notícia ao frei são tecidos elogios e agradecimentos ao frei “por tão relevantes serviços há prestado a Igreja e ao Estado”.

Dito isso e tenhamos em mente, o uso da nomeação “hydra” denominando a mulher. Na mitologia grega, a hydra, era um monstro de aspecto repugnante, criado por Hera para matar Hércules. “A criatura tinha corpo de serpente e nove cabeças aterrorizantes. Cada uma de suas bocas espumosas exalava, entre dentes enormes, um

hálito mortal para quem o respirasse. A hidra – assim se chamava o monstro -rastejava sorrateiramente entre os caniços e moía o corpo das vítimas com seu abraço fatídico.” (POUZADOUX, 2001, p. 60). O significado da palavra hydra no dicionário Luiz Maria da Silva Pinto (1832), é “[...] serpente venenosa”, no dicionário Raphael Bluteau (1728) é “gênero de cobra, tão peçonhenta, como tormo, fa a villa. De ordinário vive na lagoa, & nos charcos, faz grande guerra às rãs.” Sendo assim, a mulher infiel seria comparável a um animal traiçoeiro e peçonhento.

Perceba-se que o uso da palavra, nessa narrativa, produz um efeito de culpabilizar a mulher não apenas pelo fato, mas indica para ela um papel de criminosa, fria, venenosa, traiçoeira. Perceba-se que, há nessa representação uma insinuação, ou mesmo uma denúncia do protagonismo feminino na tragédia. Evidenciando-se uma tendência a culpabilizar a mulher.

Outro caso similar pode ser consultado na edição do Diário de Pernambuco de 18 de março de 1870, ocorrido no Capoeirão, então termo de Caruaru. Conforme o noticiado na coluna Repartição de Polícia, Benta Maria de Jesus, de 16 anos, teria a começos desse mês assassinado com um tiro a Manoel José da Silva, seu marido, junto com seu cúmplice, o “cabra” José Rufino Pereira, “com quem a mesma se queria amasiar” (DP, RP, 18/03/1870, p. 1). Novamente, é necessário observar como o sucesso é contado.

Se os atos criminais cometidos por mulheres, e principalmente os de sangue, já eram considerados por si só completas abominações para as características e papeis reservados ao *belo sexo*, situações como as que aqui são arroladas, contrárias aos mandamentos da igreja e aos postulados masculinos da sociedade burguesa, só reforçavam a tese-discurso da fêmea infiel, capaz de tudo por saciar seus prazeres. Ainda segundo o relato, os “autores enterraram o cadáver cem braças distante da casa do assassinado”, sendo finalmente descoberto por “casualidade” e os “criminosos” conduzidos à prisão. (DP, RP, 18/03/1870, p. 1). A construção narrativa desse relato, acusa a frieza dos autores e, dá ênfase ao papel de liderança fria da esposa da vítima.

Outro caso, ocorrido em Garanhuns, publicado na edição de 04 de janeiro de 1866, na coluna Pernambuco Revista Diária, inicia a narrativa, descrevendo-o como um “caso horroroso”, a seguir conta a história de Manoel João de Freitas. De acordo com a narrativa, Manoel acordou por volta das duas horas da madrugada e percebeu a falta de sua esposa à cama. Afirma-se que, já desconfiado da esposa, Manoel se levanta e vai ao

seu encontro. Encontrando a porta da casa aberta, Manoel segue em direção à rua e surpreende sua esposa.

Logo ao sair de casa, cuja porta da rua estava aberta, encontrou a adúltera conversando com um irmão d'elle, de nome Francisco José de Freitas. “Exprobando-lhe o infeliz marido seu criminoso procedimento, esse irmão desnaturado sahio lhe ao encontro ameaçando-o, e em acto sucessivo correu á sua casa, que estava a pouca distancia, lançou mão de um clavinote, e, voltando ao lugar onde deixara sua complice e o infeliz marido desta, desfechou sobre elle a arma que empunhava, e, qual outro caim, commeteu dest’arte um fratricidio! (DP, 04/01/1866, p. 2).

Observe-se que o nome da mulher, mais uma vez, é omitido. Sendo usado, mais uma vez, para se referir a ela, o termo “adúltera” e, em outro trecho da notícia, é descrita como “adúltera incestuosa”, tomando-se como causa que estaria em relacionamento extra-conjugal com o cunhado, irmão do marido.

A narrativa centrada na prática do adultério, encontrava-se presente em outros tipos de publicações a exemplo dos anúncios sob o título de “Livros Baratos” 1874, nessa coluna uma obra literária de sucesso na época, “A mulher Adúltera” de Escrich e a “Esposa Martyr” do mesmo autor, ambos desenvolviam suas tramas em torno da figura da mulher honrada, fiel versus a mulher infiel.

O interesse pelo adultério constitui uma tendência, em parte por se constituir na ordem das ações proibitivas, envolvendo na sua prática em si diferentes elementos que constituem a visão sobre o casamento e sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres no interior dessas relações que perpassam pelas práticas sociais, com a execução de papéis atribuídos aos homens e mulheres e mesmo pelas relações sexuais.

Nesse sentido, parece significativo, uma análise sobre o casamento, proposta por Foucault (1984):

[...] enquanto vínculo de afeição e relação de respeito, muito mais do que quanto estatutária, exige para si todas as atividades sexuais e condena todas as que ocorreriam fora dele. E embora tenda a exigir uma fidelidade simétrica aos dois parceiros, ele também constitui um lugar de transação onde a afeição do marido para com a mulher e a prudência da esposa face ao marido terão que se compor: nele os prazeres exteriores do homem não serão mais o efeito reconhecido como superioridade estatutária, mas de uma certa fraqueza que o homem deve limitar tanto mais porque a mulher a tolera por uma concessão que, ao salvaguardar talvez a sua honra, prova também sua afeição. (FOUCAULT, 1985, p. 176).

Essa observação permite introduzir uma discussão sobre o adultério dentro de uma relação de poder exercida aí pelo homem sobre a mulher. Se inicialmente, o adultério é condenado como prática sendo exercida por qualquer um dos cônjuges, por outro lado, é atribuída uma dupla responsabilização à mulher: manter-se fiel ao esposo, salvaguardando dessa forma sua honra e ao mesmo tempo, atribuindo a mulher a responsabilidade de garantir tamanha afeição de seu esposo, que o impeça de praticar o adultério. Parece pesar, portanto, no fim das contas sobre as ações da esposa boa parte da responsabilidade sobre a prática do adultério, seja praticado por ela mesma ou pelo esposo. Conforme afirmava o Código Criminal vigente:

SECÇÃO III

Adulterio

Art. 250. A mulher casada, que commetteradulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tresannos. A mesma pena se imporá neste caso ao adultero.

Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 252. A accusação deste crime não será permittidaá pessoa, que não seja marido, ou mulher; e estes mesmos não terão direito de accusar, se em algum tempo tiverem consentido no adulterio.

Art. 253. A accusação por adulterio deverá ser intentada conjuntamente contra a mulher, e o homem, com quem ella tiver commettido o crime, se fôr vivo; e um não poderá ser condemnado sem o outro. (BRASIL, 1830, s/p).

Tal como vimos demonstrando, o conceito de honra utilizado remete às relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, no sentido bourdiano da “violência simbólica”, entendido como um conjunto de normas e comportamentos estabelecidos segundo estruturas masculinas que possibilitam exercer um controle sobre o corpo das mulheres, associando aos homens o papel da virilidade e da força, e às mulheres o da docilidade e resignação. Ser honrado, portanto, dependeria do cumprimento adequado dos papéis sociais definidos por esse sistema simbólico:

[...] a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus, moldados por tais condições [...] eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade [...]. (BORDIEU, 2012, p. 45).

A existência de estruturas de pensamento, que permitem consolidar os papéis masculinos e femininos, se internalizam e se reproduzem socialmente mediante uma mediação discursiva favorável à reprodução das velhas práticas sociais de gênero que sustentam o *status quo* vigente. Por esse prisma, pode-se inclusive observar algumas permanências através de outros estudos sobre períodos mais remotos. Natalie Davis (2016), por exemplo, ao analisar os pedidos de perdão elevados por mulheres, na distante França do século XVI, identificou nas estratégias linguísticas de convencimento das mulheres o uso de imagens e representações acerca de uma reputação ilibada, dócil, submissas, obedientes.

Voltando às notícias sobre crimes de sangue envolvendo mulheres no periódico em análise, percebe-se como essas narrativas desempenhavam um papel de execração pública, servindo de casos exemplares às mulheres, sobretudo àquelas que para gozar de boa reputação deviam a todo custo se diferenciar e se afastar o máximo possível da sombra de suas censuráveis características. Tais relatos, portanto, seriam certamente lidos e comentados, alimentando e esquentando uma demanda por histórias exemplares ou, melhor dito, anti-exemplares, vendidas por uma imprensa cada vez mais sensacionalista. Talvez muito mais do que o crime em si, o rumor e a participação feminina na perpetração dos crimes gozassem e estimulassem nesses casos maior fascínio e interesse entre o público leitor e ouvinte.

Os usos de recursos ficcionais nas narrativas de crimes, que tornará o conteúdo atrativo, aproximando-o dos leitores e leitoras, tal como já vinha ocorrendo nas histórias de folhetins e romances policiais, ambos amplamente consumidos ao longo da segunda metade do século XIX. De fato, podemos encontrar aqui e acolá referências acerca da forma em que as informações eram coletadas e organizadas nos relatos produzidos por correspondentes e enviados ao Diário de Pernambuco para serem publicados, tal como o comentário de que “contaram-me o caso assim” visto anteriormente.

4.1.3 Anjos do lar versus mulheres da rua

Num processo cada vez mais acentuado de interiorização da vida íntima e a sacralização da mulher ao âmbito do espaço privado, a comissão de crimes, quando

praticado no recinto doméstico por aquelas que deviam ser suas maiores zeladoras, soava como uma profanação imperdoável.

É importante lembrar que “[...] no ambiente doméstico, se desenvolveria a intimidade, outra característica da vida moderna que escondia dos curiosos olhos públicos, comportamentos cabíveis apenas ao ambiente doméstico.” (SILVA, 2018, p.186), e continua o autor:

Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. (SILVA, 2018, p.186).

Muito embora, estivessem definidos os papéis sociais normativos, a realidade na província era outra, especialmente no que diz respeito às mulheres pobres livres, forras e cativas. A luta pela sobrevivência, exigia dessas mulheres a quebra de muitas das normatizações, cumpridas com maior fidelidade pelas mulheres pertencentes às classes mais abastadas, em especial na esfera urbana.

[...] precisamos compreender o universo dessas “usuárias” e “consumidoras” da esfera urbana, para entendermos as relações conflituosas que traçaram ao longo dos oitocentos. Como buscavam sobreviver na cidade? Da mesma forma, como poderiam ser a sua sobrevivência com os problemas que assolavam a cidade? (MORAIS, 2011, p. 59).

As cidades se apresentavam como espaço de oportunidades, onde várias possibilidades se apresentavam para as mulheres, como domésticas ou amas de leite. Quando se tornava difícil garantir o ganha-pão, “[...] aprendiam as artimanhas cotidianas da ‘arte de inventar’, através de trocas de informações, conversas e negociações a fim de manterem a sua subsistência de sua família.” (MORAIS, 2011, p. 60).

Sob o manto dos pressupostos das ideias de ordem civilizatória, era preciso combater a “desordem” provocada pelo comportamento livre, turbulento e por vezes, bravos das mulheres populares que circulavam nas ruas dos centros urbanos. Se fazia urgente, preciso valorizar o comportamento civilizado, seguindo os padrões sociais normatizados.

É esse sentido, pois, que tudo que manchasse ou dificultasse o caminho para o nascimento dessa “nova mulher”, havia de ser extirpado ou fortemente combatido. O jornal em questão, atuará de forma dupla nesse processo, como espaço onde se fará presente essa presença feminina nos espaços públicos. A exemplo de constantes relatos de prisões femininas por “desordem”, na coluna Repartição de Polícia. A exemplo da edição publicada em 8 de julho:

[...] Illm e Exm, Sr. – Levo ao conhecimento de V. Exc. que, segundo consta das participações recebidas hoje n’esta repartição, foram hontem recolhidos a casa de detenção os seguintes indivíduos: A’ ordem do subdelegado de S. José, Francisco José Baptista por embriaguez e desordem. A’ ordem do da Boa Vista, Luiz Antonio do Nascimento e Serapião de Calocerto, por crime de roubo, Francisca Maria Generosa de Carvalho e Joaquina Maria da Conceição, por desordem. (DP, 08/07/1871).

Mas temos que apontar uma pequena, embora não menos importante diferença, entre as notícias coletadas no Diário de Pernambuco. Seguindo a tese principal de João Paulo Pedro dos Santos (2019), as missivas escritas por correspondentes de fora do Recife, tinham como objetivo (muito além de informar) mostrar e criticar os hábitos e costumes grosseiros das gentes que habitavam os campos e as cidades interioranas da província, invariavelmente representados como afastados do modelo de civilização irradiado pela capital, considerados antiquados e avessos ao progresso.

De forma que o relato de crimes de sangue cometidos nesses espaços, entenda-se, longe da capital, devia assim demonstrar o nível de barbárie de seus habitantes e, obviamente, ainda maior interesse resultava os sucessos que envolviam o chamado *belo sexo*, fosse na condição de vítimas ou (co)autoras.

A falta de civilização das gentes do interior pernambucano também se representava, portanto, a partir da comissão de delitos e da brutalidade dos homens e mulheres do mundo rural. Não em vão se enfatizou que nem os esforços de um empenhado Frei Caetano de Messina, ou de outros partícipes da missão italiana, eram muitas vezes suficientes para chamar aqueles indivíduos à ordem e à moralidade. As já analisadas adjetivações lançam luzes sobre o conjunto de imagens e representações femininas, por exemplo, fruto de uma mediação discursiva burguesa que buscava delimitar, cada vez mais, os espaços e os papéis que as mulheres deviam/podiam ou não ocupar.

Conforme Claudemar Fernandes, o “[...] discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas.”(2008, p. 12). Dessa forma, os relatos de crime e por vezes, a atuação de religiosos, em suas missões, ajudava a constituir um discurso reforçador do papel das mulheres como pessoas que precisavam preservar sua honra e da família, mantendo-se cumprido de suas tarefas como esposa fiel.

Podemos encontrar as bases da nova matriz discursiva burguesa em vários instrumentos basilares daquela sociedade oitocentista, como o próprio Código Criminal do Império de 1830. Na parte III do código que trata dos crimes particulares, se explicita juridicamente o que é considerado um crime particular, tendo como eixos norteadores a defesa da liberdade individual, do matrimônio, da honra e da propriedade. Evidencia-se a influência iluminista burguesa por meio dos valores morais, todavia influenciados, em nosso caso, pela união entre o Estado e a Igreja.

Não em vão os crimes de ferimentos e assassinatos perpetrados em localidades interioranas da província ou em cidades adjacentes a Recife, relatados na coluna “Repartição de polícia”, eram descritos com maior gravidade. Sabemos perfeitamente que não se tratava de indicar uma maior criminalidade nas regiões e espaços rurais, mas sim em chamar a atenção para as características incivilizadas e bárbaras dos sucessos. É importante lembrar com Santos (2019, p. 95) de que até a polícia e a justiça eram instituições representadas com pouca força nos lugares mais remotos da província de Pernambuco.

Embora em muitos aspectos isso fosse uma realidade, o uso dessas caracterizações projetava imagens e representações de um *sertão fora da lei*, e se temos em conta que “[...] a sociedade vai ter suas percepções sobre comportamentos criminosos cada vez mais mediada pelos escritos da imprensa.” (BRETAS, 2018, p. 29), não é difícil concluir sobre a importância desses relatos publicados no maior e mais importante periódico de Pernambuco.

Nesse sentido, analisemos uma publicação de uma carta particular de 22 de julho de 1854, sobre um fato ocorrido na Comarca de Nazareth:

He hoje aqui a ordem do dia o assassinato do infeliz Manoel Ferreira da Silva, de que já fiz menção na minha precedente, pelas circunstancias que o revestiram. Haviam-lhe eu dito que o infeliz Ferreira não tinha indisposições,

senão com um septuagenario, por causa de um casamento que se não effectuou entre pessoas da família deste, e daquelle; igualmente haviam lhe dito, que recahiam algumas suspeitas do crime na família do próprio assassinado [...]. (DP, 22/07/1854, p.2).

O relato vai conduzindo (DP, 22/07/1854, p.2) o leitor para uma trama que se inicia quando Manoel Ferreira, “condóido da miseria” de Manoel Cavalcanti, o acolhe em sua casa. Após algum tempo de convivência “começaram a notar algum escândalo entre Cavalcanti e a mulher do infeliz”. Na noite do crime, Ferreira que a essa altura já estava desconfiado, segue a mulher quando essa se levanta da cama, “[...] ela em vez de voltar, diz a Cavalcanti que seu marido a quer matar e que cuide nelle.” A narrativa conduz à ideia de que a esposa do Ferreira, teria arquitetado o crime, a exemplo dos trechos a seguir: “[...] o infeliz que se sente mortalmente ferido, deita a correr sem dizer uma só palavra, ella segue gritando ao filho que tambem lhe atire.” E a trama continua “[...] eis que chega Cavalcanti, e a mulher, se tal nome merece, e acabam de o matar com mais um tiro e três facadas”. A seguir, voltam para casa e iniciam um plano para ocultar o ocorrido, plano que este que falhou, sendo o crime descoberto. A notícia sobre o crime é então finalizada assim:

A mulher de 44 annos de idade, trigueira, cabelos grisalhos, olhos pequenos, escovados scintilantes, e quando foi ao interrogatório, trajava vestido de chita preta traçada com um cobertor de chita, e com umas grandes contas de rezar ao pescoço! (DP, 22/07/1854, p.2).

Apresentada como a idealizadora, agindo como manipuladora do filho e do amante, sendo assim representada como a maior responsável pelo crime cometido, crime este, classificado como “bárbaro”. De acordo com o dicionário Bluteau “hoje na Europa chamamos bárbaros vários povos da Asia, Africa, e America que vivem sem leis, e sem trato civil como os tártaros, os Cafres no Cabo da Boa Esperança, os Tapuyas, e os Cabôclos no Brasil.” Nesse sentido, à mulher criminosa se equipara a uma imagem “bárbara” sendo sua atividade associada a uma prática de incivilidade. Além disso ela é descrita como “trigueira”, que de acordo com o dicionário Bluteau, significa “pouco branco, tirante a pardo”. Não parece ser à toa, portanto que as representações de uma pessoa parda e “crime bárbaro” estão presentes no mesmo relato. Ambos convergem para a associação entre a crueldade do crime e o fato da autora ser parda. Teria a narrativa do crime, seguido no mesmo sentido, se a autora fosse branca? Uma

coisa a esse respeito precisa ser dita, entre os relatos analisados as únicas cores utilizadas para (des) classificar foram “preta”, “parda” e “trigueira”.

Tendo em vista, outro tipo de relato crime, é possível realizar outra análise, nesse mesmo sentido:

No mesmo dia, e na mesma povoação do Monteiro, um escravo descarregou vários golpes de fouce em uma sua parceira, de quem tinha ciúmes, e deixou-a gravemente ferida, evadindo-se ao acodirem algumas pessoas da casa; sendo porém perseguido depois, e encontrado por uma patrulha, no lugar, em que se havia homisiado, ao amanhecer do dia 20, suicidou-se a facadas, para não se entregar a prisão, segundo fomos informados. (DP, 23/08/1853, p. 2).

Primeiramente, é preciso se ter em conta tratar-se de dois cativos. Nesse caso o assassinato violento não foi autoria de uma mulher, sendo, ao contrário, ela a vítima. O crime é narrado de forma objetiva, as pessoas envolvidas não foram nomeadas, indicando sua condição de cativos. Esse caso a exemplo de outros, presentes nas colunas policiais do referido jornal, ilustra uma realidade de violência, comum, de acordo com as publicações da imprensa, especialmente entre as classes populares.

Enquanto as mulheres das elites eram estimuladas a se preservar dos perigos da vida pública, as mulheres pobres viviam uma realidade bem diferente, a exemplo do que afirma Grasiela de Moraes, ao analisar as práticas cotidianas de mulheres pobres, livres e libertas e escravas no Recife.

Sabe-se que levavam desvantagens em relação à parcela masculina, em virtude dos valores morais da época, mas, nem por esta razão, deixavam de competir e lutar pela sobrevivência. As suas dinâmicas de vida eram muito distintas daquelas mulheres pertencentes às classes abastadas que se “acomodavam” na intimidade e “recato” de seus lares. (MORAIS, 2011, p.59).

Nos meios populares urbanos, várias mulheres executavam duplo papel, devido à ausência dos pais, cada vez mais distanciado pelo trabalho. Algumas vezes eram responsáveis pela administração de pagamentos e, em períodos de penúria, muitas vezes passavam por privação pessoal. Sendo assim, apesar dos códigos de conduta, recomendarem às mulheres circulação restrita nos espaços fora do lar, a necessidade de sustento as obrigava a ir às ruas, nelas praticavam atividades geralmente de comércio ambulante de secos e molhados, mas também buscavam divertimentos entre seus pares.

O relato de um crime publicado na coluna Revista Diaria, em julho de 1874, ilustra bem a visão sobre a circulação feminina nas ruas:

No dia 10 de abril deste anno, pelas 10 horas da noite, deu-se no sitio das Tabocas, deste termo, uma scena horrível, um drama sanguinolento, afinal, um crime horroroso, que ao referir faz tremer as carnes e irriçar os cabelos, ainda do homem de coração mais empedernido! Existia naquellesitio uma mulher publica mas, segundo afirmam todos que a conheceram, assás recatada e até estimada de todos os visinhos. Essa mulher, senhores chamava-se Josepha Cardoso. Eram 10 horas da noite, quando essa mulher achando-se a sé; e já com as portas fechadas, ouvio bater em sua porta e uma voz pedir-lhe para abril-a. No remanso da paz, sem desconfiança de pessoa alguma, ellaabrio a porta e um homem teve ingresso em sua pobre choupana. Esse homem, senhores, offereceu dinheiro à Josepha e intentou ter com ella relações illicitas; Josepha recusou-se a prestar-se a um homem de côr preta, e com quem o seu contacto mais aggravava a sorte da mulher publica e dissoluta: esse homem, decahido de seus tentamens, investio a essa pobre mulher e fe-laimmediatamentesuccumbir com 4 cacetadas sobre o craneo e 53 punhaladas em seu tènue corpo. Horrivelscena! espetáculo compungente! (DP, 21/07/1874, p. 2).

O discurso hegemônico associado a rua, classificando-o como espaço de perigos diversos, “[...] conduzia à classificação das mulheres que neles circulavam como mulheres públicas, a exemplo do relato supracitado. Mesmo trabalhando no comércio para garantir seu sustento e da família, eram consideradas meretrizes e eram, assim, tratadas como tal.” (MORAIS, 2011, p. 60). A narrativa do crime, apresenta a mulher como vítima, e ao mesmo tempo representa essa mulher como uma “mulher publica” mas “recatada” e “estimada” pelos vizinhos. Observa-se nesse relato uma “desqualificação” dessa mulher e ao mesmo tempo uma espécie de chancela dada pelos vizinhos que, a consideravam respeitada, apesar de, como sugere o relato, ser ela uma prostituta.

Mas é preciso chamar a atenção para dois pontos nesse relato: o fato de que ela podia ser uma vendedora ambulante, a exemplo de tantas outras mulheres pobres, o segundo ponto é que no relato afirma-se que ela não quis ceder às investidas sexuais do homem que a matou, por ele ser preto, o que pode não ser verdade, visto que no próprio relato ninguém testemunhou o crime, só o seu resultado.

A exemplo do que aconteceu com Josepha, a presença das mulheres nas ruas, além de permitir o seu sustento e, muitas vezes, de sua família, “[...] as tornava mais vulneráveis à violência de diversas formas, podiam ser vítimas de furtos, de assédio sexual, insultos, algazarras e tudo que convinha à honra oitocentista.” (MORAIS, 2011,

p. 60). Outras vezes agrediam seus parceiros de trabalho na disputa por áreas de atuação na cidade. Comumente eram vítimas da repressão policial por estarem em aglomerações em chafarizes, pontes, praças e feiras, acompanhadas de cativos e de outros elementos considerados “perigosos”.

Entre o ideal de mulher e a realidade, estavam discursos de reforço desse papel civilizador e ao mesmo tempo civilizado da mulher, e a mulher real que circulava na cidade civilizada, garantindo seu sustento, atuando hora como vítima, hora como autoras de crime. Levando-se em consideração também, que entre as ações criminosas das mulheres e os demais habitantes da cidade, existia a atuação da imprensa.

Entender a atuação da imprensa exige pensar o papel dela como agente civilizador. A imprensa garantia para as letradas, que eram uma minoria, a divulgação de ideais de modas e valores familiares a serem seguidos, àquelas não letradas, recebiam orientações nos próprios lares através da educação familiar e das igrejas, que tiveram um importante papel moralizador.

Em meio a disputas políticas, mudanças nas relações estabelecidas com os espaços sociais, o Diário de Pernambuco (instrumento, suporte material, e meio de divulgação/consolidação de uma matriz discursiva burguesa que estimulava a bouvarização da mulher) atuou de forma dialógica na sociedade, constituindo seu discurso como resultado de uma prática social em que representava os interesses dos grupo político dos conservadores, na condição de homens que escreviam, ajudando a consolidar as relações de poder estabelecidas socialmente.

A tensão entre virtude e a inadequação comportamental, permeiam as preocupações na sociedade pernambucana oitocentista, seguindo uma tendência nacional. Centralizando tais preocupações no comportamento feminino. Nesse sentido afirmou D’Incao:

Durante o século XIX a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo, o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade burguesa reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. (D’INCAO, 1997, p. 223).

Na literatura, algumas obras evidenciam essa transição de valores, com as personagens femininos envolvidos de uma grande complexidade, destacando-se nesse

questo, as obras machadianas, em especial a personagem Capitu, símbolo da mulher moderna, ao mesmo tempo cercada por ideias externas e internas ainda fundamentadas no patriarcalismo. A complexidade da personagem dialoga perfeitamente com as próprias contradições vividas no período. “A personagem defende, em Dom Casmurro, a resistência aos padrões antigos e a mudança dos padrões da época, alicerçada pela presença de características como a audácia e a inteligência.” (FERREIRA, 2017, P. 118).

Entre os relatos comuns no período, estavam crimes contra mulheres pretas forras ou escravizadas, um exemplo desse tipo de relato, está muito bem ilustrado na notícia publicada no dia 07 de agosto de 1852:

Hontem amanheceu morta no muro do Carmo uma preta, que se achava grávida, com duas facadas, uma no peito e outra pouco abaixo. Ainda não são conhecidos os assassinos, mas a polícia hontem mesmo trancafiou uns indivíduos sobre quem recahem algumas suspeitas com maior ou menor fundamento. Só a coragem thuggal poderia apresentar semelhante obra de iniquidade, quase nas barbas da polícia, e em ocasião em que ella traz os olhos tão arregalados. Lamentando tão desgraçada occorrença, além do mais, pelo prejuízo que ella trouxe a umas pobres e honestas senhoras, donas de escrava, não posso deixar de dar os parabens á polícia pela prontidão de suas providencias e bons resultados que delles vai colhendo. (DP, 07/08/1852, p.2).

No relato da morte de uma mulher, sua identificação não é feita pelo nome, mas pela condição de mulher preta. A sua condição precede a sua identidade, descrição aceitável e usual numa sociedade de base escravista, a coisificação da mulher preta. Seria essa forma de não mencionar a mulher vítima do crime, uma forma de desclassificação, resultado da sua condição de escravizada. A respeito das origens dessa desclassificação, de acordo com Maria Odila Dias: seria ela “[...] resultado de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência.” (1995, p. 16). Nesse sentido, sendo preta, era escravizada, e como tal tinha um menor valor social.

Se ela amanheceu morta, teria passado a noite na rua? Seria ela uma mulher escravizada e ou livre, mas da rua? Considerando-se que ela estava grávida ao ser morta, de quem seria esse filho? Seria uma gravidez ilegítima? É provável que ela fosse uma escrava de ganho, que em meio às tensões comuns das relações de comércio na cidade, acabou morta. A exemplo do que afirmou Maria Odila Dias, “a sua presença na cidade caracterizou-se por um permanente estado de tensão com relação às

autoridades.” (1995, p. 68) Uma notícia publicada na coluna Pernambuco Revista Diaria, parece nos trazer mais indícios, dessa presença:

Foi hontem vistoriada pelo Sr. Dr. Sousa a quem a remetera para esse fim o subdelegado do districto da Boa Vista, a crioula Adelina Maria da Conceição de 9 annos de idade, filha legitima de Manoel Quirino, a qual tinha signaes de severo castigo e além d’isso estava estuprada. Apresentava signaes de sevicias feitas á junco e um dente incisivo partido, e estava realmente estuprada, como revellou a vistoria. Foi autora das sevicias a avó ofendida sendo a causa ter ella se descuidado da comida, que se queimára. Foi autor do estupro o pardo, José de 15 annos, filho da preta livre Josepha, moradora no antigo quartel da cavallaria na Estrada Nova de Olinda. Referio a ofendida que o estupro fôra feito nos mangues próximos aquella moradia, para onde o autor a levára, sendo que fôra em balde que gritara por socorro. A policia prossegue nas diligencias da lei. (DP, 27/01/1882).

Adelina, representada como crioula e filha legítima de Manoel Quirino, vítima de uma dupla violência: violência familiar e estupro, traduzem uma realidade vivida por muitas mulheres, especialmente as mulheres pobres, expostas aos perigos da vida nas ruas. No caso de Adelina, percebe-se pelo relato, seu modo de vida marcado pela pobreza. O motivo que a levou a delegacia foi resultado de uma surra que levou da avó por não ter cuidado dos afazeres domésticos. Mesmo tendo apenas 9 anos, o relato já demonstra a responsabilidade que era a ela atribuída em relação a atividades domésticas.

Por outro lado, o estupro identificado pelo exame da perícia, e posteriormente descoberto que foi praticado por um rapaz de 15 anos, em um mangue, próximo da casa da menina, revela também que, provavelmente não era a menina cercada de cuidados, e dando indícios de que a menina tinha certa liberdade de circulação, visto que ela foi estuprada fora de casa e nada foi percebido pela família.

Uma outra notícia, também publicada na coluna Revista Diaria, sob o título de Bellezas das soldadescas, apresenta uma narrativa, resultado de uma história contada por um homem apresentado como Sr. Lopes. De acordo com o Sr. Lopes, ao voltar da Freguezia de Santo Antonio, quando passava pela ponte Sete de Setembro, entre onze e doze horas da noite, foi abordado por duas praças no 2º batalhão de infantaria, que lhe enfiaram as mãos no bolso e pegaram todo o dinheiro que possuía. Assustado, ele toma o caminho de volta, ao avistar três homens e uma mulher, pouco atrás que seguiam pela ponte no sentido em que estavam as duas praças.

Estas, deixando que passassem impunes os tres homens assaltaram a pobre mulher que seguia após elles, e, debaixo de grande pancadaria e vociferações immoraes, arrastaram-n'a até a freguezia do Recife, para perto da alfandega, onde um companheiro dessas praças (sem duvida guarda da alfandega) se lhes juntou, e todos forçaram a misera mulher: depois do que a despediram.(DP, 30/12/1880, p. 2).

A mulher representada como “misera”, ao ser abordada sozinha na rua a noite, é vítima de violência sexual, sendo violentada por três homens, todos eles ocupantes de uma posição de poder, ironicamente ligadas a segurança pública. A não identificação da mulher pelo nome, nesse caso, parece obedecer a uma lógica diferente dos casos anteriores. Em se tratando de um relato de um crime do qual seu relator fugiu, desconhecer o nome da mulher parece ser bem possível. A classificação de mísera, está nesse sentido, traduzindo uma realidade de extrema desvantagem vivida pela mulher, imobilizada diante do uso da força por três homens.

Na parte III do código criminal capítulo II, seção I, o estupro é previsto como crime contra a segurança da honra, adotando como penas o desterro, a prisão e o dote. No entanto, havia uma ressalva em quase todas as situações: “Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.” Nesse sentido, o estupro poderia ser remediado com o casamento, pois só através dele a honra poderia ser reparada. Ou seja, a redenção da mulher vítima de estupro, seria casar com seu estuprador.

Asnotícias da mulher preta morta, da menina espancada e estuprada, apresentam como ponto em comum, serem todas as vítimas mulheres que, pelo que os indícios apontam, eram mulheres pobres que, a revelia do que diziam as normas de circulação, andavam por espaços públicos, e que por isso, eram mais susceptíveis à serem vítimas de violência.

Realidade que ainda persiste, como permanência de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela tradição escravista, que juridicamente se libertou do fardo da escravidão mas que preserva uma mentalidade racista e misógina. Somos, atualmente uma sociedade livre, mas que preserva em suas mulheres o medo de andar nas ruas.

4.2 O JOGO DE MESA

Ponderando-se a problemática proposta por este trabalho e, o objetivo de elaborar um produto que torne acessível o seu conteúdo, promovendo um debate sobre

as mulheres e suas representações, foi elaborado um jogo de mesa denominado QUEM é ELA?

4.2.1. Proposta pedagógica do jogo “QUEM é ELA?”

O planejamento para a execução do jogo partiu da ideia de que ele deve ser jogado em duplas ou em equipes de até 4 pessoas e uma pessoa mediadora que não participa competindo, mas atua lendo algumas cartas com informações complementares, dando elementos para que desvendem os mistérios relacionados às jogadas, controlando o tempo que as duplas levam analisando as cartas e registrando anotações e, por fim, ouvindo as hipóteses levantadas e registrando a pontuação.

Levando em consideração a realidade de uma turma de 40 alunos, foi considerada a necessidade de fabricação de 5 jogos, para que toda a turma possa participar simultaneamente. Essa realidade foi considerada e planejada para a construção física do jogo. Inicialmente, o jogo foi produzido para circulação em minhas aulas e nas minhas turmas, havendo, no entanto, possibilidade de ser utilizado por outras pessoas que desejem aplicar o jogo.

Após o estudo sobre os jogos didáticos e gamificação, a escolha do formato e a elaboração do jogo exigiu o cumprimento de algumas etapas. O ponto de partida foi a escolha das notícias que serviriam à montagem do grupo. Nessa etapa foram selecionados os crimes que julgamos tenham obtido maior destaque em nossa análise, destacando-se pela presença de mais elementos e informações sobre o ocorrido, isto é, com uma construção discursiva mais detalhada voltada à mulher como autora ou vítima do crime.

As jogadas de cada grupo acontecerão seguindo alguns critérios pré-estabelecidos. Será sorteado, utilizando o dado numerado de 1 a 16, a cada rodado um crime, numerado de 1 a 15. A seguir, os dados (de 1 a 6) serão jogados para determinar a sequência das duplas para a primeira rodada, seguindo-se a partir daí como ordem de jogada, o sentido horário. Os dados também serão utilizados para definir a quantidade de casas a jogar, cada grupo terá um pino para avançar pelo tabuleiro, utilizando para isso pinos.

Os crimes estarão organizados em pequenas caixas arquivos, estando numerados de 1 a 15. A cada jogada um crime será sorteado utilizando para isso o dado numerado

(de 1 a 16). Definido o número do crime, as informações e cartas sobre o mesmo serão distribuídos de forma aleatória pelo aluno-monitor em alguns dos diversos lugares do tabuleiro, e cada dupla poderá escolher o percurso para encontrar as pistas e após três jogadas, deverão elaborar alguma(s) hipótese(s) sobre o crime. O objetivo do jogo não será solucionar o crime, mas identificar com as pistas alguns elementos, pontuados, seguindo critérios que estão relacionados ao objeto da presente pesquisa (a exemplo se eram representadas: se eram caracterizadas como boas mulheres, se eram demonizadas, como eram caracterizadas).

A pontuação seguirá os seguintes critérios: A representação da mulher no crime (5 pts), a motivação do crime (3 pts), como aconteceu (2 pts) e onde (1pt). A pontuação será contada após 3 jogadas e cada grupo terá seus acertos avaliados e pontuados pelo jogador monitor. Vence a rodada a dupla que marcar mais pontos. Não haverá no tabuleiro um ponto de chegada que marque o final do jogo, a vitória será definida pelas pontuações marcadas, quando for indicado o momento final, essa indicação pode ser estabelecida previamente ao jogo, a exemplo: O comando inicial pode seguir a seguinte orientação: “o jogo será dado como concluído após 5 rodadas”, portanto após as 5 rodadas a pontuação seria contada.

Figura 1: Tabuleiro do jogo: “QUEM é ELA?”



Fonte: a pesquisa.

4.2.2 Funcionamento do Jogo

O jogo deverá ser executado durante as aulas regulares, após a execução de algumas etapas de um projeto didático, como preparação para uma melhor performance no jogo. Para melhor entendimento do funcionamento do jogo serão apresentados, a seguir: o objetivo, os materiais, a quantidade de participantes, informações sobre a confecção e como jogar.

OBJETIVO

O objetivo do jogo é que as pessoas integrantes das equipes, ganhem o Prêmio Internacional de Conhecimento Histórico. Para isso a equipe vencedora deverá conquistar no mínimo 14 pontos, identificando nas notícias elementos como: como as mulheres eram representadas na notícia, as motivações, quem cometeu o crime e o enredo.

MATERIAL

1 tabuleiro, 1 dado de 0 a 6, 1 dado de 0 a 16, 4 pinos, 1 ampulheta, 15 cartas de Contextualização, 15 cartas Você sabia (com excertos do Código Criminal de 1830), 60 cartas de pistas, 45 cartas de enigmas, 15 cartas Mistério desvendado, manual de instruções para jogadores, bloco de anotações para jogadores, manual de instruções para pessoa mediadora, bloco de anotações para controle de pontuação das equipes.

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

O planejamento sobre a execução do jogo partiu da ideia de que ele deve ser jogado em duplas ou em equipes de até 4 pessoas, podendo jogar até 4 equipes uma pessoa mediadora, em cada tabuleiro.

Levando em consideração a realidade de uma turma de 40 alunos, foi considerada a necessidade de fabricação de 4 réplicas jogos, para que toda a turma possa participar simultaneamente.

CONFECÇÃO DO JOGO

Entre as 195 notícias pesquisadas, foi realizada a seleção de 15 crimes para o jogo. Após a seleção, foi preciso identificar e registrar a arma utilizada, os personagens, o local, e atentar para a história narrada, em um documento.

Em seguida iniciou-se o processo de confecção do jogo. O tabuleiro, as cartas, as fichas e a logomarca tiveram sua arte produzida por mim mesma, com o auxílio de uma amiga, que me deu suporte técnico, utilizando como recurso o PowerPoint, seguindo posteriormente para impressão em uma gráfica especializada.

Na Figura 2, é apresentada uma fotografia do jogo montado, em que são observados o tabuleiro e as demais peças.

Figura 2 – Jogo “QUEM é Ela?” pronto para ser jogado.



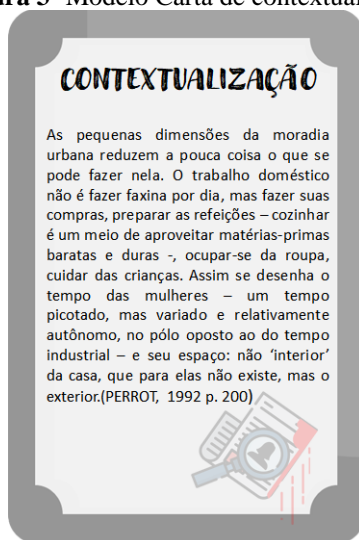
Fonte: a pesquisa.

O tabuleiro tem como imagem base, um mapa da província de Pernambuco, a imagem central do tabuleiro, de onde se inicia a jogada, é uma ilustração do Diário de Pernambuco e outras ilustrações representando diferentes locais onde aconteceram alguns dos crimes encontrados na pesquisa encontram-se na superfície do tabuleiro.

COMO JOGAR

As equipes jogarão os dados para sortear o número do caso. A seguir deverão jogar novamente para definir a sequência do jogo. A pessoa mediadora lê em voz alta a carta de contextualização e a carta com uma pista inicial, dando início ao jogo. A carta de contextualização serve para dar as equipes informações sobre o contexto histórico. A Figura 3, apresenta um modelo dessa carta, com excertos historiográficos com informações do período.

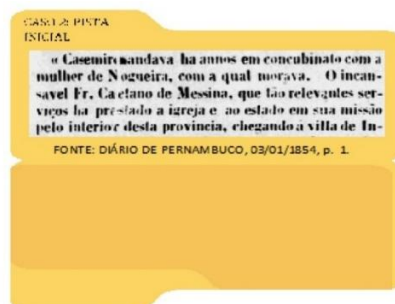
Figura 3- Modelo Carta de contextualização.



Fonte: a pesquisa.

Após a leitura da carta Contextualização, a pessoa mediadora abre a pastinha de pista inicial e lê um excerto do relato noticiado sobre o crime. A Figura 4 representa um modelo da pastinha de pista inicial.

Figura 4- Modelo de carta de pista inicial.

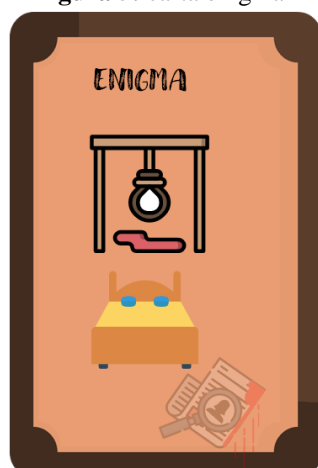


Fonte: a pesquisa.

Após a leitura das cartas de contextualização e de pista inicial, as equipes devem jogar novamente os dados para iniciar o jogo. Devem seguir as pegadas ilustradas no tabuleiro, avançando de acordo com a soma dos números obtidos após jogar os dados. Não há um sentido obrigatório. Cabe a equipe escolher o sentido que seguirá, em busca de pistas.

Estarão dispostos no tabuleiro pastas de arquivos com pistas sobre os crimes e cartas enigmas. Para ilustrar como as pistas e enigmas foram representados nas cartas, abaixo estão dispostos alguns modelos. A Figura 5 mostra um modelo de carta de enigma, que apresenta em forma de pequenos textos ou ilustrações ideias relacionadas ao crime.

Figura 5: carta enigma



Fonte: a pesquisa.

A carta de enigmas apresenta indícios do enredo do crime. Para cada crime foram elaboradas 3 cartas de enigmas. Além dos enigmas, as cartas de pistas, também em número de 3 por crime, representada na Figura 6, informa sobre as pessoas envolvidas, a arma e o local dos crimes.

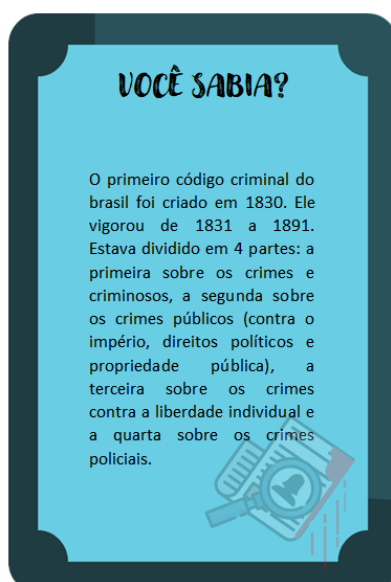
Figura 6- Modelo Carta de pista



Fonte: a pesquisa

Após a primeira rodada, a pessoa mediadora deve ler em voz a carta Você sabia. A Figura 7, representa um modelo da referida carta. A carta Você sabia apresenta trechos do código criminal. Os trechos do código também servem de pista para as equipes.

Figura 7: Modelo da carta Você Sabia?



Fonte: a pesquisa

O jogo segue, as equipes devem coletar as informações no Bloco de anotações (jogadores). Nesse bloco as equipes devem registrar as pistas, e registrar as hipóteses sobre quatro itens do caso: Como a mulher está representada? Quais as motivações para o crime? Quem cometeu o crime? Como aconteceu (o enredo)? Cada um dos itens vale uma pontuação diferente. A tabela 1 mostra como a pontuação está distribuída.

Tabela 1 – tabela de pontuação.

Tabela de pontuação	
Como a mulher está representada?	5 pts
As motivações do crime	3 pts
Quem cometeu o crime?	1 pts
Como aconteceu (enredo)?	2 pts

Fonte: a pesquisa.

Após três jogadas, as equipes podem revelar sua hipótese para a pessoa mediadora, que vai registrar a pontuação atingida. Caso marque 7 pontos ou mais, a equipe venceu a rodada. Caso marque menos de 7 pontos, o jogo segue, com apenas a pessoa mediadora sabendo o que a equipe teve de erros e acertos. A pontuação da equipe será registrada pela pessoa mediadora, na tabela Controle de pontuação das equipes, como mostra a tabela 2.

Tabela 2- Modelo da tabela de controle de pontuação das equipes.

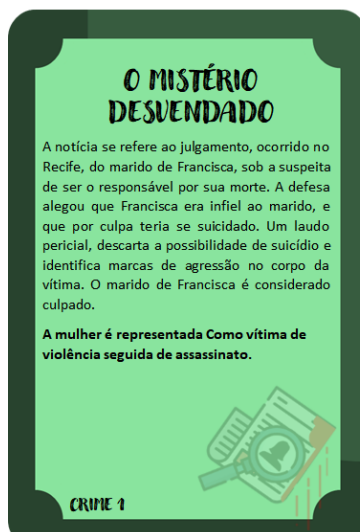
CONTROLE DE PONTUAÇÃO DAS EQUIPES				
CRIME	DUPLA 1	DUPLA 2	DUPLA 3	DUPLA 4
COMO A MULHER ESTÁ REPRESENTADA?				

QUAIS AS MOTIVAÇÕES PARA O CRIME?				
QUEM COMETEU O CRIME?				
COMO ACONTECEU O CRIME (O ENREDO)?				
Como a mulher é representada?	5 pts			
As motivações do crime	3 pts			
Quem cometeu o crime?	1 pts			
Como aconteceu (enredo)?	2pts			

Fonte: a pesquisa.

Caso todas as equipes completem 6 jogadas, deverá ser apresentada por cada uma, as hipóteses sobre os o crime. Essa apresentação deve ser feita apenas a pessoa mediadora. A pessoa mediadora registra as pontuações, lê em voz alta a carta mistério desvendado e informa quem foi a equipe vencedora e a pontuação que atingiu. A Figura 8 traz um modelo de uma carta Mistério Desvendado.

Figura 8- Modelo da carta Mistério desvendado.



Fonte: a pesquisa.

A equipe vencedora de uma rodada é premiada com o Prêmio Nacional das Ciências Históricas. A Figura 9 traz um modelo de Prêmio Nacional. O jogo pode ser encerrado nesse momento ou pode seguir.

Figura 9 – Modelo do Prêmio Nacional de Ciências Históricas



Fonte: a pesquisa

No Caso da mesma equipe vencer duas rodadas, ela recebe o Prêmio Internacional de Ciências Históricas. A Figura 10 traz um modelo do prêmio.

Figura 10 – Prêmio Internacional de Ciências Históricas



Fonte: a pesquisa.

5. APLICAÇÃO DO JOGO “QUEM É ELA?”

O desenvolvimento do jogo visa atender a uma demanda relacionada a temática sobre a presença e atuação feminina no oitocentos, perpassado pela violência que supõe a comissão de crimes de sangue. O jogo foi elaborado de forma a permitir aos alunos e alunas, conhecerem aspectos das relações de gênero em Pernambuco entre 1850 e 1889, recortes da legislação criminal e representações do cotidiano do período, considerando o contato que o jogo possibilita, com notícias publicadas no Diário de Pernambuco.

A aplicação do jogo foi pensada para estudantes do ensino médio, em especial alunos do 2º ano. A definição da série atendeu a algumas demandas específicas. A primeira delas está relacionada a idade, 15 a 16 anos, etapa em que os alunos já possuem algum repertório teórico e maturidade para o desenvolvimento do jogo.

Outro aspecto levado em consideração diz respeito a questão da representatividade em relação às meninas, numa fase de descobertas, buscando referências no que se refere a comportamento, relacionamentos e lugar no mundo. O jogo pode inclusive ajudá-las a entender antigos dilemas que constituíram e, por vezes, ainda estão presentes nas relações de gênero. Nesse sentido, o jogo poderia auxiliar nesse processo de constituição da sua identidade enquanto mulher no mundo. Aspecto que se alinha a proposta de competência específica 5 da BNN, e no desenvolvimento da

habilidade (EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira– com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes –e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

De igual importância para os meninos, a trama do jogo pode ajudá-los no situar da sua identidade como homem no contexto das relações de gênero, esperando-se que assumam uma postura reflexiva quanto às relações sociais, afetivas e de poder entre homens e mulheres. Apesar do jogo ter sido idealizado tendo como referência de público alvo alunos do 2º ano de ensino médio, não há impedimentos para que seu uso seja estendido às demais turmas do Ensino Médio. O objetivo é promover ou suscitar reflexões sobre as questões do cotidiano e das relações de gênero em Pernambuco na segunda metade do século XIX, buscando estabelecer relações com os estudos teóricos realizados previamente, relacionando os elementos e conflitos do jogo com o que acontecia no Brasil e em outras partes do mundo.

A dinâmica está fundamentada na colaboração em duplas ou equipes de até 4 pessoas, no intuito de desenvolver habilidades como a colaboração, observação, atenção aos indícios e os aspectos não ditos ou mencionados que podem contribuir para a elaboração de hipóteses.

5.1 APRESENTAÇÃO DO JOGO PARA A TURMA

O jogo foi apresentado a turma como parte de um projeto didático, de proposta interdisciplinar. O nome do projeto é OLHARES PARA O BRASIL OITOCENTISTA, dividido em 6 etapas vivenciadas entre os meses de maio e setembro. Foi apresentada às turmas um roteiro de orientações para a vivência do projeto, no mês de abril.

A escolha para o momento de apresentação do projeto buscou se adequar à dinâmica de abordagem dos conteúdos. No final do mês de abril, ao iniciar o período napoleônico e o processo de independência no Brasil, foi apresentado às turmas o roteiro com as etapas do projeto. O roteiro apresentado foi publicado na sala google das turmas, para organização e consulta dos grupos.

O roteiro apresentado durante as aulas, estava constituído de: objetivo, etapas, cronograma das etapas, temas a serem pesquisados/socializados e avaliação. O projeto

foi apresentado da seguinte forma: “ No intuito de ampliar o repertório cultural e pedagógico sobre o século XIX, período estudado durante o 2º ano Ensino Médio e avaliado por exames de seleção seriado e nacional, o presente projeto objetiva criar estratégias que ajudem no aprendizado pela vivência de experiências práticas de análises de documentos, de pesquisas e de produção de apresentações. A vivência do projeto envolverá conteúdos de diversas áreas de conhecimento, além de História e estará organizada em etapas.”

As etapas foram assim apresentadas: 1- Sensibilização 2- Preparação para a pesquisa e apresentação 3- Socialização das pesquisas 4- Produção de conteúdo digital 5- Jogo “Quem é ela?” 6- Discussão dos resultados. Para a sensibilização foi aplicada uma trilha pedagógica sobre as doenças, a medicina e a morte no período (a escolha por esse caminho, teve como objetivo suscitar a curiosidade a partir de um tema em alta na atualidade, devido a pandemia que estamos vivendo). A partir de então formaram-se os grupos e os temas foram escolhidos por cada grupo, finalizando-se, então a etapa 2.

As etapas 3 e 4 foram marcadas para ocorrer nos dias 27/05 e 03/06, respectivamente. Quando acontecerão as socializações dos temas e a produção de material digital, com posts no Instagram por cada um dos grupos. As etapas 6 e 7, só deverão acontecer no segundo semestre. Ainda assim, o jogo foi apresentado às turmas, sem, no entanto, haver um maior aprofundamento, visto que a sua aplicação ainda está distante. A apresentação do jogo, suas regras, objetivos e premiações foram explicadas de forma objetiva no primeiro encontro para aplicação do jogo.

No intuito de testar o jogo, suas estratégias e tempo de aplicação, levando em consideração que a mensuração do tempo é parte essencial da estrutura do jogo, para que ele se torne viável e, ao mesmo tempo não seja monótono ou cansativo. Foram selecionados 9 alunos das turmas do 2º ano do Ensino Médio, previamente comunicados sobre o objetivo da função que deveriam executar: realizar testes com o jogo.

Aconteceram dois encontros com esse grupo, para a aplicação do jogo. Durante esses encontros foram realizados registros fotográficos, filmagens e, no segundo encontro foi aplicado um questionário para verificação de diversos aspectos sobre o jogo.

5.2 APLICAÇÃO DO JOGO – PRIMEIRA APLICAÇÃO

A aplicação do jogo foi realizada no horário regular de aula. Foi reservado para essa primeira aplicação o tempo de 45 minutos. Essa primeira aplicação aconteceu no dia quinze de abril de 2021, e participaram 9 pessoas, que se dividiram em 4 duplas e 1 aluno serviu como pessoa mediadora. A primeira atitude dos alunos e alunas ao se depararem com o jogo, foi de empolgação, acharam o jogo bonito e desejavam pegar. Demonstraram muito interesse em participar.

As regras e o objetivo do jogo foram projetados através de uma apresentação no Powerpoint. No início demonstraram insegurança com relação aos assuntos, se saberiam responder, nas primeiras jogadas, precisaram de intervenção da professora para melhor orientar o aluno que ficou como mediador, para melhor contribuir para a fluidez do jogo. Mas depois da primeira jogada das equipes, o jogo fluiu de forma bem satisfatória e o aluno mediador, executou seu papel de forma muito satisfatória e assertiva, inclusive na contagem dos pontos das equipes.

O tempo estimado para a aplicação do jogo, ultrapassou o tempo previsto, de uma aula, sendo concluído em aulas, mas foi concluído com sucesso, tendo o grupo demonstrado empolgação e engajamento em todo o jogo, demonstrando insatisfação com a conclusão. As figuras 11 e 12 abaixo, mostram o momento em que as equipes estão jogando.

Figura 11 – 1ª aplicação do jogo



Figura 12- 1ª aplicação do jogo



Fonte: a pesquisa

A sala foi preparada para receber as equipes, que ficaram em duplas, distribuídas pela mesa no laboratório de ciências. Para a aplicação do jogo em situação de aula regular, teremos a sala de robótica, que dispõe de várias mesas.

5.3 APLICAÇÃO DO JOGO – SEGUNDA APLICAÇÃO

A segunda aplicação do jogo foi realizada com o mesmo grupo de 9 pessoas. No entanto dessa vez, ele foi aplicado no turno da tarde, fora do horário regular das aulas para melhor observação dos resultados. As equipes se formaram com outras configurações, e dessa vez o aluno que foi mediador, formou dupla com outro aluno.

As equipes se mostraram bastante empolgados para iniciar o jogo, demonstrando dessa vez menos segurança quanto às regras e planos estratégicos para conquistarem a vitória. Essa aplicação durou o equivalente a duas aulas, assim como a primeira aplicação. Nesse segundo encontro, ao final do jogo, foi solicitado que respondessem um questionário. As Figuras 13 e 14 mostram os momentos em que as equipes estão jogando.

Figura 13- 2ª aplicação do jogo



Figura 14- 2ª aplicação do jogo



Fonte: a pesquisa

As informações coletadas através dos questionários e dos comentários durante e após o jogo serão melhor apresentados no item 5.4 observações e discussão dos resultados.

5.4 OBSERVAÇÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As observações serão feitas considerando o número de alunos e as condições de aplicação.

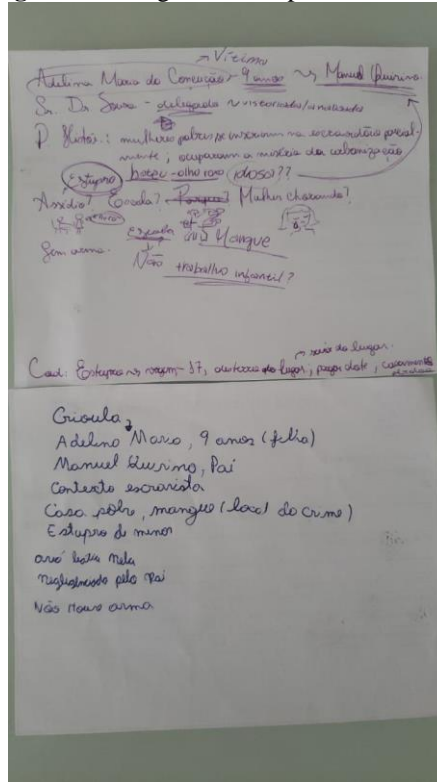
O “Quem é ela?” consiste num jogo de investigação e levantamento de hipóteses, a partir de acumulação de pistas, enigmas e informações coletadas a partir do deslocamento das equipes no tabuleiro onde encontram pistas e enigmas e, também através das informações transmitidas pela pessoa mediadora sobre o código criminal, fragmentos de notícias publicadas e excertos de publicações de historiadores e historiadoras estudiosas do período. A vitória depende de trabalho em equipe e de atenção aos registros das informações coletadas nas jogadas. Durante a elaboração das cartas o objetivo era que através do contato com fontes e estudos sobre o período, e das discussões em grupos fossem desenvolvidas algumas competências e habilidades, previstas na BNCC. A exemplo da habilidade a ser desenvolvida dentro da competência 5:

Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (BNCC, 2018, p. 578).

O que fortalece a contribuição do jogo para as abordagens dos temas relevantes para a formação de pessoas cidadãs, que contribuam para o combate à violência e, conseqüentemente para a construção de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva. Sendo capazes, de acordo com a BNCC, (2018, p. 578): “Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.”

Nesse sentido, um fato interessante observado durante o jogo é que todas as equipes utilizaram o verso do bloco de anotações para os jogadores, para registros de informações que coletavam e de hipóteses. A Figura 15, mostra dois registros feitos por duas equipes durante a 1ª aplicação.

Figura 15 – Registros de hipóteses.



Fonte: a pesquisa.

Os registros se referem ao caso numerado no jogo como 11. Se referia a um caso ocorrido no Recife, de uma menina, Adelina, de 9 anos que foi levada a delegacia com hematomas de agressão. A notícia informa que durante os exames foi identificado que a menina, além de hematomas de espancamento, apresentava sinais de estupro. De acordo com a publicação, as investigações concluíram que a menina foi estuprada por um rapaz de 15 anos, em um mangue próximo à casa da menina e os hematomas foram produzidos pela avó como castigo pelo fato de a menina ter deixado a comida queimar.

Observe-se que os registros realizados pelas equipes se aproximam dos fatos relatados na notícia. A equipe vencedora foi a que realizou o registro que aparece na parte inferior da fotografia, pois ao relatar as hipóteses, a equipe conseguiu se aproximar mais dos detalhes do caso, mas especialmente, explicou de forma mais completa como a mulher apresentada na notícia foi representada. No momento da socialização das hipóteses sobre essa representação o grupo agregou a sua fala, conhecimentos adquiridos sobre o assunto durante as aulas. Esse aprofundamento na explicação garantiu ao grupo, pontuação maior do quesito “Como a mulher está

representada”, resultando na vitória da dupla. Essa avaliação foi realizada pela pessoa mediadora durante a 1ª aplicação.

No momento dessa socialização na 1ª aplicação, todas as equipes, apresentaram em voz alta suas hipóteses, o que permitiu observar como cada grupo construiu uma narrativa, onde se somaram as pistas e informações do jogo ao repertório de conteúdo que já possuíam. Considerando que essa aplicação acontecerá depois com as turmas em situação de aula, como etapa do projeto, após o aprofundamento de alguns temas que serão apresentados nas etapas anteriores, pode-se concluir que a tendência é que essas narrativas fiquem ainda mais ricas e aprofundadas.

Um aspecto, observado e apontado pelas equipes é que essa socialização deveria acontecer apenas para a pessoa mediadora, pois evitaria que uma equipe se aproveitasse das hipóteses levantadas pelas outras equipes. Essa medida foi adotada na segunda aplicação, o que foi bem aceito pelas equipes. Os registros feitos na 2ª aplicação, revelam, por sua vez, que as equipes se dedicaram e conseguiram ampliar esses registros, ficando ainda mais atentas a cada detalhe. A Figuras 16 e 17 mostram registros das hipóteses de duas equipes.

Figura 16 – Registro de hipótese. Crime 8 e 4.

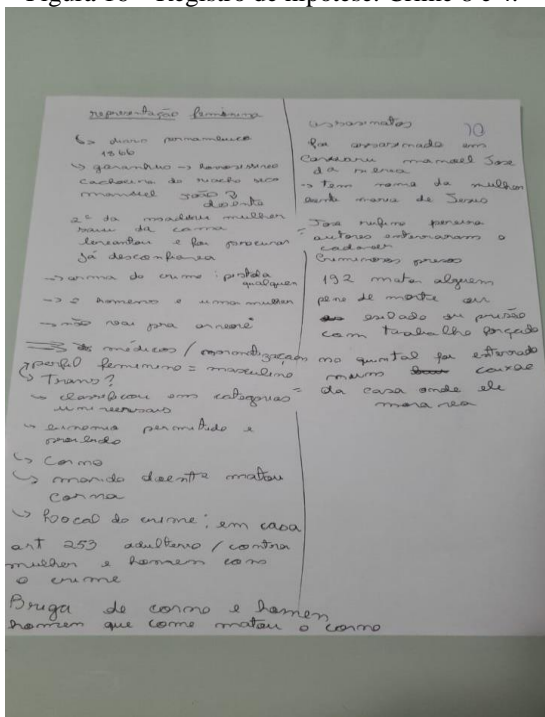
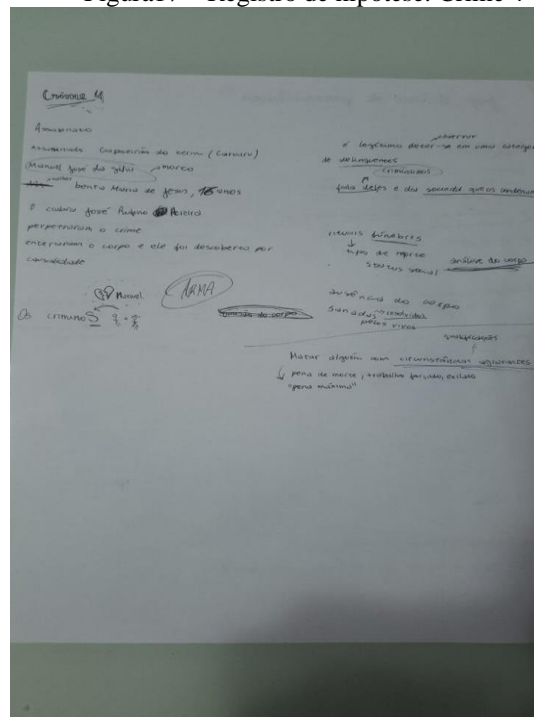


Figura 17 – Registro de hipótese. Crime 4



Fonte: a pesquisa

Observa-se que nos registros apresentados Figura 15, houve uma preocupação em registrar o máximo de elementos coletados pela equipe e nos registros, pode-se observar a elaboração de diversas hipóteses a respeito do crime, das motivações e da representação da mulher. Os registros revelam também a visão da equipe sobre a infidelidade e os usos da linguagem para revelar essa visão de mundo. Chamou a atenção nesse registro, a última frase quando ele faz o seguinte comentário: “homem que come matou o corno” para se referir a quem praticou o crime. Considerando que quem o fez foi um jovem adolescente, de 16 anos, nos permite concluir que a frase revela aspectos da forma como ele elabora a prática da atividade sexual, sob um ponto de vista de um exercício de poder e de vantagem masculina. Essa elaboração, pode ser um ponto a ser discutido como uma prática de preservação do machismo.

Nos registros da figura 16, a respeito do caso 4, um caso de adultério, ocorrido em Caruaru, que termina com o assassinato do marido e a ocultação do seu corpo, próximo a casa da vítima. Os registros realizados por esse grupo, demonstram uma elaboração minuciosa, trazendo registros dados pelas cartas de pistas e pelas dicas. Os riscos e desenhos elaborados pela equipe, demonstram idas e vindas no processo de construção das hipóteses, usando riscos fortes para sublinhar as ideias que eles queriam destacar e desenhos que simbolizam uma ideia elaborada sobre prática da infidelidade e do envolvimento de ambos no assassinato do esposo de Benta. É importante destacar, que em nenhum momento foi dito às equipes que eu analisaria os seus registros escritos. O que valida ainda mais a análise deles, pois foram escritos não para serem lidos, expressando, portanto, uma maior espontaneidade nessa escrita.

De modo geral, o jogo foi bem aceito pelas equipes, todas se envolveram bastante, e isso foi notório, todas as equipes estavam atentas ao jogo, agindo de forma competitiva e, por vezes, com brincadeiras provocativas. Criaram estratégias para se destacar e avançar no jogo, não apenas executando o jogo, mas observando os movimentos, os sinais transmitidos pelas outras equipes. Por recomendação da banca, o crime de número 11, o caso da menina Adelina que foi espancada e deflorada, foi substituído. Em seu lugar foi incluído um caso de agressão física, em uma via pública, de a uma mulher pobre.

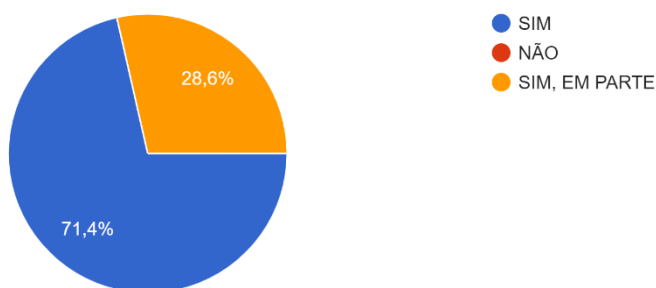
5.5 ANÁLISE DO JOGO

Para avaliação do jogo foi elaborado um questionário para ser respondido por cada participante de forma individualizada. O questionário foi dividido em dois temas: “Sobre o conteúdo” e “Sobre o jogo”. No primeiro tema, foram avaliados a compreensão do conceito de representação, os usos dessas representações nos jornais, se percebem permanências na forma de representação das mulheres na atualidade, o papel das mídias na sociedade do oitocentos e na atualidade e a se consideram importante realizar essa análise das representações. Na segunda temática abordada no questionário, sobre o jogo foram feitas perguntas sobre as estratégias do jogo, as cartas e a função da pessoa mediadora.

Para análise dos resultados do questionário avaliativo. (anexo3), optou-se por apresentar as informações obtidas nas questões de múltipla escolha, por meio da representação gráfica para facilitar o entendimento dos dados. Quanto às questões discursivas, realizou-se a transcrição de algumas respostas mais significativas no que diz respeito ao conteúdo abordado e ao jogo.

Gráfico 1: Avaliação sobre a clareza das regras do jogo.

1º As regras do jogo ficaram claras para você?
7 respostas



Fonte: a pesquisa

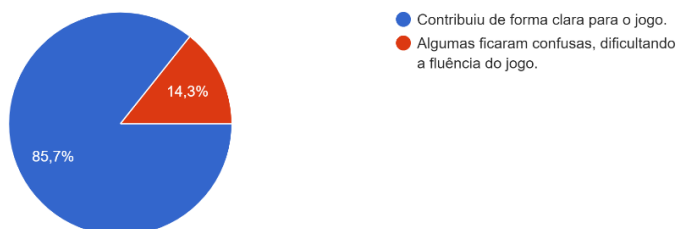
O resultado obtido com esta pesquisa realizado com alunas e alunos do Colégio Grande Passo revelou-se de efetiva importância, pois através desses dados foi possível avaliar as estratégias do jogo e o efeito provocado pela atividade no cotidiano das pessoas participantes. O gráfico 1, por exemplo mostra que as regras do jogo ficaram

claras para 71,4 % das pessoas que participaram da atividade e claras, em parte, para 28,6%, sinalizando para a necessidade de pensar em estratégias que atinja de forma mais efetiva a totalidade das pessoas participantes.

Gráfico 2: Avaliação das cartas de pistas

3º Como você avalia as cartas de pistas?

7 respostas

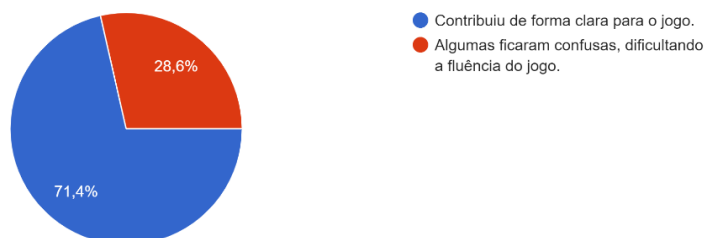


Fonte: a pesquisa

Gráfico 3: Avaliação das cartas de enigmas

4º Como você avalia as cartas de enigmas?

7 respostas



Fonte: a pesquisa

Como parte da análise dos jogos, cada carta foi avaliada. Os gráficos 2 e 3, se referem as cartas de pistas e enigmas. Essas cartas são encontradas pelas equipes durante o percurso escolhido por elas. Dependendo do percurso escolhido e do tempo que as equipes demoram para elaborar as hipóteses, essas cartas (num total de 6) podem não ser vistas por todas as equipes. As cartas de pistas trazem imagens sobre pessoas envolvidas, arma e local do crime. 85,7% das pessoas que participaram da atividade, consideraram que elas contribuiriam de forma clara para o jogo. Esse percentual cai, quando as cartas avaliadas são as de enigmas, que requerem a interpretação das imagens ou textos nela registrados.

Gráfico 4: Avaliação das cartas de contextualização

5º As cartas de contextualização:

7 respostas

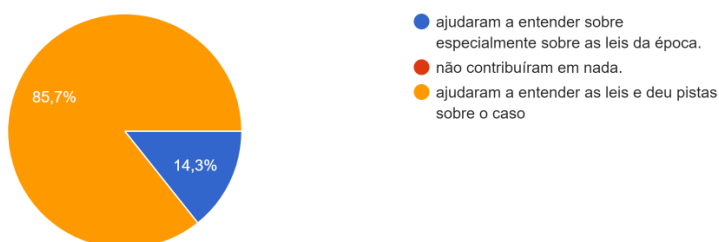


Fonte: a pesquisa

Gráfico 5: Avaliação das cartas Você sabia

6º As cartas você sabia:

7 respostas



Fonte: a pesquisa

As cartas: Você sabia e de Contextualização, são lidas em voz alta para todas as equipes, pela pessoa mediadora. Por esse motivo vão ser analisadas na mesma categoria. De acordo com o gráfico 4, para 57, 1% das pessoas que participaram do jogo, as cartas de Contextualização ajudaram a entender o contexto e já deu pistas úteis sobre os casos, enquanto para apenas 14, 3% elas ajudaram muito pouco a entender o contexto. Quando analisamos o gráfico 5 sobre as cartas Você sabia, fica evidente que essa carta contribuiu em grande medida para a fluência do jogo, tendo em vista que para 85,7% das pessoas, essas cartas ajudaram a entender as leis e deu pistas sobre o caso e para as outras 14,3% das pessoas ajudaram a entender especificamente as leis. Não havendo considerações negativas sobre a contribuição dessa carta.

Quanto ao papel da pessoa mediadora, as respostas em geral expressaram o entendimento do seu papel e da sua importância para o jogo, a exemplo das respostas abaixo:

“A pessoa mediadora é essencial e importante para o jogo. Ela administra a dinâmica do jogo e auxilia os jogadores a entenderem as informações, mantendo a imparcialidade, sem dizer se o raciocínio da dupla está certo ou errado, para não prejudicar as outras duplas.” (Maria Helena Pereira Ramos, 2º ano B)

“Tem que ser uma pessoa imparcial e justa, que se torna muito importante para o controle e ordem do jogo.” (Luiz Henrique Figueiredo, 2º A)

Durante o jogo, foi observada uma dificuldade das equipes em relação a ao significado de algumas palavras precisando de esclarecimentos por parte da professora. Essa demanda, deverá ser resolvida com a elaboração de um glossário com algumas palavras presentes no jogo e seus significados de acordo com dicionários históricos.

Para analisar o conteúdo abordado no jogo, foram elaboradas algumas perguntas centradas no conceito de representação. A respeito desse conceito, uma aluna respondeu assim:

“Pensar em representação é pensar sobre o olhar dos outros sobre o assunto, sobre como esse é visto e associado.” (Aryelly da Silva Serafim, 2º ano B)

A respeito das representações nas notícias que foram analisadas no jogo, as equipes chegaram concordaram quanto a alguns aspectos, como a falta de nomeação ou a vinculação da sua identificação à figura de um homem. A exemplo da resposta abaixo

“O que mais chamou minha atenção é que a maioria dos casos não falavam o nome das mulheres, e se referiam a elas como se fossem propriedades/objetos de seus parentes homens, sendo encaixadas em rótulos sociais da época em que não davam liberdade a elas de serem reconhecidas por suas características individuais.” (Maria Helena, 2º ano B)

Quando perguntados sobre as notícias veiculadas nas mídias, reproduz valores, produz novos valores ou ambos, a percepção geral foi de que realiza ambos papeis, a exemplo da resposta a seguir:

“Ambas as coisas, pois algumas notícias podem quebrar parâmetros sociais, tanto quanto podem Continuar com tais parâmetros” (Matheus Neves, 2º ano B)

Sobre as contribuições do jogo para compreender melhor o papel das mulheres na sociedade oitocentista, todas as respostas apontaram para o reconhecimento de que suas visões sobre o assunto foram ampliadas, a exemplo da resposta a seguir:

“Com certeza, foi muito esclarecedor e fez eu perceber que muitas das atitudes/posicionamentos que existem nos dias atuais são reflexos de uma sociedade machista e patriarcal de tempos atrás, sendo uma realidade muito triste.” (Aryelly da Silva Serafim, 2º B)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado, primeira de inquietações e necessidades pessoais. Como mulher, cresci aprendendo a lidar com expectativas para os papéis que deveria desempenhar: uma mulher bem-sucedida, profissionalmente, desempenhando multifunções como esposa e mãe. É claro, que os percursos que segui me conduziram a reflexões sobre esses papéis que foram ensinados, e os caminhos que encontrei para lidar com eles. Mas, para além das minhas inquietações pessoais, a minha realidade profissional e o contexto político de promover um discurso de negação à diversidade e do reforço de discursos machistas e misóginos, me fizeram pensar nessa pesquisa como uma forma de resistir a esse contexto.

A escolha do tema conduziu a contato com relatos de infelicidade, assassinatos, estupros e infanticídios, apenas para citar os mais graves. As representações das mulheres, nos cenários descritos nos relatos, amplificaram o objetivo quando escolhi o tema: buscar um caminho para levar para o meu espaço de atuação profissional, as construções discursivas que contribuíram para a constituição de uma imagem das mulheres sempre entre dois pólos: vítima ou algoz.

Em razão disso, se concretizou, com a pesquisa a análise de relatos de crimes envolvendo mulheres, objetivando analisar/explicar os discursos dessas representações, buscando respostas para a forma como essas mulheres eram vistas, e os papéis que cabiam a elas, de acordo com essas narrativas. Nesse processo, foram encontrados textos bíblicos ou sobre instrução feminina, que explicitavam uma visão de comportamento ideal feminino. Alguns desses materiais contribuíram para a elaboração do produto desta pesquisa: um jogo didático.

Ponderando-se a problemática proposta por esta pesquisa, no item 4.1.1, analisei o Diário de Pernambuco e os seus correspondentes. Um breve histórico do jornal foi traçado, considerado como um jornal do Partido Conservador, observou-se que durante o período analisado nesta pesquisa, ocorreu uma expansão na sua distribuição pela província, e uma ampliação no número de páginas e da mesma forma, um aumento no número de relatos de crimes. A partir da análise das colunas e correspondentes, também foi possível compreender as diferentes formas de narrativa, amplificando as possibilidades de análise das representações.

Como parte integrante dessa análise, nos itens 4.1.2 e 4.1.3, a partir de alguns exemplos de representações encontrados, a exemplo de “adultera”, “adultera incestuosa”, “mulher publica” “mulher parda” “pobre mulher”, foi possível conhecer sobre comportamentos femininos e as percepções desses comportamentos, concluindo-se portanto entre as imagens ideais e as demonizadas, existiram várias outras mulheres, seguindo suas vidas, ora resistindo e ora apenas, sobrevivendo, constituindo forças que atuavam nas ruas, aparecendo muitas vezes em relatos da coluna Repartição de polícia, acusadas de “desordem”.

Percebeu-se, na análise dos relatos, uma série de elementos que ajudam a pensar o cenário da província numa perspectiva representacional. A variedade de relatos de crime do interior da província, marcam as páginas do Diário e a narrativa policialesca dessas colunas apresentando enredos marcados por escândalos, ocorridos, em geral, em ambiente doméstico, ou em suas proximidades. Ao mesmo tempo, os crimes na capital da província, referiam-se mais comumente a locais públicos, envolvendo mulheres cativas e pobres.

No intuito de ampliar os debates sobre a condição feminina e suas representações no espaço escolar, a aplicação do jogo didático proposto como etapa de um projeto interdisciplinar, possibilitou a estudantes do Ensino Médio o contato com fontes e numa perspectiva dialógica, contruindo hipóteses, tiveram contatos com concepções de mundo e de ideais de mulheres que permitiram debates riquíssimos, atingindo, portanto um dos objetivos principais dessa pesquisa: promover debates, nas escolas, sobre história das mulheres e violência de gênero.

Por fim, a proposta de análise aqui exposta, trouxe dificuldades e descobertas. Ainda assim, vale dizer que, embora este estudo seja uma parte insuficiente da problemática sobre a qual se dedicou, ainda assim, uma sensação de estar colaborando

para romper com discursos e ações que se perpetuam nas relações entre homens e mulheres no estado de Pernambuco.

Como resultado, o que fica claro é que em meio às representações, se revelam ideias, modos de pensar e elaborar as imagens sobre as mulheres, seus papéis, sua atuação e a interpretação sobre elas. Por outro lado, a análise dos relatos, permitiu enxergar essas mulheres como sujeitos de resistência, que existem não apenas como vítimas, mas circulam e exercem poderes.

7 LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Acervo:

Fontes:

BN – Biblioteca Nacional

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

Fontes e referências

Periódicos:

DIARIO DE PERNAMBUCO. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>>. Acesso em: 20/01/2021

DIARIO NOVO. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>>.

Acesso em: 5 de maio de 2020

O CARAPUCEIRO. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>>.

Acesso em: 5 de maio de 2020

O LIBERAL: orgam do partido liberal em Pernambuco. Diariopolitico, noticioso e commercial. Typ. liberal. Pernambuco, 1870.

<<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>>. Acesso em: 10 de maio de 2020

O LIBERAL PERNAMBUCANO: jornal politico e social. Typographia Nacional.

Pernambuco, 1857. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 de maio de 2020

Artigos:

BARBOSA, Wellington. Crime e cotidiano no Recife Imperial (1830-1860). Anpuh XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente

COSTA, Marcella Albani Farias. Os games como possibilidade: que história é essa?

Educação Básica Revista, vol 1, n1, 2015. Disponível em <<https://revistas.uneb.br/>>

Acesso em: 01 de maio de 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. A Dialética do discurso. Revista Textus (XIV. 2 2001 a, p.

231-242. Disponível em <http://www.ling.lancc.ac.uk/profiles/263>. Acesso em 30 setembro 2020.

FERREIRA, Jean Fabricio Lopes e PERROT, Andrea Czarnobay. A representação feminina em Machado de Assis: Helena, embrião de Capitu. Disponível em :

<http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/137792/137383>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

LIMA, Carollina Carvalho R. de. A política de conciliação nos folhetins: Joaquim Manuel de Macedo e A carteira do meu tio (1855). *Antíteses*, vol. 10, p. 801-828, jul./dez.2017.

MAIA, Ludmila de Souza. Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura oitocentista. *Revista História*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn2316-9141.rh2017.131489>. Acesso em: 16 de outubro de 2020

OLIVEIRA, Esdras Carlos de. O Recife de Freyre e dos Mangueboys: visões sobre os espaços e a vida da cidade. *Revista História e Cultura, Franca-São Paulo*, vol. 1, n. 2, p. 70-88, 2012.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia da Silva, 1832. Disponível em: 02 de abril de 2020

VERARDI, Cláudia Albuquerque. *Arquivo Nacional: a memória de uma nação*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 02 de abril 2020.

8 BIBLIOGRAFIA

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4ª edição. Recife: FJN, Editora Massangana, 2004.

BACICH, Lilian. **Metodologias Ativas**. São Paulo. Editora Penso, 2018.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.

BARBOSA, Wellington. **A locomotiva do progresso: cotidiano e melhoramentos materiais no Recife oitocentista (1830-1889)**. In: *O Recife no século XIX: outras histórias 1830 -1890*, Recife, 2019

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/tipo/todos>>. Acesso em: 02 abril 2020.

BORGES, Michelle Silva. **Sob os muros dasconvencões e as muitas faces da violência de gênero: Ribeirão Preto/ SP (2007-2013)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2016

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª edição. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, Lenguaje y Teoría de La Sociedad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001

CARVALHO, Marcus. **Liberdades e rupturas do escravismo no Recife**. Editora UFPE, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **População e Sociedade**. In: CARVALHO, José Murilo de (coord). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2, p. 37-81.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. Prefácio. ELIAS, Nobert. **A sociedade de corte: a investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª. ed. Miraflores: Portugal, 2002

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

DAVIS, Natali Zemon. **Mulheres por cima. In: Culturas do povo: sociedade e cultura francesa no início da França Moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução Impressa: a imprensa na França de 1775 a 1880**. São Paulo: Edusp, 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.) São Paulo: Editora Contexto, 1997. P.223

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: formação do Estado e da civilização**. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. O cuidado de si. Vol 3. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 2ª reimpressão. Tradução Maria Betânia Amoroso, tradução dos poemas José Paulo Paes, São Paulo: companhia das letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras: 1989

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos da forma ao sentido**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOUBRE, Gabrielle. **Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII começo do XX**. In: O corpo feminino em debate. São Paulo Unesp, 2003.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2010,

JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S. A., 1975

KALIFFA, Dominique. **Kalifa. A tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MERGAR, Arion. **A representação do gênero feminino nos autos criminais na província do Espírito Santo (1853-1870)**

MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O “belo sexo” sob vigilância: o controle de práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista (1830-1850)**. Dissertação de mestrado: Recife: UFPE, 2011.

MORAN, José. **Educação 3.0: Novas perspectivas para o Ensino**. CARVALHO, M. (Org). Porto Alegre, Sinepe/RS/Unisinos, 2017

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos.** Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, VENDRAME, Maria Ines, MAUCH, Cláudia. (org.) **Crime e justiça:** reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2018.

MOTT, Maria Lucia Barros de. **Submissão e resistência:** a mulher na luta contra a escravidão, São Paulo. Contexto, 1988.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas:** o folhetim nos jornais de Mato Grosso, séculos XIX e XX. Cuiabá: Editora 7 letras, 2002.

NASCIMENTO, Luiz do. **Historia da Imprensa em Pernambuco.** Vol. I. 2ª. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.

NASCIMENTO, Luiz do. **Historia da Imprensa em Pernambuco.** Vol. V. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1970.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado:** a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher.** In: O corpo feminino em debate. São Paulo Unesp, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

RAGO, Margareth Rago. **As mulheres na historiografia brasileira.** In: Silva, Zélia Lopes (org.) Cultura histórica em debate. São Paulo, UNESP, 1995.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes :** mito e realidade. 3ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão popular – Fundação Perseu Abramo, 2015

SANTOS, João Paulo Pedro. **Entre o atraso e a falta de civilização:** Representações do hinterland pernambucano a partir das correspondências publicadas no Diário de Pernambuco (1850-1870). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica de Pernambuco. Recife: 2019.

SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos. **Moças honestas ou meninas perdidas: um estudo sobre honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2007

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 39-62

SCOTT, Joan. **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Vol 20. Jul/dez. 1995

SILVA, Sandro Vasconcelos da Silva. **O Recife sob a sedução de uma dominação sutil, glamorosa e sofisticada (1830-1880). O Recife do século XIX: outras histórias (1830-1890)**. 1 ed. Jundiá (SP): Paco editorial. 2018. P. 186

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOUZA, Maria Angela Almeida de. **Posturas do Recife Imperial**. Tese Doutorado História. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2002

SOIHET, Rachel. **A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX**. In: MATOS, Maria Izilda e SOIHET, Rachel (Org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

VENDRAME, Maíra Inês, MAUCH, Cláudia e STAUDT, Paulo Roberto (org). **Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo, Oikos, 2018.

9 APÊNDICES

EXCERTOS BIBLIOGRÁFICOS UTILIZADOS PARA A CONFECÇÃO DAS CARTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DO JOGO

“As pequenas dimensões da moradia urbana reduzem a pouca coisa o que se pode fazer nela. O trabalho doméstico não é fazer faxina por dia, mas fazer suas compras, preparar as refeições – cozinhar é um meio de aproveitar matérias-primas baratas e duras -, ocupar-se da roupa, cuidar das crianças. Assim se desenha o tempo das mulheres – um tempo picotado, mas variado e relativamente autônomo, no pólo oposto ao do tempo industrial – e seu espaço: não ‘interior’ da casa, que para elas não existe, mas o exterior”. (PERROT, 1992 p. 200) – Carta de contextualização crime 1.

“As formas de teatralização da vida social, na sociedade do Antigo Regime dão exemplo mais manifesto de uma perversão da relação de representação. Todas visam de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente (...) (CHARTIER, 1991– Carta de contextualização crime 2.

“A maior parte das criminosas é favorecida por certo prisma conciliador. Mãe, esposa ou amante assassina, ainda que tenham transgredido a lei, dificilmente saem do papel que a sociedade lhe atribui e, no fim das contas, respeitam seus usos e códigos.” (KALIFA, 2019 p. 217)– Carta de contextualização crime 3.

“É plenamente legítimo e relevante deter-se por muito tempo em uma categoria particular de delinquentes (...) dado que essa investigação informa tanto a respeito deles quanto da sociedade que os condena.” (FARGE, 2009, p. 33) – Carta de contextualização crime 4.

“Os preceitos recebidos desde o berço inculcam no espírito uma rigidez que se torna a salvaguarda e a proteção da vida inteira. A menina aprende que deve cuidar de si, que existem limites que ela não deve transpor, sabe que, se deixar de se guardar a si mesma um único momento, perderá o prestígio.” (ALMBERT, 2003, p.82) – Carta de contextualização crime 5

“Foi para salvar Adão da solidão que ele (Deus) lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo inessencial. E assim ela surge como presa privilegiada.” (BEAUVOIR, 1949, p. 201) – Carta de contextualização crime 6.

“Os discursos médicos explicitavam aspectos de normatização de um imaginário social urbano em transformação, com a construção de um perfil ideal feminino que refletia o perfil masculino. Assim, o discurso médico ordenou e classificou o real através de

categorias que se transformaram em universais e em exemplo de objetividade e racionalidade, impondo uma ordem dualista com rígidas classificações que desembocavam no binômio permitido/proibido, na desqualificação de uns e na supremacia de outros.” (MATOS, 2003, p. 121) – Carta de contextualização crime 8.

“Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível.” (SILVA, 2018, p.186). Carta de contextualização crime 9.

“Ainda no século XVI, a medicina começou a explicar o comportamento feminino, afirmando que era marcado pela natureza instável, enganosa e falsa, ou atribuindo à mulher uma maior susceptibilidade aos males emocionais do que os homens. Esses últimos, conforme essa mesma ideia, quando sob o domínio de males emocionais, ainda assim teriam maior propensão a controlá-los, emanando daí o entendimento de que o interior dominava as mulheres graças ao seu temperamento frágil e instável, como se a mulher fosse inata e biologicamente inferior.” (DAVIS, 2001, 122). Carta de contextualização crime 10.

“Multiplicavam-se mulheres pobres que o sistema social era incapaz de absorver e que apenas parcialmente se inseriam na sociedade escravista. Num processo de pauperização foram ocupando as margens da miséria da urbanização (...)” (DIAS, 1995, p. 111) Carta de contextualização crime 11.

“O processo de urbanização permitiu à mulher uma nova circularidade pela cidade, já o processo de industrialização ampliou sua utilização como mão de obra. Nesse contexto, tornava-se necessário estabelecer novos padrões de comportamento e sociabilidade para homens e mulheres- no que convergiram, em certos pontos, o discurso e a ação da Igreja, do Estado e da medicina.” (MATOS, 2003,p.114) Carta de contextualização crime 12.

“A contenção, a discrição, a passividade, e todas as qualidades apontadas por Beauvoir, como atribuídas às mulheres consideradas com honra, enquanto, que às demais, desonradas, recairiam todos os antônimos. Apesar de contas, [...] enquanto os homens exercem a malandragem viril, as mulheres constroem sua identidade em torno dos ideais de honra familiar, castidade e pudor. Dessa forma, dá-se a impressão de que os homens estabelecem as regras e as mulheres se submetem.”. (FONSECA, 2000, p. 151). Carta de contextualização crime 13.

“Foi na modernidade que os corpos das mulheres se tornaram alvo do controle dos casos extraconjugais. As práticas contraceptivas, abortivas, infanticidas e, ainda, o abandono de crianças passaram a ser relacionados a práticas femininas.” (PEDRO, 2003, p. 161). Carta de contextualização crime 14.

“Tamanho era o significado da honra feminina, que algumas mulheres não vacilavam em exterminar seus perseguidores, ao se virem importunadas pelas insistentes abordagens e tentativas de sedução. Em tais circunstâncias, o recurso extremo aparecia como única alternativa numa sociedade que via a agressão sexual como própria ao homem, ao mesmo tempo que desconfiava da mulher que se deixava possuir pela força.” (SOIHET, 2002, p. 389). Carta de contextualização crime 15.

EXCERTOS RETIRADOS DO CÓDIGO CRIMINAL DE 1830 UTILIZADOS NA CARTA VOCÊ SABIA

CRIME 1-O primeiro código criminal do Brasil foi criado em 1830. Ele vigorou de 1831 a 1891. Estava dividido em 4 partes: a primeira sobre os crimes e criminosos, a segunda sobre os crimes públicos (contra o império, direitos políticos e propriedade pública), a terceira sobre os crimes contra a liberdade individual e a quarta sobre os crimes policiais.

CRIME 2- O Código criminal previa a poligamia como crime. De acordo com Art. 249. Contrair matrimônio segunda, ou mais vezes, sem se ter dissolvido o primeiro, poderia ser punido com penas de prisão com trabalho por um a seis anos, e de multa correspondente à metade do tempo.

CRIME 3- Eram considerados criminosos como autores, os que cometeram ou os mandantes dos crimes. Eram considerados criminosos, como cúmplices, todos aqueles que contribuíram para se cometer o crime. “Art. 4º São criminosos, como autores, os que cometerem, constrangerem, ou mandarem alguém cometer crimes. Art. 5º São criminosos, como cúmplices, todos os mais, que directamente concorrerem para se cometer crimes.”

CRIME 4 - De acordo com o Art. 192 do Código Criminal, matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo 16, números dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze e dezessete, terão como pena máxima: pena de morte, pena média: galés e pena mínima: prisão com trabalho vinte anos.

CRIME 5 – “O Artº 16.do Código criminal prevê circunstâncias agravantes de crimes. Entre tais circunstância está o 6º que considera agravante, haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a ofensa.”

CRIME 6 - O Código criminal previa como crimes contra a honra o estupro, o rapto, a calúnia e a injúria.

CRIME 7 - De acordo com o Código criminal, “Artº 249 – contrair matrimônio segunda, ou mais vezes, sem se ter dissolvido o primeiro, resultaria em pena de prisão com trabalho por um a seis anos e de multa correspondente à metade do tempo.”

CRIME 8 - O Art. 253.do Código Criminal, afirmava que a acusação por adultério deveria ser intentada conjuntamente contra a mulher, e o homem, com quem ela tivesse cometido o crime; e um não poderia ser condenado sem o outro.

CRIME 9 - O crime de infanticídio estava previsto no Código criminal, ficando definido pelo Art. 197. Matar algum recém-nascido ocasionaria penas de prisão por 3 a 12 anos. “ Art. 198. Se a propriamãe matar o filho recém-nascido para occultar a sua deshonra. Penas - de prisão com trabalho por um a tresannos.”

CRIME 10- O crime de homicídio, quando cometido sob circunstância agravante, mencionadas no artigo 16 do Código Criminal, teria como pena máxima a pena de morte, galés perpétuas como pena média e prisão com trabalhos forçados por 20 anos, como pena leve. O Código apresentava como uma das circunstâncias agravantes “Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do offendido com intento de commetter o crime”.

CRIME 11 - Na parte III, capítulo II do Código Criminal, sobre o estupro, Art 219 sobre deflorar mulher virgem, menor de 17 anos, as penas previstas eram de desterro para fora da comarca em que residir a vítima, por um a três anos além de pagar um dote a ofendida. Caso o defloramento seja seguido de casamento, não terão lugar as penas.

CRIME 12 - Na parte III, capítulo II intitulado Dos crimes contra a segurança da honra, o Art 222 definia que “a prática sexual por meio de violência ou ameaças a qualquer mulher honesta”, previa penas de “prisão por três a 12 anos, devendo ser pago um dote à ofendida”. “Se a violentada for prostituta”, a pena seria de “prisão por um mês a dois annos.”

CRIME 13 - Na parte III do Código criminal, intitulada Dos Crimes Particulares, TITULO II Dos crimes contra a segurança Individual, CAPITULO I DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA PESSOA, E VIDA, SECCÃO IV Ferimentos, e outras ofensas físicas, no Art. 201. Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao offendido, as penas previstas eram de um mês a um ano e multa correspondente à metade do tempo.

CRIME 14 - De acordo com o Art. 197. Matar algum recém-nascido ocasionaria Penas - de prisão por três a doze anos, e de multa correspondente à metade do tempo. Já o Art. 198. afirmava que se a própria mãe matar o filho recém-nascido para occultar a sua desonra, ocasionaria Penas - de prisão com trabalho por um a três anos.

CRIME 15- Entre os crimes contra a segurança da honra, o Código criminal previa o estupro. Variando as penas conforme a relação entre a vítima e os autores e as circunstâncias. “Art. 219 Deflorar mulher virgem, menor de dezaseteannos. Penas de desterro para fora da comarca, em que residir a deflorada, por um a três annos e de dotar esta. Seguindo-se o casamento, não terão lugar penas.”

**EXCERTOS DE NOTÍCIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO,
DE 1850 A 1889, SELECIONADOS PARA O JOGO**

Notícia utilizada no jogo como CRIME 1 - Coluna Jury do Recife

Diário de Pernambuco, 16 de outubro de 1850, ano XXVI, nº. 234, p. 1.

JURY DO RECIFE. 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DESTE ANNO. Presidencia do Sr. Dr. Neiva. Dia 10 de outubro de 1850.

A's onze horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes 38 Srs. Jurados.

O Sr. Presidente: abre a sessão, continuando a multar os Srs, que teem faltado sem excusa legal.

O Sr. Presidente: - Vai proceder-se ao sorteio do concelho, que tem de julgar o réo presente, acusado pelo crime de homicídio.

Sorteado o concelho, sahem escolhidos os Srs: Amaro de Barros Corrêa, Onofre José da Costa, Manoel Lobo de Miranda Henriques, Francisco Manoel da Cruz Coito, Candido Thomaz Pereira Dutra, Joaquim Francisco de Albuquerque Santiago, Antonio Cardozo de Queiroz Fonseca Junior, José Rodrigues Pereira, Francisco Augusto da Costa Guimarães, Francisco José da Silveira. Manoel Pereira Caldas e Joaquim Alves da Silva, os quaes prestam o juramento do estylo.

O Sr. Presidente faz ao réo o seguinte interrogatório

Juiz- Como se chama?

Réo – Firmino Pereira da Costa.

Juiz- Sabes por que está preso, e vem diante desse tribunal?

Réo – Sei, sim, Sr.

Juiz- Então porque he?

Réo –Por imputação de uma morte.

Juiz- E morte dada em quem?

Réo – Dizem que foi n'uma mulher.

Juiz- Recorda-se do nome dessa mulher?

Réo – Chamava-se Francisca.

Juiz- Então, não foi o Sr. quem a matou?

Réo – Não, Sr.

Juiz- He solteiro, casado, ou viúvo?

Réo – Sou viúvo.

Juiz- Como se chamava sua mulher?

Réo – Chamava-se Francisca.

Juiz- De que morreu a sua mulher?

Réo – Não sei dizer.

Juiz- Não morava com ella em casa?

Réo – Morava, sim, sr.

Juiz- E não sabe de que ella morreu?

Réo – Eu não sei dizer de que morreu.

Juiz- Que tempo faz que ellafalleceu?

Réo – Não sei.

Juiz- E he essa a morte que lhe he imputada?

Réo – Sim, Sr.

Juiz- Sabem porque lhe imputam a morte de sua mulher

Réo – Não sei; não, Sr.

Juiz- Em quanto ella era viva, esteve sempre em boa harmonia com ella?

Réo – Sempre, sim, Sr.

Juiz – Nunca teve occasião de lhe dar pancadas?

Réo – Nunca.

Juiz- Não se recorda de havê-la um dia surrado?

Réo – Não, Sr.

Juiz- Ouviu dizer, ou constou-lhe que alguém lhe dêsse?

Réo – Não, Sr.

Juiz- Aonde se achava no dia em que ella falleceu?

Réo – Não estava ahi, estava fora.

Juiz- Então não estava em casa?

Réo – Não, Sr.

Juiz- Quando voltou, que dias fazia que ella tinha fallecido?

Réo – Não sei dizer.

Juiz- E não tratou de indagar porque ella fallecêra?

Réo – Não tratei; não, Sr.

Juiz- Conservou-se em casa depois da morte de sua mulher?

Réo – Conservei-me, sim, Sr.

Juiz- Quando foi preso?

Réo – Parece-me que anno passado.

Juiz- Mas, quantos dias depois de estar em casa?

Réo – Não sei dizer.

Juiz- Quando se recolheu á casa, que dias fazia que ella tinha morrido?

Réo – Não sei dizer.

Juiz- Morava só com sua mulher, ou tinha mais alguem em casa?

Réo – Só com minha mulher.

Juiz – No dia em que sua mulher morreu você esteve com Antonio de Souza Mariz?

Réo– Não, Sr.

Juiz- Quando deu essas pancadas em sua mulher, era dia ou noite?

Réo – Não sei dizer, Sr.

Juiz- Sabe escrever?

Réo – Não, Sr.

O réo interrogado he pardo claro; representa 22 annos; tem physionomia carrancuda; vem bem trajado e conserva-se sempre cabisbaixo. He accusado de haver dado em sua mulher Francisca Maria dos Prazeres uma surra, da qual lhe resultou a morte, pondo-lhe depois uma corda ao pescoço, pendente ao leito, para que se acreditasse que ella se havia enforcado.

Procede-se a leitura das peças do processo.

O Sr. Promotor: - Srs. Jurados, Firmino Pereira da Costa he trazido hoje perante vós pela justiça publica como criminoso de morte contra sua mulher, pelo facto que narra o libello, que eu passo a ler.

O artigo, pois, em que se acha incurso o acusado exprime-se assim. (Lê)

Srs. jurados, o objeto da presente acusação, esse facto que nos deve occupar hoje, se vê do auto do corpo de delicto, que eu passo a ler. (Lê)

Srs. jurados, o objecto da presente acusação, esse facto que nos deve occupar hoje, se vê do auto do corpo de delicto a folhas a que procederam os peritos chamados para esse fim, os quaes, examinando o cadaver da mulher do réo presente, acharam que ella havia soffrido uma surra; e neste auto de vistoria, também referem a circumstancia de haverem achado uma corda presa ao pescoço da falecida, mas de um modo que não mostrava ter ella succumbido ao enforcamento. As testemunhas primeira e segunda que juram no processo, dizem que o réo presente lhes dissera que a mulher havia soffridodele uma surra; e todas as mais testemunhas disseram ser a voz publica que o réo havia morto a mulher com uma grande surra que lhe dera; acrescentando mais que elle lhe pozera a corda ao pescoço para inculcar um genero de morte diverso daquelle que ella havia realmente soffrido.

Julgo, pois, Srs. jurados, que o delicto se acha provado, e o delinquente reconhecido; então convencido eu de vossa rectidão, não cansarei mais a vossa paciência, certo de que sats fareis á justiça com a punição que vos he pedida; aguardando-me no mais para ao depois da defesa, cujos argumentos procurarei refutar.

O Sr. J. A de Figueiredo: srs. jurados, ha factos tão sobremaneira graves, há factos tão immoraes, que só a simples imputação basta para estabelecer a maior prevenção contra a pessoa que he indigetada como autor delles. Neste caso, Srs. jurados, se acha o meu cliente; e essa prevenção que quasi sempre acompanha os grandes e atrozes crimes tanto mais se arreiga no animo dos juizes, quanto maiores dificuldades encontram elles em descobrir o autor de factos tão extraordinários, ou em lhes assignalar a causa. Sim, senhores, a infeliz mulher do meu cliente foi encontrada morta, com um laço no pescoço, e com algumas contusões, em sua própria casa; e, na impossibilidade de descobrir quem foi o autor de sua morte, foi esta attribuida ao seu marido, sendo que só a gravidade do crime he o que dá peso a semelhante imputação.

Srs. jurados, felizmente o princípio pernicioso que nos séculos passados vogara – que nos crimes os mais atrozes (e por conseguinte os menos prováveis) bastaram só conjecturas para a condenação - - desapareceu pelo progresso da sciencia; e o nosso codigo penal consagrou a sua proscricção, quando no artigo 34 mui positivamente determina que nenhuma conjectura, por mais veemente que seja, dará lugar a imposição da pena.

Srs. jurados, antes que eu me ocupe de demonstrar-vos a innocencia do meu cliente, consenti que vos diga duas palavras somente contra a morosidade do seu processo; morosidade que não posso deixar de attribuir, senão a má vontade da autoridade processante, ao menos a sua culposa negligência. Desde 15 de março 1849 acha-se preso na cadeia desta cidade o meu cliente, e só hoje foi que se lhe consentio vir

provar a sua innocencia perante vos. Varios requerimentos fez elle ao chefe de policia, e até um inderessou ao Exm. presidente da província, allegandoe queixando-se da prepotência da autoridade processante, e se não fosse o grande auxílio do nobre orgão da justiça publica talvez que ainda elle não viesse responder e dar conta de si antes vós. Dizendo-vos isso, Srs. jurados, eu não quero de modo algum acusar essa autoridade processante; mas só fazer-vos ver que ha nesse procedimento um grande abuso; abuso que a lei teve em vista mui terminantemente prevenir, determinando que a formação da culpa não excedesse o prazo de oito dias, ou pouco mais quando houvesse grande affluencia de negócios - ; affluencia que não pode ser invocada pelo subdelegado de Muribeca.

Srs. jurados, heaccusado o meu cliente de haver assassinado a mulher com uma grande surra, e a única prova apresentada pelo illustre orgão de justiça publica he o auto do corpo de delicto; he. pois, senhores, na analyse desse auto de corpo de delicto, que consistira toda a minha defesa. Primeiro que tudo cumpre que eu vos advirta que o auto do corpo de delicto não prova quem seja o criminoso, apenas, verifica a existencia do facto; e esse facto ou pôde ser casual, ou pôde ser cometido pelo proprio paciente, ou tambem por um terceiro. O corpo de delicto, pois, isolado de provas, demonstrando a existência do facto, não prova a existencia do delinquente.

Srs. jurados, Francisca Maria dos Prazeres, mulher de meu constituinte, foi encontrada com as contusões descriptas no auto do corpo de delicto, e com uma corda no pescoço, atada a uma das columnas do leito. Os peritos, procedendo ao exame do cadaver, não cumpriram nenhum dos deveres rigorosos que a justiça e a humanidade lhes impõe em objectosde tanta ponderação: elles não analysaram a natureza dessas contusões, não descreveram adimensão e a intensidade delas; não assignalaram os órgãos feridos, o mal que eles tivessem originado, quer nos tecidos celulares subcutâneos, quer nas viceras por meio das commoções que perventura podem existir; não procederam finalmente ao exame dos phenomenos internos ou externos, que costumam apresentar os suicídios pelo enforcamento, e desprezaram esse exame, não obstante a existencia do laço no pescoço dessa infeliz mulher ser um forte incentivo para elle!

Srs. jurados, o mais poderoso argumento apresentado pelo orgão da justiça publica he o ter sido encontrada a corda frouxa no pescoço; mas ainda quando essa circumstancia se desse, ella não destroe, nem exclue a existencia ou a possibilidade de um suicídio por enforcamento, que talvez fosse verificado se se tivesse procedido á um exame regular.

Srs. jurados, Francisca Maria dos Prazeres, tendo trahido vergonhosa e infamemente seu marido, tendo adulterado com o cunhado do meu cliente, tendo talvez sofrido, em consequencia de tão vergonhoso procedimento, algum castigo de seu marido, he bem verossímil que por desespero se houvesse suicidado. E, senhores, he isso o que eu acho mais provável do que dizer-se que a morte proveio da surra de que nos falou a justiça publica, cujo autor alias não está conhecido; he mais provável que essa mulher, caso tivesse sofrido, o justo castigo de seus crimes, aguilhoada pelo

remorso, sequiosa de vingança, e impossibilitada de obtê-la contra o marido que a corrigira, he mais provavel, repito, que essa mulher, violentada por paixões extraordinárias que della se tivessem apoderado, recorresse por desespero ao suicídio, do que, que fosse morta pelo marido.

Na verdade, senhores jurados, ainda supondo a existência dessa surra, supondo a existencia das contusões descriptas no auto do corpo de delicto, provenientes das cordas com que se diz, castigára o meu cliente a sua mulher, não se pódecollegir de maneira alguma que esse castigo produzisse a morte; e não se pódecollegir, senhores, porque em materia de factos dessa ordem não se póde formar conjecturas, mas sem ter convicções, filhas de um exame minucioso, exame que não teve lugar , como já vos eu disse. Porquanto, não tendo os peritos ou curiosos, procedido a analyse dessas contusões, não se póde de maneira alguma provar que elles feriram órgãos principaes da vida; nem que ofenderam as vicerias, produtindocommoções; o que só se poderia saber se se tivesse feito a autopsia do cadaver. Na falta desse exame, senhores jurados, como affirmar-seque foi a surra que produzio a morte? Como ter-se a convicção que essas contusões pozeram fim aos dias dessa infeliz mulher? Não será, portanto, mais provável que ella arrastada por violentas paixões que esse castigo fez nascer em sua alma, se tivesse suicidado? Quantos homens tem posto termo a sua existencia pelo suicídio, sem o menor motivo aparente, e até no gozo da mais completa ventura? Quem póde prever as paixões violentas, os vulcões que se passam em nossas almas, e advinhar-lhes os effeitos? Suponde a existencia de taes paixões n'alma dessa mulher; suponde-a ferida no seu amor; abrasada no desejo de vingança; desesperada pela sua fraqueza; e além disso com um temperamento sanguíneo, e vósjulgareis que a distancia desse estado ao suicídio nenhuma.

Senhores jurados, pelo auto do corpo de delicto eu vos tenho mostrado que por maneira nenhuma se pódesuppor com fundamento razoável e muito menos ter a certeza de que a surra (caso existisse) tivesse morto a mulher do meu cliente. Essa convicção eu a derivo das próprias palavras de que se serviram os curiosos que foram chamados para procederem ao exame, porquanto he patente pelo mesmo auto do corpo de delicto que a surra e á0 morte dessa mulher, que a surra e a morte foram factos muito distinctos e que se passaram em épocas diversas. Sim, senhores jurados, os peritos falam na existencia de cicatrizes; vós sabeis o que he uma cicatriz; vós sabeis que quando qualquer membro do corpo he ferido, ou seja por instrumento contundente ou por instrumento perfurante, não apresenta nem póde apresentar logo cicatrizes: a natureza a esse respeito, como a experiência no-lo demonstra, apresenta uma série de phenomenos anteriores as cicatrizes: aparece primeiramente o rubor ou a inchação da parte contuza ou ferida; vem depois nodoas mais ou menos lívidas; aparecem as ecchimozes; a supuração etc., e por fim as cicatrizes. Mas se ellesfaltão de cicatrizes não podião estas ser feitas no momento ou no dia em que a mulher morreu mas sim dias anteriores.

Srs. jurados, o valioso argumento do nobre órgão de justiça publica contra o suicídio dessa mulher he a ausência das eschymoses e do vinco que costumão apresentar os pescoços dos que se suicidam por enforcamento; e o não achar-se apertado o laço que

fôra encontrado no pescoço. Esse laço, porém, se foi encontrado frouxo, foi porque uma tia da falecida, tendo se dirigido com muitas pessoas ao lugar, por um movimento muito natural o desapertára, ignorando sem dúvida as consequências que dali provinham; e isso teve lugar antes que chegassem os peritos. Senhores, essa mulher existe aqui, e vós a interrogareis a este respeito. Mas quero conceder mesmo que essa mulher mentisse, quero suppor que o laço estivesse com efeito frouxo não se póde dar o enforcamento com laço frouxo? Os exemplos são numerosos: vós sabeis que o enforcamento póde ser ou por meio da asphyxia, ou pela apoptexia, segundo o laço aperta já os órgãos respiratórios, já as veias jugulares; e a maneira por que póde apertar o laço he muito diverso, ou pela difficuldade em correr o nó, ou pelo modo porque esse nó corrediço se colloca, no pescoço. E em consequência dessa variedade, que não póde ser prevista, acontece ou que o laço aperta a laryux, e então, comprimindo a garganta, tem lugar a asphyxia pela interceptação do ar nos pulmões, ou então, comprimindo as veias jugulares, têm lugar o enforcamento por congestão cerebral ou apoplexia. Mas os phenomenos que apresentam estes dous modos de enforcamento fôram observados? Procederam os peritos a authopsia do cadaver? Verificaram todos os signaes que apresentam os suicidados? Abriram o craneo? Viram se as meninges estavam injetados de sangue? Examinaram os estados do pulmão e do coração? Verificaram se este estava cheio de sangue, e se aquelles, cheios de ar para poderem saber se se deu o enforcamento, e se este proveio da apoplexia ou da asphyxia? Nada disto, fizeram os peritos ou curiosos, porquanto nem examinaram os signaes internos, nem os externos, que costumão apresentar os suicidios por enforcamento.

Senhores, não sei se he no corpo de delicto que os rosseiros, que fôram chamados para decidirem da liberdade e vida do meo cliente, afirmam que o laço, além de se afrouxar, não deixara nodoa alguma no pescoço. Mas falta dessas nodoas, a ausencia, mesmo de vinco, ou sinta que faz o laço não podem destruir a existência do suicídio pelo enforcamento; porquanto muitos casos há de enforcados que não apresentam nem eschymozes nem vinco. Cumprindo ainda advertir-vos que a existencia de taesphenomenos depende do tempo em que he feita a observação, pois que esses signaes em muitos casos ou não aparecem, ou apparecem muitas horas depois do enforcamento. Porém, se esses curiosos não procederam à todos os exames necessários, se elles por sua ignorância não podiam fazer exames como he então que a accusação publica, somente baseada em conjecturas, poderá dizer ao meu cliente “fostes vós quem assassinou vossa mulher”. He impossível uma tal affirmação. Mas dirá ainda o nobre acusador “além do laço achar-se frouxo, além das nodoas que aparecem no pescoço dos enforcados não existirem, o laço estava amarrado ao leito, e, ainda quando essa mulher tivesse querido suicidar-se, não o poderia fazer em rasão da pequena altura.” Mas, senhores, inúmeros casos teem havido, e a sciencia os tem registrado de homens que se suicidaram com dous ou três pés de altura, e alguns tão forte vontade mostraram, tão violento desespero os dominara, que se enforcaram de baixo para cima.

Senhores, eu, faltando-vos nesta materia, talvez que vos pareça quando não suspeito, ao menos obscuro, porque , não sendo profissional, não posso empregar os

termos leclinicas da sciencia; mas permitti-me que eu vos leia duas paginas deste autor, por onde vereis a que exame devem se entregar os peritos quando teem de verificar casos desta ordem. He o Sr. Briand, que ,falando dos casos de suspensão ou enforcamento, assim se exprime:

“Ordinariamente imaginam que não póde haver morte por suspensão senão quando o corpo está em uma posição vertical, e cujos pés não pousam nem sobre a terra, nem sobre os moveis, ou qualquer outro objetos. Metzger e outros autores sustentam que, ainda quando o indivíduo tenha formal intenção de suicidar-se, o instincto d conservação que se faz sentir desde as primeiras angústias de uma morte violenta o leva a apoiar-se sobre tudo quanto o cerca. Mas nem sempre assim succede: seja firmeza de resolução, seja a perda do sentimento desde os primeiros momentos da appertura do pescoço, os exemplos de suicidios por suspensão incompleta são tão numerosos quanto bem averiguados. A 27 de fevereiro de 1821 uma alienada, que com tranquilidade tomara a sua sopa, no tempo da visita de Esquirol, e que mostrava nenhuma ideia ter de suicidio, foi encontrada enforcada uma hora depois. Ella tinha posto ao pescoço uma corda cujas pontas passadas detraz para diante, e simplesmente cruzadas debaixo do queixo, e segunda vez passadas para traz, estavam presas a uma estaca de 65 centímetros (dous pés) de altura, enfiçada no chão na eminencia de uma ladeirinha. E para que a corda enterrasse e lhe apertasse o pescoço, foi necessário que essa mulher se deixasse escorregar voluntariamente pelo declívio do terreno. Uma jardineira que a vira de longecorrêra para ella, acompanhada ao mesmo tempo de um praticante, que para logo lhe fez a abertura da jubular; mas todo o socorro foi inútil.”

Eis, portanto, um factio bem celebre de uma suspensão incompleta:

“Um homem preso durante a noite, e feichado na prisão de um corpo de guardas, foi encontrado enforcado duas horas depois nos caxilhos ou grades de uma janela, que não tinha senão um metro e 17 c... (três pés e 10 pollegadas) acima do solo. O cadaver estava acororado, os calcanhares firmados em terra, onde os sapatos tinham gravado o vestígio de grossos pregos. – Outro individuo se enforcou do mesmo modo com o lenço em uma janela tão baixa, que o obrigára a deixar-se escorregar ate a posição de um homem assentado, de sorte que seus pés e pernas tocavam em terra. Depois de haver escripto uma carta em que declarava a sua resolução de desamparar a vida, elle tivera o cuidado de atar fortemente as mãos com um outro lenço, auxiliado dos dentes.”

Se não fosse, senhores, a declaração feita por este homem, dir-se-ia que elle se não havia suicidado, o factio de sua morte, a prisão das mãos, a altura em que estava, tudo demonstrava que elle não se suicidára, mas que fôra assassinado.

Já vistes, senhores jurados, factos apresentados pelo Sr. Briand, provando differentes suicídios por suspensão incompleta, e n'uma altura bem pequena. Eu passo a le-vos o seguinte, ainda mais notável, referido pelo mesmo escritor, e que se acha consignado na Gazeta dos Tribunaes de 10 de outubro de 1836.

“Um preso tinha amarrado os seus suspensórios a um dos varaes da janela, excessivamente baixa, de sua prisão, e atara seu lenço aos suspensórios, de modo que formava um só corredio; seu corpo estava estendido horizontalmente com a face contra

a terra, e tinha sido preciso para realizar-se o suicídio, que elle entesasse o corpo, e o conserzasse suspenso ao de cima do assoalho até o momento em que perdeu os sentidos.”

Portanto, senhores jurados, não vejo que seja contra a possibilidade de suicídio da mulher do meu cliente o achar-se a corda pendente da columna do leito, e observar que os mesmos curiosos que afirmam no seu informe auto de corpo de delicto que a corda se achava amarrada á cima do lastro do leito, e por consequencia na extremidade ou pelo menos no meio de uma das quatro columnas que formam o quadrado do leito.

Quanto, porém, ao não aparecimento das nodoas no pescoço, soccorro-me a doutrina do mesmo escritor, que, combatendo o erro de se reputar somente como enforcados aquelles que apresentam eschymoses ou nodoas, assim se exprime:

“He igualmente erro o julgar-se que todos os enforcados teem a face inchada e lívida, os olhos sahidosfóra das orbitas, a ponta da língua fora da bocca, apertada entre os dentes, empretecida e tumefacta todas as feições contrahidas e o pescoço marcado por uma profunda cinta, com derramamento de sangue no tecido cellularsóbcutaneo. Tal poderia ser, na verdade, o quadro de criminosos que percessem pelo supplicio da corda, e tal póde ser ainda o aspecto de indivíduos enforcados, ou estrangulados por mãos homicidas, e que sentirão todos os horrores da morte sem poderem subtrahir-se a ella; geralmente, porém, os indivíduos que se enforcam teem pelo contrario a face pallida e a fisionomia estúpida do homem que, sem grandes dôres, perde pouco a pouco o conhecimento debaixo da influencia de uma parte cerebral.

“Nem tão pouco he exacto que se encontre constantemente no pescoço dos enforcados as eschymozes, as infiltrações de sangue no tecido cellularsob-cutaneo que outr’ora se considerava, como signal essencial desse genero de morte. Na Allemanha Klein observou quinze casos de enforcamento sem achar uma só eschymoze. D’entre seis observações coligidas por Tleschmann quatro, lhe deram o mesmo resultado. He verdade que Bemer cita 89 eschymozes em 98 casos de enforcamento; mas esses fatos não tendo sido observado por elle mesmo são duvidosos. Na França Marco parece ter seguido a opinião de Bemer sobre a importância dos eschymozes como prova do enforcamento; no numero de cem enforcados ha, diz elle, quando muito dez que não apresentem eschymozes (Annaes de Med, legal, v. 137.) Mas por outro lado Esqueral, Devergie, Orfita. Ollivier, d’Angers e todos os homens profissionaes cujos nomes tem autoridade, admitem como um facto, que no maior numero de casos de enforcamento, não há eschymozes quando ao facto do enforcamento se junta alguma violência, quando por exemplo o enforcamento he obra de homicidas que exerceram uma tracção violenta no corpo de sua victima, ou então (com mais raridade) quando o individuo pendurando-se em uma grande altura acima da terra se deixou cahir repentinamente.”

Já vedes, senhores jurados, que póde não haver essas nodoas, póde não haver esse vinco e todavia ter havido o suicídio por enforcamento, e que nos casos de suicídio he quando menos apparecem os signaes ou nodoas, as eschymozes, os vincos ect, porque o homem que he enforcado violentamente lutando com todas as suas forças contra os que lhe querem tirar a existencia por semelhante meio, he que ainda depois de

morto, apresenta na sua fisionomia os traços indicadores dessa luta, que os homens d'arte verificam.

Mas quando ou por desespero ou por coragem o home põe termo a sua existencia, a phisionomia não apresenta semelhantes traços, o laço vai apertando paulatinamente o pescoço até a perda dos sentidos e da existência. Senhores jurados, afirmando, pois, o meu cliente que não assassinára sua mulher, não havendo testemunhas que o contradigam, não havendo ao corpo de delicto esclarecimentos sobre o genero da morte d'essa infeliz; não se podendo saber na falta de esclarecimentos, se foram as contusões o que motivou a morte, ou se ouve o suicídio, impossivelhe que vós decreteis uma sentença condemnatória contra o meu cliente, semelhante sentença, apoiada em conjecturas, seria iniqua. E pois não podendo descobrir-se o autor do facto, vós não podeis condemnar um homem que póde estar innocente.

Senhores jurados, eu ainda vos quero lêr uma pagina, bem sei que abuso um pouco da vossa passiencia, mas quando se trata de esclarecer factos desta ordem; quando a negligencia póde acarretar consequencias tão funestas toda a paciência he pouca. Apreciai a seguinte descrição e por ella vede quantas averigoações foram apresentadas, aliás indispensaveis para o conhecimento da verdade.

A estrangulação ou enforcamento podem com efeito apresentar duas ordens de phenomenos mui diversos: a morte tem seu lugar ou por congestão cerebral ou por asphyxia (por sufocação) e no maior numero das vezes pelos dous modos ao mesmo tempo. Entre 102 observações coligidas por Remer nove vezes houve evidentemente apoplexia, seis vezes sufocação, (em 19 casos a morte ficou indeterminada.)

“Essas diferenças resultam em geral do modo porque tem sido posto o laço em roda do pescoço, isto he, dos orgãos comprimidos por este, e da extensão, força duração maior ou menor da compressão. Se o pescoço não tem sido comprimido circularmente, o que succede quando o corpo he por assim dizer simplesmente suspendido pelo queixo em uma volta de corda sem nó corredio, ou quando alguma causa empedira o nó corredio de escorregar e apertar-se, o laço apoiado de cada lado no angulo do queixo e no apophyse mastoídia deixa livre a parte posterior do pescoço, e não interrompe completamente a circulação das veias. Neste caso se o laço está aplicado acima do osso hyoide o individuo parece quasi instantaneamente por asfixia, por que todas as partes moles comprimidas para traz fecham a abertura superior da larynge. O mesmo verossimelmente succede quando o laço está aplicado entre o anoloyde e a cartilagem tyreoides. Mas se o laço está colocado sobre esta ultima cartilagem, o ar póde ainda penetrar no peito, a morte he menos prompta, e provém ao mesmo tempo, já do obstáculo que a compressão incompleta da larynge oppõe ao livre acesso do ar, e já do obstáculo que a compressão incompleta dos vasos oppõe a volta do sangue para o coração: ha por consequencia neste caso asphyxia e congestão cerebral. Quando o pescoço tem sido comprimido circularmente ou a compressão tem sido pouco forte (por exemplo, se o nó corredio não se tem apertado de todo; então o ar chega ainda ao peito, mas para logo o sangue se acumula nas veias cerebrais e produz todos os accidentes da

congestão ou então o laço circular comprimio o pescoço forte e subitamente e neste caso o indivíduo perece asphixiado.”

Vós vêdes pois, srs. jurados, que ainda quando o nobreorgão da justiça publicica se queira socorrer ácircumstancia da falta da cinta ou vinco no pescoço, e da não existência de nodoas ou ecchymose; ainda quando a justiça se queira socorrer a circumstancia da pequena elevação do leito, todas as suas conjecturas e argumentos caem por terra á vista da opinião do homem da sciencia, que acabo de ler vos a vista dos vexames que se deixarão de fazer.

Senhores, se não fosse o receio de abusar da paciência com que me ouvis, eu vos leria alguns exemplos extraordinários, apresentados por este mesmo autor de clamorosas injustiças cometidas pelo jury, devidos a ignorância e a negligencia dos peritos. Homens inocentes teem sido injustamente condemnados em casos semelhantes, por erros ou omissões havidas nos corpos de delicto: e eu vos apresento um factosomente, que muita relação tem com o caso presente, accontecido naFrança em 1806, e que nesta obra se acha consignada.

“Os Srs. D. e J., officiaes de saúde, são chamados para fazerem o exame jurídico no cadaver de N. , molleiro no município de P, o qual tinha sido encontrado em pé, com a face apoiada no mui facildeclivio da calçada do seu tanque, com os braços estendidos, o chapéo na cabeça, e somente coberto com duas polegadas d’agoa, achando-se os pés atolados na lama na profundidade de 6 polegadas. Os peritos omitem a abertura do cancro, e referem todavia que acharam o cérebro engorgitado. O cadaver não oferecendo vestígio algum de violência externa, era natural concluir que a sobmerção tinha sido por acidente, mas o clamor publico que só busca culpados, dirige suspeitas contra o Sr. H, visinho e amigo do defunto. Um segundo exame foi ordenado, e verificou-se que abertura do cancro não tinha sido feita. Em virtude do que o Sr. H. foi reconhecido inocente: porém uma longa detenção, debates sempre penosos, um dispendioso processo foram o resultado do esquecimento do principio o mais simples de medicina judiciaria.”

Eis-aqui pois, Srs. jurados, o que sucede quando os corpos de dilictos não são feitos com a regularidade indispensável para o descobrimento da verdade, ou uma condenação iniqua, ou pelo menos o sofrimento de um homem inocente por uma longa detenção, até que elle possa provar a sua innocencia. E se o segundo exame a que se procedeu no cadaver fosse mais possível? Se elle já estivesse sepultado ou destruído, não seria condenado um homem inocente só por negligencia dos peritos?

Senhores, ainda que fosse exacta a existencia dessa surra, eu vos tenho provado com o próprio corpo de delicto, que vós não podeis considera-la como causa da morte; mas caso vos persuadais da existencia de semelhante factos, me parece que semelhante procedimento não era criminoso atenta a sua causa; lembrai-vos que o meu cliente era um marido trahido, um homem ferido no que mais prezava - a sua honra e de sua família – pelo adultério da própria mulher; e se reputais como crime o castigo que meu cliente infligio a sua mulher, então também deveis julgar criminosos os pais que castigam os filhos, os amos e seus servos, etc.

Senhores, ainda quando tivesse havido algum excesso da parte do meu cliente; quanto essa surra fosse um pouco mais rigorosa do que devera ser; quando emfim vós possais tachar de imprudente ou de criminoso o procedimento de um homem, que ferido em sua honra, não calculara no dominio de sua paixão, o mal que fazia, attendei para a enormidade do delicto dessa mulher com quem fôra casado o meo cliente! Era uma mulher adúltera, que abusando do seu leito acarretava a deshonra e o opróbrio, para si para sua família! Era uma mulher que pelo adultério fazia confundir o sangue de seu marido, com o do infame com quem se prostituia! Era uma mulher que fazia com que seu marido repartisse o fructo de suas afadigas, com filhos que talvez não fossem seus! Reflecti bem senhores, nas consequencias fataes de tão hediondo crime, vede que horrores não produz o adultério. De um lado a deshonra do marido, e pelo outro a injustiça, e a perfídia feita conta um pai, obrigando-o a considerar como seus filhos que por natureza não são.

He por causa do adultério que tantas famílias existem prostituidas, he por isso que nós vemos irmãos de genios tão oppostos, e inimigos implacaveis uns dos outros, e todos dos pais que lhes deram uma existencia vergonhosa, que antes teem como um opróbrio, do que como um beneficio.

Finalmente Srs. jurados, se vós julgardes que o meu cliente tão sobremaneira ultrajado, não podia castigar sua mulher, não podeis concluir que com esse castigo tivesse elle a intenção de mata-la; vós não podeis suppôr tanta perversidade em um homem que nunca se manchou com crime algum, em um homem na flor da idade, e que ainda não foi trasido para os tribunaes. O homem senhores, não se faz perverso repentinamente, e vós sabeis que em tudo a natureza parece que caminha gradualmente, e assim como o homem para ser virtuoso precisa de longos esforços, e constante pratica dos deveres, assim também para elle chegar ao mais alto grão do crime, he mister combater pouco a pouco os homens da natureza. E pois Srs. jurados, eu espero que em attenção as rasões apresentadas pela defesa absolvais meu cliente, e obrando assim vós ireis de accordo coma justiça.

A requerimento do Sr. advogado são interrogadas três testemunhas da defesa, das quaes a primeira, tia da falecida, diz haver-lhe tirado a corda que ella tinha no pescoço, e as outras juram não lhes constar que fosse o réo autor do assassinato, bem como que supunham haver-se a mulher do réo suicidado.

Ainda replica o Sr. Dr. Promotor, e treplica o advogado de defesa.

O Sr. Presidente faz o relatório da causa e entrega ao concelho os seguintes

Quesitos

1º O réo Firmino Pereira da Costa praticou o facto, de que he acusado de ter feito ofensas phisicas em sua mulher Francisca Maria dos Prazeres?

2º Essas offensas eram graves?

3º Das offensas que o réo fez em sua mulher resultou-lhe a morte?

4º O réo praticou o facto de que he accusado com abuso de confiança, nelle posto?

5º Houve no réo superioridade em sexo de maneira que a ofendida não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa?

6º Houve no réo superioridade em força, de maneira que a ofendida não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa.

7º Houve no réo superioridade em armas etc.?

8º Existem circumsntâncias atenuantes a favor do réo?

O jury, tendo-se recolhido á sala das conferencias, voltou pouco depois, respondendo: quanto ao primeiro quesito sim por 10 votos. Quanto ao segundo, sim por 8 votos. Quanto ao quarto, sim por 10 votos. Quanto ao quinto, sim, por 10 votos. Quanto ao sexto, sim, por 8 votos. Quanto ao sétimo, sim, por 10 votos.

O Sr. juiz conformando-se com a decisão do jury, profere a seguinte Sentença.

A vista da decisão do jury sobre o facto e suas circumstancias, condemno o réo Firmino Pereira da Costa, pardo viúvo, natural desta província, a 9 annos e 4 mezes de prisão simples e multa correspondente á metade do tempo a pena esta que de conformidade com art. 49 do codigo penal, correspondente ao graomaximo do art. 205 do mesmo codigo, em que julgo o réo incurso pelas offensas que fizera em sua mulher Francisca Maria dos Prazeres; sendo pagas as custas pelo mesmo réo.

O escrivão cumpra no mais o regimento.

(levanta-se a sessão ás 5 horas da tarde)

Notícia utilizada no jogo como CRIME 2- Coluna Pernambuco

Diario de Pernambuco, 03 de janeiro de 1854, ano XXX, nº 002, p. 1

No districto de San José, pertencente ao novo termo da Ingazeira, Casemiro de Tal assassinou a Manoel Nogueira, por causa da mulher do mesmo. Contaram-me o caso assim:

“Casemiro andava há annos em concubinato com a mulher de Nogueira, com a qual morava. O incansável Frei Caetano de Messina, que tão relevantes serviços ha prestado a igreja e ao estado em sua missão pelo interior desta provincia, chegando ávilla de Ingazeira, e ali missionando, apartou-se dessa união illicita e condemnavel, restituindo a adúltera a seu legitimo marido. Tres dias depois de estarem juntos, a hydra convidando o marido a um passeio o entregou ao assassino, que o aguardava, e lhe roubou a existência, não sem algum trabalho, porque tambem sahio ferido com duas facadas. A adúltera e assassina evadio-se em trajos de homem, e o seu co-réo, tendo sido preso pelo subdelegado daquelledistricto, no tratamento das facadas, fugio vestido de mulher. Parece que os perversos haviam ajustado o meio porque deveram illudir a policia, e este por inexperiente engolio a peta.”

Notícia utilizada no jogo como CRIME 3- Coluna Pernambuco

Diario de Pernambuco, 22 de julho de 1854, ano XXX, nº 166, p. 2

COMARCA DE NAZARETH

20 de julho

He hoje por aqui a ordem do dia o assassinato do infeliz Manoel Ferreira da Silva, de que já fez menção na minha precedente, pelas circumstancias que o revestiram.

Havia-lhe eu dito que o infeliz Ferreira não tinha indisposições, senão com um septuagenário, por causa de um casamento que se não effectuou entre pessoas da familia deste, e d'elle; igualmente havia-lhe dito, que recahiam algumas suspeitas do crime na familia do proprio assassinado.

Pois bem: este negocio hoje não he mais um mistério, graças a habilidade com que se houveram nas investigações a que procederam, para o descobrimento da verdade, os senhores delegado de policia e o capitão Camisão, com quem todos se congratulam, e especialmente este seu criado, pelo zelo e atividade que desenvolvem estes dous funcionários, em ordem a não ficarem impunes delictos semelhantes: e o que mais he, todos os comprometidos nesse horroroso atentado, um dos mais graves de que me recorde, acham-se na cadeia: aos jurados cumpre fazer o resto!

Digo que esse attentado he um dos mais graves de que me recorde; porque os seus autores nada menos são do que a mulher, um filho e (miserabile dictu) e um protegido da infeliz victima, por declaração dos mesmos em presença do Sr. delegado de policia de mais de 20 pessoas!! Todas as vezes que esses miseráveis vão a perguntas, ha uma ansiedade crescente em ouvir suas declarações, de maneira que a casa do Sr. delegado apinha-se de gente, e todos sahem admiradíssimos por verem o cynismo daqueles réos confessos.

Desejará sem duvida, a relação dos motivos que levaram aquelles miseráveis a praticar tão enorme delicto: eu lh'a farei, per summa capita. Haverá 3 annos, que o infeliz Manoel Ferreira, condoído da miseria de Manoel Cavalcanti, por alcunha selleiro, o acolheu em sua casa: de certo tempo para cá começaram a notar algum escândalo entre Cavalcanti e a mulher do infeliz, que não sei se avisado por alguém, ou por sua mesma consciencia, principiou a mostrar-se pesaroso e reservado para com os dous complices, que por suas declarações e mais historias que contam, parece que premeditavam descartar-se do Ferreira para livrarem-se do seu justo resetimento.

Na noite, porém, do delicto, isto he, em 9 do corrente, a mulher conhecendo que seu marido estava de maos humores, teve de sahir para uma casa de farinha, onde estava Cavalcanti e um seu filho. Ferreira que a vê sahir vai seguindo-a, e chamando-a para vir agasalhar-se; mas ella em vez de voltar, diz a Cavalcanti que seu marido a quer matar, e que cuide nelle; então Cavalcanti dispara-lhe um tiro; o infeliz que sente-se mortalmente ferido, deita a correr sem dizer palavra, ella segue-o gritando ao filho que também lhe atire; e este (horresco referens!) dispara-lhe o segundo tiro, embora digam que ao montão; adiante cahe o infeliz, e eis que chega Cavalcanti, e a mulher, se tal nome merece, e acabam e acabam de o matar com mais um tiro e tres facadas, sendo duas dadas por ella segundo dizem!

Depois de tudo concluido voltaram para casa, e pozeram-se em conselho sobre a maneira porque deveriam encobrir tão bárbaro procedimento, e então inventaram aquella fabula de tiro disparado no terreiro, como já lhe disse, depois chamaram os escravos, e fizeram-lhes as maiores ameaças, caso descobrissem alguma cousa; mas a verdade tem muita força, e não póde estar encoberta por muito tempo: o Sr. delegado manda vir os escravos, interroga-os, acarea-os, e eis que tudo se descobre; então, vendo

os réos que não lhes era mais possível obstinar-se em uma negativa caprichosa, fazem a seu turno suas declarações, que são as que ficam relatadas. A mulher trigueira, cabelos grisalhos, olhos pequenos, escovados e scintillantes, e quando foi ao interrogatorio, trajava vestido de chita preta, traçada com um cobertor de chita, e com uma grandes contas de rezar ao pescoço! Cavalcanti he de 20 para 21 annos de idade, filho de um José Luiz de França que está em Fernando, onde dizem que tambemestivera

Cabe-me agora dizer, que grande cousa he a impunidade! Essa mulher he irmã de Antonio Tavares de Andrade, que em A... tem praticado actostaes, que bem podiam render lhe alguns annos de Fernando, se não fosse ... não sei o que; e sem duvida, não deixaria de entrar em seus calculos a facilidade com que seu nobre irmão se tem sempre escapado.

Notícia utilizada no jogo como CRIME 4- Coluna Repartição de polícia

Diário de Pernambuco,Diario de Pernambuco, 18 de março de 1870,ano , nº. , p. 1.

ASSASSINATOS – Foi assassinado, aos primeiros dias do mezcorrente , no lugar Capoeirão do termo de Caruarú, com um tiro, Manoel José da Silva, por sua mulher Benta Maria de Jesus, de 16 annos de idade, tendo por cumplice o cabra José Rufino Pereira, com que a mesma queria amasiar. Apenas perpetraram o crime, os seus autores enterraram o cadaver com braços distante da casa do assassinado, sendo descoberto o crime por casualidade. Os criminosos foram presos.

Notícia utilizada no jogo como CRIME 5- Coluna Repartição de polícia

Diario de Pernambuco,07 de agosto de 1852, ano XXVIII, nº. 175, p. 2.

Hontem amanheceu morta no muro do Carmo uma preta, que se achava gravida, com duas facadas, uma no peito e outra pouco abaixo. Ainda não são conhecidos os assassinos, mas a policiahontem mesmo trancafiou uns indivíduos sobre quem recahem algumas suspeitas com maior ou menos fundamento. Só a coragem thuggall poderia apresentar semelhante obra de iniquidade, quase nas barbas da policia e em ocasião em que ella traz os olhos tão arregalados. Lamentando tão desgraçada occorrença, além do mais, pelo prejuízo que ella trouxe a umas pobres e honestas senhoras, donas da escrava, não posso deixar de dar os parabéns á policia pela prontidão de suas providencias e bons resultados que delles vai colhendo.

Notícia utilizada no jogo como CRIME 6- Coluna Um pouco de tudo

Diario de Pernambuco,20 de julho de 1864, ano XL, nº 164. , p. 8.

E' do Revm. Sr. Francisco Bernardino de Souza a seguinte historia, publicada no jornal das Familias sob o titulo – Suzana, a casta.

I

E ainda o tempo do captiveiro de Babylonia, ainda ás margens do Euphrates gemiam saudades os filhos de Sião.

Em casa de Joaquim reunia-se o conselho dos anciãos, e ahi deliberavam sobre os negócios dos filhos de Israel.

Ao menos, em meio da escravidão que contra elles pesava, em meio do ruído das algemas que lhes pendiam dos pulsos, tinham esse lenitivo as penas.

Podiam erguer a voz queixosa, e achar vozes compassivas e consoladoras que respondessem ás suas.

E nada consola mais, na amargura da dôr, na desolação do coração, no confranger do peito, do que vêr que procura derramar o balsamo na ferida que sangra aquelle que tambem ulcerado tem o coração.

Sabem-no todos, ninguém consola com mais eficácia do que aquele, que tambem carece de consolação e de refrigerio.

São doces, na desgraça, as palavras soluçadas pela dôr; é bem suave a lagrima que se mistura á lagrima.

Mas entre aquelles anciãos que formavam o conselho dos Israelitas na terra do captiveiro, nem em todos o sofrimento havia purificado o coração.

E' que tambem a desgraça embota ás vezes a alma; é que tambem ás vezes se endurece o coração ao açucar violento dos sofrimentos e das dores.

E mais perverso é assim o coração, e mais crimosas as idéas que o espirito concebe, e mais satanicas as paixões e os planos que o genio das trevas lhe inspira.

Formosa e casta como a açucena dos prados orvalhada pelo rocio do céu era Suzana, a mulher de Joaquim.

Queriam manchar a candidez de sua fronte ao contacto impuro de seus lábios infames. Ardiam os míseros nas chamas da concupiscência, e sem se inquietarem com o mundo, e sem se importarem com Deus, pretendiam emmurheceraquella flor tão linda, como cresta a ventania do norte os lírios que esmaltam a verdura das campinas.

E notavam ambos que, ao retirar-se o conselho costumava Suzana ir passear pelas alamedas sombrias e solitarias.

Olhos de profanos não a viam: que dessas arvores sombreavam o parque, e grossas muralhas o rodeavam.

E só, e a scismar tristezas – que outra cousa não se lembravam se scismar os captivos filhos de Sião, ao descahir da tarde, procurava Suzana os mais recônditos lugares do parque.

Ali, em face do céu, ao ruído das águas do Eufrates, ao sussurro das arvores, erguia a pobre desterrada o coração ao Deus de Abrahão, e em oração fervorosa, em que muitas vezes lhe vinham as lagrimas arrasar os olhos, pedia a Jehovah o termo do captiveiro do seu povo.

Era uma tarde..... linda como as tardes do Oriente depois de um dia abrasado pela calma.

Por entre as collinas havia desaparecido o sol e nuvens recamadas de ouro circumdavam como uma vasta faxa, como uma larga franja, o azul do firmamento.

A brisa oriental brincava nas folhas dos arvoredos, e lá ao longe, viam-se os bandos dos Israelitas que voltavam fatigados dos trabalhar do dia.

E como sempre, com a tristeza a palidejar-lhe o semblante, sahiu Suzana buscando á meditação o abrigo do recolhimento e o silencio.

.....
.....

Havia terminado o conselho, e graves e silenciosos tinham-se retirado os anciãos.

Como ellestambem foram os dous que cubiçavam Suzana. Um não suspeitava o designio do outro; mas a ambos insufflava o inferno.

Tiveram a mesma idéa: voltaram por caminhos diversos, e encontraram-se ambos no jardim de Joaquim.

Quizeram furtar-se aos olhos um do outro; quizeram ambos recuar; mas não: soprou-lhes o inferno diabolica inspiração, e, rindo-se ambos, deram-se mutuamente as mãos.

E segredaram por alguns momentos, e depois dirigiram-se juntos para o lugar em que se achava Suzana

Linda como um sorriso suave desprendido do céu, meio reclinada sobre a herva macia do prado, lia Suzana, aos últimos reflexos do crepúsculo da tarde, as paginas santamente inspiradas do livro de Moysés.

De repente ergue os olhos, estremecendo, como se alguma cousa lhe houvera interrompido o silencio da meditação, e encara os velhos, que mudos a contemplavam.

Com um sorriso nos lábios, se dirige a elles; que bem longe estava de pensar no pensamento damnado que lhes revolvía a mente.

Eram anciãos de Israel, eram doutores da lei eram amigos de seu esposo: que mal d'elles pensaria Suzana?

Para ellatambem se dirigiram os velhos, e surraram-lhe aos ouvidos não sei que palavras, não sei que vozes do inferno.

Deviam de ser bem satanicas! ... Ouvindo-as, fez a pobre mulher um gesto de horror, estendeu os braços, procurou correr; mas, faltando-lhe as forças, curvou o corpo, dobrou os joelhos, e cahiu hirta e fria como um cadaver aos pés dos miseráveis.

-Vós! Vós! Os anciãos de Israel! Gemeu a mesquinha ... vós, os amigos e os companheiros de meu esposo! ... Mas não, não podeis ser tão infames, expondes-me à prova, não é assim? ... Ah !dizei-o! dizei-o por piedade!...

- Pois bem; então a infâmia, murmuraram os dous, então a maldição do esposo, do desprezo da família, a vingança da lei, a morte da adúltera...

- Sim, a morte, a morte antes, mas não o olvido dos deveres, mas não o pungir doloroso da consciencia, o grito dilacerante do remorso... Esse, tê-lo-heis vós, vós... os anciãos de Israel... vós?

- Maldição pois e infamia contra ti! bradam os velhos.

E alçando a voz rouquenha, prorompem em gritos, a que pressurosos acodem os famulos.

Com os joelhos em terra ainda se achava Suzana.

Parecia abysmada ao peso da vergonha.

Era a innocencia que vergava a fronte ante a accusação cynica do crime.

Deus, porém lá do céu olhava para essas misérias cá da terra.

E ambos disseram:

- E' adultera esta mulher: nós a apanhamos em flagrante... Levae'-a para que a lei lhe vingue o crime.

Não queriam acreditar os fâmulos...Suzana adultera!... ella!...

Era impossível!

Entretanto acusavam-asdous anciãos de Israel.

- Nós a vimos, nós a apanhamos em flagrante ... é adultera! ...

II

Na vasta sala em que se reunio conselho acham-se já os anciãos de Israel.

Em meio deles, como juízes tambem, os dous contra Suzana haviam erguido a voz accusadora.

Parecia olhando-os, que bem pura tinham a consciencia, que lhes não pungia a alma o dente agudo do remorso. Entretanto, quem com attenção os olhasse perceberia, através da limpidez dos olhos, da tranquilidade do semblante que de vez em quando tremor nervoso lhes agitava os membros, e por sobre os olhos ligeira nuvem a perpassar sinistra.

Compacta enchia a multidão o tribunal, e lamentavam todos tão imprevisto acontecimento.

Chegou Suzana. Denso véu negro lhe ocultava a palidez das faces; e, como cadaver movido por oculta móla, cahio, que não pôde assentar-se no pequeno escabelo que lhe fôra indicado.

E um sussurro de dó e um murmúrio de compaixão prorrompeu uníssonos de todos aquelleslabios, de todos aquelles peitos, que não a acreditavam criminosa.

E' que a innocencia tem vozes, tem gestos tem gritos, tem soluços que se não podem confundir com as vozes e os gestos e os gritos e os soluços do crime.

E' que a voz unanime de um povo, quando se ergue para proclamar a innocencia ou apontar o crime, é a voz do céu pelos labios do povo.

E fallaram os velhos.

- Vimos e damos fé, vimos a mulher de Joaquim em flagrante delicto de adulterio ... Por nossos lábios se manifesta a verdade, e em nome de Deus, e em nome da lei de nossos paes, nós a condemnamos a morte.

E um a um disseram os juízes:

- Em nome de Deus, em nome da lei de nossos paes, condemnamos a adultera á morte.

E a multidão murmurou tambem:

- Em nome de Deus, em nome da lei de nossos paes, seja a adultera condemnada a morte.

D'entre a multidão porém echoou estridente e sonora uma voz.

Era Daniel quem fallava.

Daniel, o mais sabio entre todos os israelitas; Daniel, que ainda no verdor desannos, conhecia já os segredos mysteriosos do livro do futuro.

Sou innocente, grito, de sangue desta mulher, juízes de Israel!

Subitapallidezinvadio o semblante dos dous velhos.

Ah! Naquela voz que tão intempestiva se erguia, que tão estridente echoava, como voz de phantasma em meio da noite, ouviam o bramir ameaçador da tempestade que se aproximava, e o ruído do trovão que trazia o raio.

- O que dizes ? perguntam os anciãos.

Destacando-se da multidão, e apresentando-se em frente do tribunal, assim continua Daniel:

- Como sem provas ides condemnar esta mulher? Como ides manda-la ao supplicio sem plena convicção de seu crime? Como assim barateaes a vida das filhas de Israel! Repito-vos, juizes, sou inocente do sangue desta mulher!

E a multidão aplaudiu as palavras de Daniel.

- Não se dirá, fallaram os juizes, que condemnamosá morte a quem talvez não seja criminosa. Não se nos lançará á face o sangue da innocencia. Outorgou-te o senhor a sabedoria: vem, pois, sentar-te entre nós, e julga-a como se fôras juiz de Israel.

E a multidão applaudiu as palavras dos anciãos.

Em meio delles sentou-se Daniel.

- Quem accusa esta mulher?

- Nós, disseram os velhos.

- Bem... Não pódeis ser juizes do seu crime: sois os seus denunciantes.

E a um signal de Daniel ergueram-se os velhos, deixando as cadeiras de juizes.

Fê-los separar o moço israelita, e chamando a cada um por sua vez, perguntou-lhes:

- Se apanhastes Suzana em adulterio no jardim de seu esposo, dissei-nos sob que arvore.

- Sob um lentisco, disse um dos velhos.

E feita igual pergunta ao outro:

- Sob um carvalho, respondeu.

Então ergeu-se Daniel.

- Ouvistes, juizes; condemnam-se os miseraveis por suas proprias palavras ... Ergue-te, victimainnocente de calumnia; ergue a fronte para a casta. Que tens a temer dos esplendores do sol? ...Nãe es pura e immaculada como a rosa aos primeiros reflexos da luz matutina?

E a fronte abatida, os cabellos hirtos, e o suor a cahir em bagas pelas faces lividas, tremiam os velhos.

E a multidão vociferava:

- Sejam punidos com a pena que queriam infligir áinnocente! ... Sejam apedrejados os infames, os caluminiadores, os embusteiros! ...

- Sejam apedrejades, disseram os juizes.

**Notícia utilizada no jogo como CRIME 7- Coluna Pernambuco (São Lourenço)
Diario de Pernambuco,10 de janeiro de 1874,ano , nº. , p.3 .**

Notícia utilizada no jogo como CRIME 8- Coluna Revista Diaria

Diario de Pernambuco, 04 de janeiro de 1866, ano XLII, nº. 3, p. 2.

De Garanhuns temos noticia em data de 15 do proximo passado, dizendo-se o seguinte:

“Um facto horrorosíssimo deu-se no dia 13 do corrente em Cachoeira do Riacho Secco, deste districto.

“Manoel João de Freitas achava-se doente, há tempos, e naquelle dia acordando pelas duas horas da madrugada, vio que sua mulher tinha-se ausentado da cama, deixando-o só.

“Como já tivesse desconfiança della, levantou-se, visto que o seu incommodo não o impedia de andar, e foi em sua procura.

“Logo ao sahir de casa, cuja porta da rua estava aberta, encontrou a adúltera conversando com um irmão d'elle, de nome Francisco José de Freitas.

“Exprobando-lhe o infeliz marido seu criminoso procedimento, esse irmão desnaturado sahio lhe ao encontro ameaçando-o, e em acto successivo correu á sua casa, que estava a pouca distancia, lançou mão de um clavinote, e, voltando ao lugar onde deixara sua complice e o infeliz marido desta, desfechou sobre elle a arma que empunhava, e, qual outro caim, commeteu de arte um fratricidio!

“O delegado, tendo aviso de semelhante facto, que lhe foi dado pelo subdelegado, fez seguir para o lugar do conflito uma força, e consta que já se acha presa a adúltera incestuosa, tendo podido o fratricida escapar-se de um cerco que lhe pozeram.

“A força publica continua em diligencias afim de prender tão grande scelerado, que na verdade merece todo o rigor da lei pela enormidade do seu crime.”

Notícia utilizada no jogo como CRIME 9- Coluna Revista Diaria

Diario de Pernambuco, 08 de março de 1884, ano LX, nº 57. , p.3.

Infanticidio. – Tambem mandaram dizer de Bom Jardim á referida folha:

“ A população da nova freguezia de Serubim acaba de ser sorprendida por um crime horroroso, fria e calculadamente posto em pratica pelos seus hodiundos autores!

“ Foi o caso que uma moça, de nome Maria da Conceição, filha de João Francisco de Lima, até então reputada honesta, achando-se grávida, deu á luz a uma criança, na noite do dia 25 do mez de fevereiro ultimo.

“João Francisco e sua mulher Antonia de tal, considerando-se ofendidos em sua honra por esse infeliz desvio de sua filha, procuraram, desde que ella se apresentou nesse estado, fazel-a abortar.

“Para isso conseguiram, obrigaram-n'a a tomar remédios gastricos, como fosse cabacinho e outros ingredientes não menos perigosos.

“Nada, porém obtendo os desnaturados pais com esses meios indirectos, foram até lançar mão do assassinato!

“Horror!

“E assim foi que, quatro dias depois antes de dar a moça á luz, fizeram abrir por traz de sua casa uma pequena cóva.

“Causando isto especie ao cidadão Carlos José da Silva, que já andava na pista dese trama infernal, teve a idéa de ir alguns dias depois, no dia 27 , examinar aquelle

sinistro lugar. Mas qual não foi o seu espanto quando verificou achar-se a cóva hermeticamente fechada! !

“Crescendo de ponto a sua curiosidade, revolve a terra e depara com um quadro horripilante: uma criança com o cancro esmigalhado!!!

“A noticia desse crime monstruoso correu rapidamente como um relâmpago. Então, o povo em massa, pondo a casa dos assassinos debaixo de rigoroso cerco, expede aviso ao subdelegado AntonioChristovão, que não se fez esperarnotheatro do delictuoso acontecimento.

“A moça, sendo interrogada, tudo confessou a essa autoridade, narrando com a maxima fidelidade os criminosos projectos de seus pais até consummação desse crime horrendo.

“Presos assim os criminosos, o subdelegado fel-os apresentar ao delegado de policia Carlos Leitão. Esta autoridade, porém, usando do seu poder discricionário, põe os criminosos em liberdade!!!”

Notícia utilizada no jogo como CRIME 10- Coluna Revista Diaria

Diario de Pernambuco,21 de julho de 1874, ano L, nº 163. , p.2.

Villa do Granito – Desta villa nos comunicaram o seguinte:

“Foi condemnadohontem pelo tribunal do jury d’aqui, a galés perpetua, o réo José Vicente Pereira da Silva, que havia assassinado em 10 de abril ultimo, no sitio Taboca, deste termo, á uma pobre mulher, em cujo assassinato revellara o réoinstinctos de fera.

“ Ao concluir os debates fez o distincto juiz de direito, presidente do tribunal, o competente resumo da accusação e defesa, principiando por um ligeiro historico do facto criminoso, no qual resumio, ex-vi das provas dos autos e dos debates, o facto do modo seguinte que colhemos de seus apontamentos:

“ Srs. jurados, - No dia 10 de abril deste anno, pelas 10 horas da noite, deu-se no sitio das Tabocas, deste termo, uma scena horrível, um drama sanguinolento, afinal, um crime horroroso, que ao referir faz tremer as carnes e irriçar os cabelos, ainda do homem de coração mais empedernido!

“Existia naquellesitio uma mulher publica mas, segundo afirmam todos que a conheceram, assás recatada e até estimada de todos os visinhos. Essa mulher, senhores, chamava-se Josepha Cardoso.

“Eram 10 horas da noite, quando essa mulher achando-se a sé; e já com as portas fechadas, ouviu bater em sua porta e uma voz pedir-lhe para abril-a.

“No remanso da paz, sem desconfiança de pessoa alguma, ellaabrio a porta e um homem teve ingresso em sua pobre choupana. Esse homem, senhores, offereceu dinheiro à Josepha e intentou ter com ella relações illicitas; Josepha recusou-se a prestar-se a um homem de côr preta, e com quem o seu contacto mais aggravava a sorte da mulher publica e dissoluta: esse homem, decahido de seus tentamens, investio a essa pobre mulher e fe-laimmediatamentesuccumbir com 4 cacetadas sobre o craneo e 53 punhaladas em seu tênue corpo. Horrivelscena! espetáculo compungente!

“Mas, não é tudo, senhores, esse homem continuou ainda a obra da iniquidade, o supra-sumo do horrível. Vós ides ver.

“O corpo da victima, o seu cadaver inanimado, foi ainda maculado com o venenipeçonhento da serpente, que tirou-lhe a existência. Esse homem, senhores, consummou obra nefanda de um acto libidinoso, conseguiu com a morte o que não pôde consummar com a vida!E’ horrível, senhores mas não é tudo.

“Esse homem, depois de consummar o crime, cujo quadro horroroso tenho exposto, fez parte de um grupo de homens, que buscavam ao criminoso, e voltou com elles ao theatro do crime e ahi contemplou, com riso nos lábios e o maior sangue frio, a victima do seu genio infernal.

Eis quando, senhores uma luz, que é sempre o pharol da verdade do Justo, annunciou ao criminoso, tinto com o sangue da infeliz.

“ Esse homem, senhores, é o réo presente!! Elle próprio o confessou; apontal-o é bastante para tremer as carnes e produzir emoção a todo o homem de coração bem formado. Estes factos, senhores do jury, este horrível drama, nos foi relatado pelo próprio réo pelo auto de exame do cadaver e pelos depoimentos das testemunhas do summario, cuja leitura acabais de ouvir.”

Notícia utilizada no jogo como CRIME 11- Coluna Revista Diaria

Diario de Pernambuco,15 de junho de 1887, ano LXIII, nº.135 , p.2

No dia 21, em Queimadas, o caboclo Dionisio e mais outros companheiros, espancaram gravemente uma pobre mulher, por esta queixar-se de que Dionisio é homem de mãos precedentes, e fôraelle o proprio autor do forto do porco.

O Dr. juiz municipal, vistoriando a ofendida, mandou que a promotoria dèssedenuncia contra os criminosos, visto estar provada a miserabilidade da ofendida.

Notícia utilizada no jogo como CRIME 12- Coluna Revista Diaria

Diario de Pernambuco,30 de dezembro de 1880, ano LVI, nº.300 , p.2.

Bellezas da soldadesca – O Sr. M. A. Lopes, pessoa que conhecemos e temos por criteriosa, veio hontem ao nosso escriptorio e narrou-nos uma historia altamente deponente de creditosda nossa tropa de linha, e especialmente das praças do 2º batalhão de infantaria , do qual mais de um vez nos temos occupado para contar as proezas.

Essa historia é a seguinte.

Voltava o Sr. Lopes, entre 11 ou 12 horas da noite de 28 do cadente mez, da freguezia de Santo Antonio para a S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, quando, ao transpor a ponte Sete de Setembro, foi assaltado em meio desta por duas praças do referido 2º batalhão de infantaria, as quaes revistando lhe os bolsos d’ahi tiraram o pouco dinheiro que levava o Sr, Lopes.

Este, receioso de que peor lhe acontecesse, voltou para traz e, chegando do lado da freguezia de Santo Antonio, sentou-se no parapeito do cães.

Pouco depois, aproximando-se um grupo de tres homens que pareciam acompanhar uma mulher, e tomando todos elles por uma das viellas internas da ponte, o Sr.. Lopes encaminhou-se novamente para a freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, tomando a viella oposta a em que se achavam as referidas praças do 2º batalhão.

Estas, deixando que passassem impunes os tres homens assaltaram a pobre mulher que seguia após elles, e, debaixo de grande pancadaria e vociferações immoraes, arrastaram-n'a até a freguezia do Recife, para perto da alfandega, onde um companheiro dessas praças (sem duvida guarda da alfandega) se lhes juntou, e todos forçaram a misera mulher: depois do que a despediram.

O Sr, Lopes, apenas verificou todas essas infâmias lembrou-se que trazia um apito, e, levando-o aos labios tirou-lhe agudos sons para despertar a sonolenta e piffia policia da freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife: mas em balde apitou: nem appareceram praças da guarda cívica d'alli, nem uma só autoridade policial: e demais as praças do 2º batalhão trataram de debandar, correndo para a freguezia de Santo Antonio as duas que começaram a proesa, e recolhendo-se ao seu posto a que fôrasecundal-as.

Eis, pois, um factio bem significativo da moralidade e critério da policia e da força armada, a que se acham confiadas a paz e a tranquilidade publica, a propriedade e a vida dos cidadãos: E, depois d'isso, venha o diluvio!!

**Notícia utilizada no jogo como CRIME 13- Coluna Revista Diaria
Diario de Pernambuco,01 de fevereiro de 1881, ano LVII, nº.25 , p. 1.**

Surra – Mandam dizer de Bom Conselho que na noite de 12 de janeiro ultimo, no sitio Uruçú, pertencente aquellavilla, um individuo, cognominado Manoel Pesado, em companhia de outro dirigio-se a casa de Rosa Maria da Conceição, e dera-lhe uma grande surra com uma verga de pao.

Interrogada pela autoridade local, a pobre mulher declarou que o tal Manoel Pesado fora a praticar semelhante acto de perversidade por ter ella sempre recusado acquiescer as suas propostas amorosas.

O delinquente evadio-se; mas a promotoria publica, por parte da victima, que e pessoa miserável, promove a formação da culpa contra Manoel Pesado.

**Notícia utilizada no jogo como CRIME 14- Coluna Revista Diaria
Diario de Pernambuco,09 de fevereiro de 1870,ano , nº. , p. 2.**

CADAVER – Segundo notícias vagas no dia do corrente foi encontrado á margem do rio que circula a cidade do Rio Formoso, o cadaver de uma criança recém nascida, que das averiguações medicas, procedidas no acto da vistoria reconheceu-se que ella havia nascido viva, e que era filha de uma mulher de côr parda, que de ama servia em casa do Sr. Augusto Rufino de Almeida. A pobre mulher, se é que foi ella a autora, foi recolhida a prisão, até que se possa descobrir a verdade.

**Notícia utilizada no jogo como CRIME 15- Coluna Repartição de policia
Diario de Pernambuco, 08 de fevereiro de 1873, ano XLIX, nº.32 , p. 2**

“No dia 1º do corrente compareceu perante a repartição de policia Maria de tal, conduzindo pela mão uma menor de nome Maria, filha de um preso da justiça, queixando-se de que Pedro de tal, vulgo Maritaca, official de alfaiate, residente a rua do Porto desta capital, havia estuprado aquella infeliz creança.

“Sem demora procedeu-se a exame medico, e por ellereconheceu-se o defloramento bárbaro , que soffrera a victima de tão descomunal concupiscência.

“A infeliz deflorada representa ter de 8 a 9 anos de idade.

“Felizmente para a justiça pôde-se examinar pôde-se examinar o autor desse horrível crime, apresentando elle os recentes vestígios do delicto.

“É digna de louvor a solicitude com que se houve o Sr. Dr. chefe de policia interino, José Ignacio Fernandes Barros, a quem se deve a imediata prisão do criminoso.

“O facto que registrado, é igual ao que em abril de 1869 fora praticado na pessoa da menor Anna pelo celeberrimo José Osório Roque Rocha, que ainda hoje se acha impune, zombando da moralidade publica.

ANEXOS



ANEXO 1- MANUAL DE INSTRUÇÕES DO JOGO (SUPLEMENTO PARA USO DA PESSOA MEDIADORA)

Você é uma peça importante para o jogo dar certo, por isso siga atentamente aos passos:

PASSO 1. OS DADOS DEVEM SER JOGADOS POR VOCÊ PARA DEFINIÇÃO DO CRIME QUE VAI SER ANALISADO.

PASSO 2. COLOQUE AS DUPLAS PARA JOGAR OS DADOS. A DUPLA COM A MAIOR NUMERAÇÃO É A PRIMEIRA A JOGAR. DEPOIS O JOGO SEGUE NO SENTIDO HORÁRIO.

PASSO 3. PEGUE A CAIXA COM O NÚMERO DO CRIME SORTEADO.

PASSO 4. FIQUE COM AS CARTAS “CONTEXTUALIZAÇÃO”, “VOCÊ SABIA” E “MISTÉRIO DESVENDADO”. DISTRIBUA AS CARTAS “ENIGMAS” E DE “PISTAS” NOS LUGARES REPRESENTADOS NO TABULEIRO, DE FORMA LIVRE.

PASSO 5- VOCÊ LÊ EM VOZ ALTA PARA TODOS OS GRUPOS, A CARTA “CONTEXTUALIZAÇÃO”.

PASSO 6- O JOGO SE INICIA COM A PRIMEIRA DUPLA JOGANDO OS DADOS E SEGUINDO PELA ROTA QUE DESEJAR, CONSIDERANDO AS MARCAS DE PEGADAS COMO OS ÚNICOS LUGARES QUE PODEM ANDAR COM OS PINOS.

PASSO 7- AO INICIAR A SEGUNDA RODADA VOCÊ LÊ A CARTA “VOCÊ SABIA”.

PASSO 8- APÓS A TERCEIRA RODADA, VOCÊ PODE LEMBRAR PARA AS DUPLAS QUE ELAS PODEM APRESENTAR SUAS HIPÓTESES, CADA UMA NA

SUA JOGADA.

PASSO 9- CASO ALGUMA DUPLA APRESENTE AS SUAS HIPÓTESES, VOCÊ DEVE REGISTRAR AS PONTUAÇÕES E REVELAR QUAIS ELEMENTOS DO CRIME A DUPLA ACERTOU, SE A DUPLA FIZER MENOS DE 7 PONTOS O JOGO SEGUE. CASO A DUPLA ATINJA 7 PONTOS, SERÁ A VENCEDORA DA PARTIDA E VOCÊ DEVE LER A CARTA “MISTÉRIO DESVENDADO” PARA QUE TODOS CONHEÇAM AS INFORMAÇÕES DO CASO.

OBS: AS HIPÓTESES DEVEM SER APRESENTADAS EM VOZ ALTA.

PREMIAÇÃO:

UMA PARTIDA – MÍNIMO 7 PONTOS: MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO

DUAS PARTIDAS – MÍNIMO 14 PONTOS: PRÊMIO NACIONAL DAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS.

TRÊS PARTIDAS – MÍNIMO 21 PONTOS: PRÊMIO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS.



BLOCO DE ANOTAÇÕES (JOGADORES)

1º COMO A MULHER É REPRESENTADA: _____


2º O ENREDO DO CRIME: _____

3º O MOTIVO DO CRIME: _____

4º AUTORIA DO CRIME: _____

Como a mulher é representada?	5 pts
As motivações do crime	3 pts
Quem cometeu o crime?	1 ptst
Como aconteceu (enredo)?	2pts

ANEXO 2 – TABELA DE CONTROLE DE PONTUAÇÃO DAS EQUIPES

 CONTROLE DE PONTUAÇÃO DAS EQUIPES				
CRIME	DUPLA 1	DUPLA 2	DUPLA 3	DUPLA 4
COMO A MULHER ESTÁ REPRESENTADA?				
QUAIS AS MOTIVAÇÕES PARA O CRIME?				
QUEM COMETEU O CRIME?				
COMO ACONTECEU O CRIME (O ENREDO)?				
Como a mulher é representada?	5 pts			
As motivações do crime	3 pts			
Quem cometeu o crime?	1 pts			
Como aconteceu (enredo)?	2pts			

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PESSOAS PARTICIPANTES DO JOGO

Tendo em vista, a pandemia instalada, optei por utilizar como supote para elaboração e aplicação de um questionário. Afim de avaliar de forma mais ampla na dividi as perguntas em dois blocos. O 1º bloco sobre os conteúdos abordados e o 2º bloco sobre o jogo.

Perguntas sobre os conteúdos abordados:

1º O jogo utilizou o conceito de representação como principal aspecto de análise. Mas afinal, o que significa representação?

2º A pesquisa que serviu de fundamentação ao jogo, utilizou como principal fonte o jornal Diário de Pernambuco. O que mais chamou sua atenção nas formas de representação da mulher nas notícias de crimes?

3º Atualmente, é possível afirmar que as mulheres são representadas da mesma forma que no período analisado no jogo, século XIX? Como você explica isso?

4º Na sua opinião essas representações das mulheres na atualidade estão relacionadas a algum tipo movimento ocorrido na História? Argumente.

5º Considere a afirmação de José D'Assunção Barros “[...] para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais essa se produz e se transmite: as práticas e os processos.”. (2005, p. 130). Na sua opinião as notícias produzidas e reproduzidas nas mídias, seja ela impressa ou digital, reproduz os valores sociais, produz novos valores ou ambas as coisas? Argumente.

6º A sua participação no jogo produzido sob o título quem é ela? Contribuiu para você perceber de forma mais ampliada como a mulher era percebida pela sociedade oitocentista?

7º Considerando seus conhecimentos sobre o século XIX, você acredita que essa forma de representação das mulheres no Diário de Pernambuco, representa a visão dos editores do jornal, de uma minoria da sociedade ou de uma maioria da sociedade pernambucana?

8º Qual a importância de analisarmos as representações femininas?

Perguntas sobre o jogo:

1º As regras do jogo ficaram claras para você?

() sim

() sim, em parte

() não

2º Você considera que foi um aspecto positivo, o jogo ter sido em duplas?

3º Como você avalia as cartas de pistas?

4º Como você avalia as cartas de enigmas?

5º As cartas de contextualização:

() ajudaram muito pouco a entender o contexto.

() ajudaram bastante a entender o contexto.

() ajudaram a entender o contexto e já deu pistas.

6º As cartas você sabia:

() ajudaram muito pouco a entender o contexto.

() ajudaram bastante a entender o contexto.

() ajudaram a entender o contexto e já deu pistas.

7º Como você avalia o papel da pessoa mediadora do jogo?

8º Contribua para o melhoramento do jogo. Sugestões, críticas, erros que você percebeu.